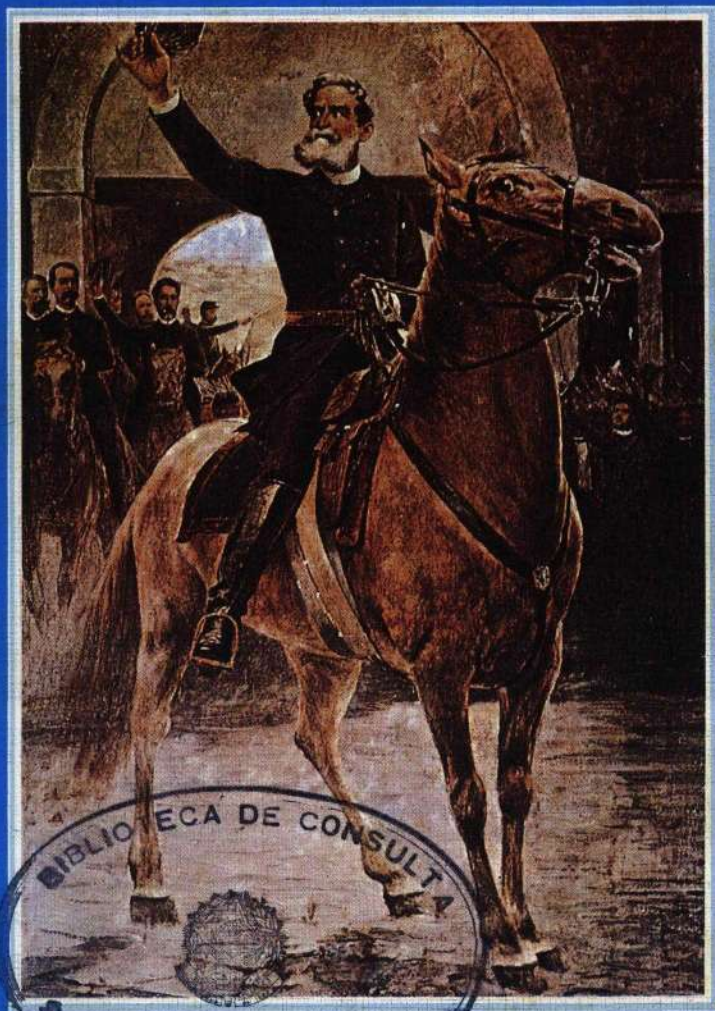




A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



100 ANOS DE REPÚBLICA
Edmirson Maranhão Ferreira

Nº 744
JUL/AGO-89

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Principais Titulares: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Berthold Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeu Cavalcante, Euclydes Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Mactel da Costa.

(Fac-simile da portada do N. 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.	2ª capa
Brastemp S.A.	3ª capa
Digilab Laboratório Digital S.A.	4ª capa
Instituto Químico de Campinas S.A.	39
Companhia Siderúrgica Belgo Mineira	116
Banco Real S.A.	150
Brasif S.A.	159



NOSSA CAPA

Tela a óleo registrando momento histórico nacional — Manoel Deodoro da Fonseca ao proclamar a República.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO-DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Bda Arnaldo Serafim
Diretor-Secretário:	Cel Sady Nunes
Diretor-Administrativo:	Cel Geraldo Martinez Y Alonso
Diretor-Tesoureiro:	1º Ten Camilo Bezerra Roberto
Conselheiros:	Cel Celso José Pires Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal:	Cel José Antonio Gama de Menezes Cel Salim Nigri T C Márcio Paiva Barroso
Suplentes:	T C Hiroito Soares Gonçalves Onça T C Jorge Tavares da Costa T C Antonio José de Rezende Montenegro

Revista A DEFESA NACIONAL

Redator-Chefe:	Gen Bda Arnaldo Serafim
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis Cel Claudio Moreira Bento CMG José Correia de Sá e Benevides Professor Jorge Boaventura
Publicidade:	Cel R/1 José Eugênio de Carvalho
Produção Gráfica:	Edison Alves de Azevedo

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) exterior e número avulso, ligar para serviço de Relações Públicas da Bibliex - tel: (021) 253-7535
As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20445 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.
Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.
Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Tallent's Produções Gráficas e Publicidade Ltda.
Rua Senador Dantas, 117 grs. 1742/43
CEP 20034 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tels.: (021) 533-0037 e 533-3910

DIFUSÃO DA CULTURA

ESTA É A PRINCIPAL FINALIDADE DA BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA, E PARA CUMPRIR-LA DISTRIBUI AOS ASSINANTES ANUALMENTE OBRAS SELECIONADAS ENTRE MUITAS OUTRAS. ESTAS SÃO AS SETE QUE COMPÕEM O EDITORIAL DE 1989:



NCZ \$ 49,50

É INCRÍVEL MAS
ESTE É O VALOR DE
TODOS OS LIVROS

SEJA VOCÊ TAMBÉM ASSINANTE DA BIBLIE X

BASTA REMETER UM CHEQUE NOMINAL NO VALOR DE NCZ\$ 49,50 À BIBLIOTECA DO EXÉRCITO - PALÁCIO DUQUE DE CAXIAS - PÇA. DUQUE DE CAXIAS, 25 - 3º ANDAR - ALA MARCÍLIO DIAS - CEP 20455 - COM SEU NOME E ENDEREÇO COMPLETOS.



BIBLIE X
SERVIÇO
CULTURAL
DO EXÉRCITO

VOCÊ PODE AJUDAR A BIBLIE X A DIFUNDIR
MAIS A CULTURA, CONVIDANDO UM AMIGO A
SER TAMBÉM ASSINANTE.



EDITORIAL

Dois motivos conferem, este ano, um significado maior ao dia 15 de novembro: o transcurso de cem anos de vida republicana e a realização do pleito que elegerá um novo Presidente para o Brasil, em fase singular da vida nacional.

O segundo motivo provocou-nos antecipar a edição evocativa do fato histórico centenário. Eis que, malgrado o simbolismo da próxima eleição presidencial, por coincidir com a data que celebra um século de adoção, pelo País, do regime político que a instituiu, o contexto eleitoral há de contribuir para esvaziar as reflexões que o primeiro motivo suscita — afora a orquestração que se procura fazer, contrária ao engajamento militar na condução dos destinos políticos da Nação, e que foi marcante no dia 15 de novembro de 1889.

Assim, a presente edição, de conteúdo histórico notório, além de reproduzir, em capa, a alegoria histórica que a imortaliza, aborda aspectos e tece considerações sobre a proclamação da República e alguns dos seus desdobramentos, em diversos artigos e informações.

No artigo "Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca — sua Saúde, Ações e Objetivos no Dia 15 de Novembro de 1889", Cláudio Moreira Bento examina os fatos marcantes da grandiosa data e as razões que levaram seu principal personagem a engajar-se nos acontecimentos que interromperam a continuidade imperial; no artigo "100 Anos de República", Edmirson Maranhão Ferreira faz um balanço das transformações ocorridas nas instituições e na sociedade brasileiras, ao longo do século republicano, ensaia uma radiografia do País de hoje e identifica óbices e desafios a serem

vencidos, para que se efetive a construção da verdadeira República Federativa do Brasil; a seção "Livros" divulga um comentário sobre a obra de Suely R.R. de Queiroz, "Os Radicais e a República", que trata do jacobinismo e do papel de Floriano Peixoto na consolidação do novo regime, enquanto a seção "Informações" publica uma síntese biográfica do "Marechal de Ferro", cujo sesquicentenário de nascimento este ano, também, se comemora.

No conjunto, são matérias que reavivam sentimentos, valores e padrões de conduta, cuja escassez se faz sentida nos dias que correm.

A Defesa Nacional associa-se, desta forma, ao realce que a sociedade militar vem dando ao evento, como o confirmam a programação do Clube Militar, transcrita na seção "Informações", e o concurso literário promovido pela Biblioteca do Exército sobre o tema "O Exército e a Proclamação da República", cujo anúncio vem sendo divulgado por diversos veículos de informação.



MARECHAL-DE-CAMPO MANOEL DEODORO DA FONSECA – Sua saúde ações e objetivos políticos no dia 15 de novembro de 1889

Cláudio Moreira Bento

Neste artigo o autor discute, à luz de bem elaborada pesquisa, os fatos marcantes do dia 15 de novembro de 1889 e as razões que levaram o Marechal Deodoro da Fonseca a proclamar a República como forma de governo da Nação Brasileira.

Conferência proferida no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em 8 de agosto de 1989.

INTRODUÇÃO

A idéia popular dominante sobre a Proclamação da República é que ela teve lugar depois da entrada do Marechal Manoel Deodoro da Fon-

seca no interior do Quartel-General do Exército, atual Palácio Duque de Caxias, então sob as ordens diretas do Marechal Floriano Peixoto, Ajudante-General do Exército.

Nessa ocasião, depois de

dominada a situação, Deodoro para alguns teria proclamado a República, ao vivá-la tão logo transpôs a Porta Principal do Quartel-General, conforme cena imortalizada por Rodolfo Bernardelli, na tela "Proclamação da República", cujo original se encontra na Academia Militar das Agulhas Negras.

No entanto, recorrendo-se às poucas testemunhas disponíveis sobre o assunto, a idéia que fica é que o Marechal Deodoro, naquela hora, não proclamou a República. Ele simplesmente derrubou o Gabinete Ouro Preto, reunido na Secretaria da Guerra no Quartel-General, no segundo andar, sobre o portão do QG. E isso foi o que, em realidade, aconteceu.

As fontes existentes permitem reconstituir-se satisfatoriamente as ações do Marechal Deodoro nesse dia, mas não com segurança os seus intentos políticos, bem como reconstituir-se os lances principais da muito bem urdida, sucedida e incruenta conspiração político-militar. Pois seus segredos foram levados para o túmulo, em especial pelos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Major Solon Ribeiro, seus principais protagonistas no Exército, deixando assim um buraco negro na história do 15 de novembro de 1889, que dá origem a

várias versões.

Da análise da situação, à luz das fontes disponíveis, é possível fazer-se a seguinte interpretação:

Com a morte de Osório e Caxias, emergiram os problemas entre a classe militar e o governo, que deram origem à Questão Militar, ao longo da qual despontaram, como líderes da classe militar, o Marechal-de-Exército José Antônio Correia da Câmara e o Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca, assinalados heróis da Guerra do Paraguai. E a luta de ambos durou de 1881 a 1889.

Em 1881, o Marechal Deodoro e seu irmão, o General Severiano Martins (não confundir-se com o Dr. João Severiano) já integravam o Diretório Militar que se reunia no consistório da Igreja Santa Cruz dos Militares. Ele visava a incentivar oficiais do Exército e da Marinha a disputar cargos eletivos pelos partidos Liberal e Conservador para, na Câmara e no Senado, democraticamente, acautelarem interesses da classe militar que não vinham sendo atendidos e que vieram dar origem à citada Questão Militar (1883-88). Ambos os partidos, Liberal e Conservador, "cristianizaram" os candidatos militares. Nenhum se elegeu. Isto, segundo Américo Jacobina Lacombe, em palestra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 18 de julho de 1989, no

Curso "Os Militares e a Proclamação da República", foi causado pelo desequilíbrio entre as classes dos bacharéis em Direito e dos Militares na administração pública e representação parlamentar.

Dai surgiu, ainda mais tarde, segundo se deduz de carta do Dr. João Severiano ao seu irmão Marechal Deodoro, quando este foi enviado em missão a Mato Grosso, depois da fundação do Clube Militar (26 Jun 1887), um esforço conjunto dos partidos Liberal e Conservador para anular a influência crescente, no Exército, do Marechal Deodoro da Fonseca e de seu irmão, General Severiano Martins, então Ajudante-General do Exército, (com a função de comandar todo o Exército e, diretamente, o Comando-das-Armas da Corte, personagem que acaba de merecer oportuno e valioso estudo do general Alberto Martins da Silva, grande estudioso da família Fonseca.

O partido Republicano, em crescimento acelerado, a tudo percebia e aguardava o momento ideal para tirar proveito, em prol da República, desse confronto entre a classe militar e o governo.

Deodoro, ao penetrar no interior do Quartel-General, sem reação, segundo Pedro Calmon, apoderou-se da situação, conquistou o governo e passou a presidir o futuro".

Acreditamos que nessa ocasião, Deodoro só desejasse substituir o Gabinete de Ministros ou o Gabinete Ouro Preto, e que só teria sido levado a assinar a Proclamação da República à tarde, em sua casa, ao ser informado da disposição do Imperador D. Pedro II, de substituir o gabinete deposto por ele, por outro chefiado pelo senador gaúcho Gaspar Silveira Martins, velho e figadal desafeto de Deodoro. Falta mais elementos para concluir-se definitivamente sobre esse fato.

Segundo o ex-ministro do Exército, General-de-Exército Aurélio de Lyra Tavares, em recente livro, *Aristides Lobo e a República*, "Deodoro, ele próprio, como chefe natural, não estava seguro das consequências e das responsabilidades que lhe caberiam depois, nem até que ponto iria chegar, limitando-se, quanto à eventualidade natural, da composição do futuro ministério, a expor o seu pensamento; ficaria a seu cargo e de Benjamin Constant a decisão sobre assuntos militares, ao passo que as de caráter civil caberiam a Quintino Bocaiúva com os políticos civis engajados no movimento".

É possível que os fatos, em 15 de novembro de 1889, tenham tido o seguinte curso: conquista do Quartel-General por Deodoro; derrubada do Gabinete Ouro Preto; desfile lide-

rado por Deodoro pelas ruas do Rio de Janeiro até o Arsenal de Marinha, onde conquistou apoio oficial da Armada; tentativa de D. Pedro II de formar o Gabinete Silveira Martins, o que teria desgostado muito Deodoro; pressão dos republicanos militares e civis em prol da República; proclamação da República por Deodoro, em casa, à tarde, rendido após estar seguro de haver dominado a situação e empolgado o poder de modo irreversível.

Um buraco negro que ficou na história da Proclamação da República. Consiste na explicação e reconstituição das ações e pensamentos do Marechal Floriano Peixoto nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 1889.

Por isso, seu biógrafo, Salm de Miranda, em *Floriano*, escreveu: "O Marechal-de-Campo Floriano Peixoto é, incontestavelmente, um dos personagens mais discutidos da Proclamação da República. Os maiores ataques que lhe têm sido feitos, as maiores dúvidas contra ele o focalizam durante a jornada de 15 de novembro. Acusam-no uns de desleal porque, sendo Ajudante-General do Exército, praticamente o comandante do Exército, não reuniu forças, não tomou providências, nem comandou a resistência. Acusam-no outros de duplicidade de atitude, porque estava junto ao Gabinete Ouro Preto,

reunido no Ministério do Exército, apesar de conhecer e estar comprometido com a conspiração. Acusam-no de apático e indiferente aos graves acontecimentos de que foi parte."

E aqui é importante que se refira ao que disse o líder civil do movimento, Quintino Bocaiuva, sobre o Marechal Floriano na conspiração de que resultou o 15 de novembro: "O Floriano era dos nossos, havia muito. Era mesmo dos que estavam senhores do movimento. Era apenas cauteloso, com ronha (astúcia), que todos lhe conheciam. De vez em quando dizia: Vejam bem o que vão fazer. Não se precipitem!" (Fonte: *Idéias Políticas de Quintino Bocaiuva*, 1987, V. 1. p. 646.)

O Marechal Rondon, testemunha e também um dos protagonistas do 15 de novembro de 1889, viu, como preocupação central de Floriano, evitar derramamento de sangue nesse dia, o que foi conseguido.

Desde 15 de novembro de 1889, os historiadores não têm conseguido traduzir uma versão aceitável dos diálogos travados entre Deodoro e o Visconde de Ouro Preto, por ocasião da deposição do Gabinete de Ministros respectivos, reunido na Secretaria da Guerra.*

As palavras colocadas nas bocas do Marechal Deodoro e de Ouro Preto merecem, versões diversas.

O próprio Visconde de Ouro Preto, ao escrever sobre o episódio no exílio, atribui a Deodoro estas palavras, em seu Manifesto de Lisboa: "O Marechal Deodoro declarou que o Ministério estava deposto e que organizaria outro, de acordo com indicações que iria levar ao Imperador" e, quanto a este, concluiu, "teria sua dedicação, pois era seu amigo e devia-lhe atenções".

Essa versão foi rebatida por Clodoaldo da Fonseca, sobrinho do Marechal, no trabalho "Deodoro e Ouro Preto" in: *Deodoro e a Verdade Histórica* (Rio, Imprensa Nacional, 1933 pp. 103-114).

Assim, em torno do objetivo político fundamental do Marechal Deodoro em 15 de novembro de 1889, existem duas correntes:

1ª - Deodoro objetivava, em 15 de novembro de 1889, depor só o Gabinete Ouro Preto, por ser hostil ao Exército, e substituí-lo por outro que proporia ao Imperador;

2ª - Deodoro objetivava, em 15 de novembro de 1889, depor o Gabinete Ouro Preto e, em seguida, implantar a República.

Coloco-me ao lado desta última corrente.

Politicamente, o Marechal Deodoro não se definia como republicano e sim como conservador, em razão de "só os conservadores terem defendido o Exército". Mas possuía uma lar-

ga vivência com familiares republicanos.

A operacionalidade do Exército e o trato justo dos problemas da classe militar, descuidados de 1870 a 1889 pelo Império, foram as motivações principais de sua luta, que culminou com a Proclamação da República.

A Reforma Militar, executada em grande parte por seu sobrinho Marechal Hermes da Fonseca, de 1904 a 1914, era seu sonho profissional, segundo captou, por tradição familiar, seu parente, o historiador Roberto Piragibe da Fonseca, filho de seu sobrinho e ex-ajudante-de-ordens Clodoaldo da Fonseca. Era o ideal que Deodoro chamava de "Reforma Redentora" do Exército, mas que não lhe foi possível sequer encaminhar, pois esse problema vital até sofreu um retrocesso, com o Regulamento de Ensino de 1890 do Ministro da Guerra Benjamin Constant, de inspiração positivista, que agravou ainda mais o problema da operacionalidade do Exército, pela predominância do bacharelismo militar sobre o profissionalismo militar, o qual só foi reabilitado a partir do Regulamento de Ensino de 1905.

"Eu sou eu e as minhas circunstâncias" afirmou o filósofo Ortega y Gasset. Assim abordaremos, a seguir, as circunstâncias político-militares que envolveram o Marechal Deodoro, de

1870 até 15 de novembro de 1889, e neste dia, para melhor compreendê-lo e o seu papel na História da centenária República em que vivemos, que não poderá deixar de fazer-lhe justiça, como o seu proclamador ideal e providencial, e por haver preservado o Exército naquela quadra.

Antecedentes político-militares de Deodoro antes da Proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889.

Deodoro voltou da Guerra do Paraguai sacralizado por seu heroísmo e sua legenda de bravo. Conquistou as promoções de major, tenente-coronel e coronel por atos de bravura. Foi também premiado por outros feitos de bravura, por condecoração específica a título de "reiterados atos de bravura" em combate. Nessa guerra, em certo momento, salvou a vida do General Osório, o legendário.

Cronologicamente, devemos assinalar:

1873 – Deodoro é coronel comandante do Regimento Mallet, em São Gabriel-RS, quando ingressou na Maçonaria, na loja Rocha Negra, fundada para promover a Abolição e a (Instrução Pública. Loja Maçônica que mereceu, do General Morivalde Calvet Fagundes, recente estudo em livro. Mais tarde, como Chefe de Governo, foi ele-

vado a Grão Mestre da Maçonaria no Brasil).

– Deodoro e irmãos dão liberdade aos escravos da família.

14 de outubro de 1874 – Deodoro deixa o comando do Regimento Mallet, por ter sido promovido a brigadeiro. Foi designado comandante da Fronteira Livramento-Quaraí.

23 de Fevereiro 1881 – Deodoro participa, no Rio de Janeiro, da Fundação do Diretório Militar, junto com seu irmão General Severiano Martins – entidade que, mais tarde, iria desaguar no Clube Militar, tendo, como órgão de divulgação, o jornal *O Soldado*.

1883 – É apresentado projeto de lei instituindo um montepio, à base de contribuições dos militares, e alterando a reforma dos militares. Esse projeto suscitou reações na classe militar, e foi abandonado.

1º de janeiro de 1884 – É editado o primeiro número do jornal *A Federação*, dos republicanos gaúchos, que passou a apoiar os militares na Questão Militar.

30 de agosto de 1884 – Deodoro é promovido a Marechal-de-Campo.

23 de agosto de 1885 – Deodoro é nomeado Quartel-Mestre-General do Exército e, portanto, responsável pelo apoio logístico, em estacionamentos do Exército.



Coronel Manoel Deodoro da Fonseca, em São Gabriel, como comandante do atual Regimento Mallet, ano de 1873, quando ingressou na Loja Maçônica Rocha Negra, então fundada por militares e civis para "promover a abolição da escravatura e a educação pública."

26 de setembro de 1885 –

Deodoro é nomeado comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul.

Março 1886 – O Tenente-Coronel Sena Madureira publica artigo abolicionista em Porto Alegre. Atacado pela Imprensa violentamente, pelo parlamentar Franco de Sá, revidou também pela imprensa. Em consequências foi punido. Recebeu a solidariedade da classe militar e de seus líderes, Marechais Deodoro e Câmara, e teve início a principal vertente da chamada Questão Militar.

30 de março de 1886 – Jú-

lio de Castilhos, em *A Federação*, atribui, em artigo "A Classe Militar", que o governo "ofendeu os brios do Exército no incidente Sena Madureira".

3 de setembro de 1886 –

Deodoro, como Presidente Interino do Rio Grande do Sul, interpelado pelo Ajudante-General do Exército, pelo fato de não ter coibido seu subordinado, Sena Madureira, de discutir publicamente pela imprensa, responde que não o fez em razão do regulamento vedar discussões pela imprensa entre militares, mas não entre militares e civis.

30 de setembro de 1886 –

Deodoro, ainda Presidente e Comandante-das-Armas do Rio Grande, permite que toda a guarnição do Exército de Porto Alegre se reunisse e homenageasse Sena Madureira, ao que se juntou o jornal republicano *A Federação*, de Júlio de Castilhos.

4 de outubro de 1886 –

Deodoro, inquirido pelo Presidente do Conselho de Ministros-Cotegipe sobre punição não imposta a Sena Madureira, reafirma "a impraticabilidade de aplicação dos regulamentos militares disciplinares aos atos públicos entre civis e militares", o que equivaleria a deixar-se os militares sem defesa, enquanto que as imunidades parlamentares "tudo permitiam", no caso, a um senador. Nesse dia, Deodoro, conservador, e Câmara, libe-

ral, fazem as pazes políticas e irmanam-se na Questão Militar.

6 de outubro de 1886 — Deodoro solidariza-se, em carta, a Cotegipe, com os militares do Rio Grande perseguidos pelo Ministro da Guerra (um civil).

19 de outubro de 1886 — O senador Gaspar Silveira Martins, no Senado, conclama o governo a prender Deodoro, recolhê-lo à Corte e submetê-lo a Conselho de Guerra. (Deste senador, consta versão de que seria o Presidente do Conselho de Ministros que sucederia Ouro Preto, derrubado por Deodoro em 15 Nov 1889, caso não tivesse proclamado a República.)

1º de novembro de 1886 — Deodoro é substituído na Presidência do Rio Grande do Sul (cargo político), depois de censurado por Cotegipe por "incentivar manifestações de indisciplina".

16 de novembro de 1886 — Deodoro responde a Cotegipe e reafirma sua solidariedade aos militares ofendidos por parlamentares.

22 de dezembro de 1886 — Deodoro, a pedido, é exonerado do Comando das Armas e da Vice-Presidência da Província do Rio Grande do Sul.

8 de janeiro de 1887 — Deodoro participa, na casa do Senador Marechal Câmara, de homenagem ao Tenente-Coronel Sena Madureira, punido por defender-se de acusações públicas

formuladas por um senador, e por ter sido demitido do comando da Escola de Tiro do Rio Pardo.

10 de janeiro de 1887 — Deodoro e Sena Madureira, exonerados de seus comandos, retornam à Corte.

29 de janeiro de 1887 — Deodoro e Sena Madureira são recepcionados por alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, em suas chegadas ao Rio. Em consequência, o irmão de Deodoro, Brigadeiro Severiano Martins pede demissão do comando da Escola Militar.

2 de fevereiro de 1887 — Deodoro preside reunião no Teatro Recreio Dramático, onde a oficialidade presente aprova moção destinada a recorrer-se ao Imperador para anular punições decorrentes de avisos cancelados. Deodoro é constituído representante da reunião com aquele fim.

3 de fevereiro de 1887 — Deodoro se dirige, em carta, ao Imperador, solicitando anulação de punições baseadas nos já revogados avisos disciplinares.

5 de fevereiro de 1887 — Deodoro é demitido do cargo de Quartel-Mestre-General, ficando sem comissão por longo tempo.

12 de fevereiro de 1887 — Joaquim Nabuco alerta a Monarquia que ela estava lançando as Forças Armadas nos braços dos republicanos. Deodoro escreve a D. Pedro II e acusa o

Ministro de trair o Imperador na Questão Militar.

11 de maio de 1887 – Deodoro é absolvido, pelo Superior Tribunal de Justiça, da acusação de desvio de verba do Exército, feita por Euletério Camargo, parlamentar liberal gaúcho, ex-Ministro da Guerra e também Engenheiro Militar, a mando de Gaspar Silveira Martins.

Maio de 1887 – Deodoro e Câmara firmam Manifesto dos Generais, redigido em parte por Ruy Barbosa, solicitando o cancelamento das punições de Sena Madureira. O manifesto atinge o seu objetivo.

20 de maio de 1887 – Gaspar Silveira Martins consegue que o Senado aprove moção ao governo para cancelar punições. O que Cotegipe acede. E isso marcou a fim da Questão Militar.

21 de maio de 1887 – Deodoro é alertado, por Júlio de Castilhos, em *A Federação*, bem como o Exército, que a atitude conciliatória do governo em relação à classe militar visava a “encobrir uma pérfida vingança no futuro, já que o Gabinete Cotegipe permanecia no poder”.

26 de junho de 1887 – Deodoro preside a fundação do Clube Militar, quando é aclamado seu presidente. A entidade surgiu como corolário da Questão Militar. (Ver *Revista do Clube Militar* nº 281, 1987, comemorativa do centenário do Clube

Militar.)

10 de julho de 1887 – Floriano, em carta a João Neiva, escreve: “Vi a solução da Questão Militar. Excedeu, sem dúvida, a expectativa de todos. Fato único que prova exuberantemente a podridão que vai por todo este país. Portanto, há necessidade de uma ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou, não posso querer para o meu país o governo da espada. Mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos de que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social que, como o nosso, está corrompido. O que pensas a respeito?” (Fonte: MIRANDA, Salm. *Floriano*, p. 56.)

26 de outubro de 1887 – Deodoro firma, como Presidente do Clube Militar, petição à Princesa Regente Isabel, pedindo para liberar o Exército de encargos relacionados com a prisão da escravos fugidos. Esse fato, segundo o Marechal Rondon, acelerou a Lei Áurea e equivaleu a decretá-la de fato.

Março de 1888 – Dá-se a queda do Gabinete Cotegipe, em função de incidente com a classe militar, gerado pela prisão, em xadrez policial, de oficial reformado da Marinha. Este fato incendiou os ânimos do Clube Naval.

28 de julho de 1888 – Deodoro é nomeado para o comando das Armas da província de Mato Grosso. Foi uma manobra

gue, no Clube Naval, a adesão do Chefe de Divisão, Eduardo Wandenkolk, ao movimento para derrubar a Monarquia.

Deodoro tem sua vida ameaçada ao ser tomado de forte crise de asma brônquica crônica, tendo que ficar até o início da noite, no Andaraí, na casa do seu irmão, Dr. João Severiano da Fonseca, atual Patrono do Serviço de Saúde, segundo informou o General Médico Dr. Alberto Martins da Silva.

O Major Solon Ribeiro, futuro sogro de Euclides da Cunha, espalha, na Rua do Ouvidor, boatos de que foram presos pelo governo, ao anoitecer, o Marechal Deodoro e Benjamin Constant, e de que a Guarda Negra, integrada por ex-escravos e organizada, em 1888, por José do Patrocínio, para defender a Princesa Izabel dos escravagistas, iria atacar a 2ª Brigada, em São Cristóvão. O boato surtiu efeito e precipitou os acontecimentos.

Florianô não comparece à reunião na casa de Ouro Preto, a fim de esclarecer sobre a carta que enviou ao Ministro da Justiça.

Ouro Preto se recusa a desmentir rumores da prisão de Deodoro, o que faz muito tarde.

O Marechal Florianô mantém-se evasivo em relação a Ouro Preto, enquanto a conspiração caminha acelerada.

15 de novembro de 1889 –

O Visconde de Ouro Preto, ainda de madrugada, decide reunir todo o Gabinete de Ministros, no dia seguinte, no Quartel-General do Exército, no Campo de Santana, para enfrentar a sublevação da 2ª Brigada, de que tomou conhecimento. A seguir telegrafia ao Imperador, informando-lhe da sublevação.

Segundo Quintino Bocaiúva, "nesse mesmo dia 15, o Ministério reunido tomaria providências e nós, os republicanos, seríamos trancafiados. E coisa interessante! Os planos que traçamos por longos dias, para apanhar reunido o Ministério, foram por si mesmos nesse dia realizados. O Ministério veio, por iniciativa própria, meter-se em ratoeira no Quartel-General, impossibilitando qualquer ato de energia da parte do governo contra a revolução".... (Fonte: *Idéias Políticas de Quintino* p. 645).

Ações e movimentações do Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889.

Já apresentando um pouco de melhoras do ataque de asma brônquica que o atacou no dia 14, quase o levando à morte, Deodoro retornou, ao final da noite de 14, da casa de seu irmão Dr. João Severiano da Fonseca, no Andaraí, para a sua casa. Mandava, por seu irmão, o 2º

Tenente reformado Pedro Paulino, e por seu sobrinho, Hermes da Fonseca, ambos republicanos, recado a Benjamin Constant de que se colocaria à frente da 2ª Brigada vinda de São Cristóvão. Assim, atendia ao alerta recebido do Dr. Benjamin Constant, através de sua esposa, em sua casa, no fim da noite de 14 e, seguramente, também de Quintino Bocaiuva, segundo depoimento deste.

Deodoro levantou-se cedo, fardou-se de Marechal-de-Campo e embarcou, sem a espada, numa caleça, levando, num saco, seus arreios. Foi ao encontro da 2ª Brigada e a encontrou na altura do Gasômetro, hoje Companhia Estadual de Gás. Reconhecido, foi aclamado calorosamente. Assumia o comando das tropas da 2ª Brigada, assim dispostas em colunas: 1º Regimento de Cavalaria; ofi-



Última fotografia do Generalíssimo Deodoro, tirada em 1891 para o quadro a óleo de F. Machado existente no Palácio do Congresso do Amazonas.

cialidade da Escola Superior de Guerra, transformada em guarda de honra de Benjamin Constant (que trazia a seu lado Pedro Paulino, irmão de Deodoro); o 2º Regimento de Artilharia, com 16 peças, 80 protegidas por homens a pé do 9º Regimento de Cavalaria; e, na retaguarda, uma carroça de munições e, sobre os armões, cunhetes de munição de Infantaria, para serem distribuídos aos alunos da Escola Militar e algumas praças do 1º Batalhão de Engenheiros, esperados da Praia Vermelha, ao comando de Marciano, irmão de Benjamin Constant.

Deodoro, com certa dificuldade, em razão dos efeitos do ataque de asma do dia anterior, deslocou-se na caleça até próximo do Campo de Santana. Ali montou no baio nº 6 do 1º Regimento de Cavalaria, cedido pelo Alferes do 1º Regimento de Cavalaria, Eduardo Barbosa, ajudado por Pedro Paulino, e foi colocar-se à frente do portão do Campo de Santana, já aberto.

Deodoro ficou junto ao Portão do Campo de Santana e dispôs a tropa defronte o Quartel-General do Exército, onde se encontrava reunido o Gabinete Ouro Preto.

Deodoro determinou, ao General Almeida Barreto, que defendia o Quartel-General, entre este e a Estrada de Ferro, mas comprometido com a revolução, que ele se incorporasse ao dis-

positivo revolucionário. Isso só aconteceu 15 minutos depois de Benjamin Constant, pessoalmente, transmitir-lhe o pedido de Deodoro. Essa tropa era constituída de Imperiais Marinheiros e parte do Corpo Militar de Polícia da Corte.

Deodoro fez um sinal de irritação com o braço e de pedido de silêncio à tropa quando esta ovacionou Quintino Bocaiúva em sua chegada ao Campo, montado num cavalo tordilho, depois de ter dado um viva à República. (Fonte: Senna, *Deodoro*).

Deodoro percebeu estar se aproximando do Quartel-General, para nele ingressar, o Ministro da Marinha, Barão de Ladário, e mandou prendê-lo por seu Ajudante-de-Ordens, Tenente Adolfo Pena Filho. O Barão de Ladário resistiu, à bala, à ordem de prisão dada em nome de Deodoro. Atirou, com uma pistola de dois canos. Um tiro no Tenente Pena Filho e outro em Deodoro, errando ambos. A escolta reagiu e feriu levemente à bala o Barão, que só não foi morto em virtude da ordem de Deodoro: "Não atirem neste homem!" O Barão foi medicado na antiga residência do Conde de Itamarati, pouco depois transformada em sede do Governo da República.

Deodoro, ao tomar posição, tinha enviado o Tenente-Coronel Silva Teles, Comandante do 1º

Regimento de Cavalaria, ao Marechal Floriano, dizendo que já podia conferenciar com Ouro Preto. Ouro Preto responde negativamente, justificando que nenhum comando fora confiado a Deodoro pelo Governo e que ele, Ouro Preto, não podia conferenciar com um general que se apresentava em revolução contra o Governo legal.

Deodoro, pouco depois das 9 horas, aproximou-se do Quartel-General, defendido por cerca de 1000 homens ali dispostos durante a madrugada, ao comando do Barão de Apa, irmão do Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, ambos primos de Deodoro.

Com o concurso do Capitão Pedro Paulo da Fonseca Galvão e praças do 1º Batalhão de Infantaria, que guardavam o Quartel-General, este foi aberto. Por ele precipitou-se Deodoro a galope e descoberto, com o boné na mão direita, conforme immortalizou a cena Henrique Bernardelli. No pátio estavam dispostas as seguintes forças de defesa: Imperiais Marinheiros, guardando uma metralhadora bem defronte do portão; o Corpo de Fuzileiros; Contingente do 1º Batalhão de Infantaria de Guarda do Quartel-General; Força de Bombeiros e 7º Batalhão de Infantaria, que aquartelava no Mosteiro Santo Antônio e que se constituía na principal força da 1ª Brigada.

Deodoro, ao passar pela

banda do 7º Batalhão de Infantaria, mandou que ele abrisse o toque a que tinha direito. Um capitão do batalhão deu um viva ao Marechal Deodoro, que foi respondido por toda a tropa no interior do quartel.

Deodoro estava senhor da situação!

Dominada a situação, Deodoro determinou que as tropas que estavam no interior do Quartel-General formassem na parte externa com a 2ª Brigada.

Deodoro desmontou e, tendo a seu lado Benjamin Constant, visivelmente abatido e combalido, chegou, com dificuldades, ao andar superior, acompanhado de diversos oficiais. Ali estavam reunidos, na Sala da Secretaria de Guerra, desde o amanhecer, todo o Gabinete Ouro Preto, assim composto (menos o Barão de Ladário):

Chefe do Gabinete de Ministros: Visconde de Ouro Preto

Ministro da Guerra: Visconde de Maracaju

Ministro do Império: Barão de Loreto (Fundador da Bibliex)

Ministro da Justiça: Cândido de Oliveira

Ministro da Agricultura: Lourenço de Albuquerque

Ministro de Estrangeiros: José Francisco Diana

Ouro Preto acabava de redigir um telegrama ao Imperador, que entregou ao Diretor-Geral da Secretaria de Guerra, Barão de Itaipu, para pessoalmente

entregá-lo à Estação Central dos Telégrafos e cujo teor era o seguinte: "Senhor, o Ministério sitiado no Quartel-General da Guerra, à exceção do Sr. Ministro da Marinha, que consta achar-se ferido em casa próxima, tendo por mais de uma vez ordenado debalde, por ordem do Presidente do Conselho e do Ministro da Guerra, que se repelisse pela força a intimação armada do Marechal Deodoro, e diante das declarações feitas pelos Generais Visconde de Maracaju, Floriano Peixoto e Barão do Rio Apa de que, por não contarem com tropa reunida, não há possibilidade de resistir com eficácia, deponho nas augustas mãos de Vossa Majestade o meu pedido de demissão. A tropa acaba de fraternizar com o Marechal Deodoro, abrindo-lhes as portas do quartel". (Fonte: SENNA, *Deodoro* p. 87.)

Deodoro, ao penetrar na Sala da Secretaria de Guerra, deparou com Ouro Preto, de pé, apoiado no encosto da cadeira. Dirigiu-se ao Ministro da Guerra com estas palavras: "Adeus, primo Rufino." A seguir, falou que se colocara à frente do Exército para vingar as gravíssimas injustiças e ofensas recebidas do governo, as quais enumerou. Declarou que o Ministério estava deposto e que todos os ministros poderiam retirar-se para suas casas e que seria organizado outro gabinete, de acordo

com indicações que ia levar ao Imperador...

As críticas eram dirigidas a Ouro Preto e a Cândido de Oliveira.

No tocante ao Imperador, segundo Ouro Preto, Deodoro teria declarado: "Ele tem a minha dedicação; sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos." Esta declaração é rebatida como caluniosa por Clodoaldo Fonseca (*Deodoro e Ouro Preto*, p. 109).

Ouro Preto afirmou que, sempre que Deodoro referia-se ao Exército, Benjamin Constant completava "e também a Armada".

Ouro Preto comportou-se com brio e dignidade. Pouco antes tentara por tudo levar o Ministro e o Ajudante-General a resistirem cercados a forças superiores apoiadas por 16 bocas de fogo. A essa altura foi que um filho do Marechal Câmara, Ajudante-de-Ordens de Floriano, ter-lhe-ia dirigido o seguinte alerta: "Esta ordem, Sr. Ministro, pode provocar entre nós apenas uma carnificina inútil e tremenda. Pense V. Exa. na responsabilidade que terá tal loucura ordenando." (Fonte: EDMUNDO, Luiz. *Como se Fez a República*. p. 163).

Deodoro desceu para confraternizar, defronte do Quartel-General, com as tropas do Exército, Marinha, Polícia e Bombeiros, e

colocou-se à frente das mesmas para um desfile.

O 2º Regimento de Artilharia, enquanto Deodoro confraternizava com a tropa no interior do Quartel-General e depunha o Gabinete, deu uma salva de 21 tiros.

Enquanto isso se passava, já havia chegado ao Campo de Santana a Escola Militar, com praças do 1º de Engenheiros, e mais o 10º Batalhão de Infantaria, que fora mandado para prendê-la e que aderiu ao movimento.

Deodoro colocou-se à frente das tropas do Exército, da Armada, da Polícia e do Corpo de Bombeiros e percorreu o seguinte itinerário: Rua da Constituição – Largo do Rossio, atual Tiradentes (sede do Clube Naval) – Rua do Teatro – Largo de São Francisco – Rua do Ouvidor (sobrado 155 – sede do Clube Militar), da redação do *Diário de Notícias*, onde estavam Lopes Trovão, Aristides Lobo, Silvio Romero e Almeida Pernambuco, e onde Aristides Lobo discursou. Mais adiante, no jornal a *Cidade do Rio*, discursou José do Patrocínio e, na e redação da *Gazeta de Notícias*, falou Silva Jardim (segundo EDMUNDO. *Como se Fez a República*, p. 168).

A tropa dobrou na rua 1º de Março, junto à igreja Santa Cruz dos Militares, e foi fazer alto junto ao portão do Arsenal de

Marinha, de onde surgiram os chefes de Divisão e o Barão de Santa Marta, Wandenkolk e Foster Vidal.

Deodoro apeou do cavalo e confraternizou com aqueles oficiais e agradeceu-lhes a cooperação da Armada.

A seguir, desincorporam da coluna tropas do Corpo de Imperiais Marinheiros e do Corpo de Fuzileiro Navais.

A coluna marchou pela atual Rua Marechal Floriano até o Campo de Santana, onde tomou o destino de seus respectivos quartéis.

Deodoro recolheu-se às 14 horas, bastante doente, para a sua casa, depois de um esforço hercúleo no dia 15 de novembro de 1889.

Deodoro manteve-se indefinido acerca da Proclamação da República. Os republicanos foram à sua casa à tarde e o encontraram prostrado. Foram recebidos por Benjamin Constant, que argumentou “não se poder impor uma forma de governo ao povo; o imperador ficará interdito. Convocaremos uma Constituinte”. (Fonte: SILVA, Hélio. 1889 – *A República não esperou*. p. 127.)

Deodoro, depois de uma muito sofrida tarde, só ao anoitecer em sua casa, proclamou efetivamente a República, ao assinar, como Chefe do Governo Provisório, o Decreto nº 1 de 15



Deodoro no Palácio Itamaraty – 1890.

de novembro de 1889, referendado por seus ministros:

Aristides da Silveira Lobo – Ministro do Interior

Tenente-Coronel Benjamin Constant – Ministro da Guerra

Chefe da Esquadra E. Wandenkolk – Ministro da Marinha

Quintino Bocaiúva – Ministro das Relações Exteriores e interno da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

O Decreto nº 1 estabelecia, entre outros pontos:

“O Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1º – Fica proclamada provisoriamente e decretada, como forma de governo da Nação Brasileira, a República Federativa.

Art. 2º – As províncias do Brasil, reunidas pelos laços da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil.”

E prossegue dando outras providências.

Deodoro permaneceu no leito vários dias, sendo que todas as soluções foram encaminhadas por Benjamin Constant e Quintino Bocaiúva, segundo depoimento deste, em que se refere diversas vezes à enfermidade de Deodoro em 14/15 de novembro:

"Deodoro, eu soubera na véspera, estava com o peito que era uma chaga, incapaz de apanhar um chinelo. Entretanto, procurado em nosso nome, fez um esforço sobre-humano, fardou-se, pediu um carro e saiu pela manhã para São Cristóvão.**

"No Mangue, encontrou-se com a força (2ª Brigada) e, então, aquele homem, quase morto, transfigurou-se ao som marcial dos clarins! Saltou do carro, tomou um cavalo de um oficial e pôs-se à frente do corpo para comandar a vitória." (*Idéias Políticas de Quintino Bocaiúva*. p. 644.)

A Casa de Deodoro, hoje integrando o Museu Histórico do Exército, foi em realidade o local onde tiveram curso as mais graves decisões que desaguarão no 15 de novembro, e ainda nesse e nos dias seguinte, e a primeira sede do governo da centenária República do Brasil. É monumento que precisa ser preservado a todo o custo.

BIBLIOGRAFIA

1. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Quartéis-generais das Forças Armadas. Rio, FHE-POUPLEX, 1988 (e inclusive a pesquisa básica mais ampla e detalhada existente no Arquivo Histórico do Exército e IHGB) e 160 anos do nascimento do Marechal na RCM, p. 17, nº 281.
2. CÂMARA DOS DEPUTADOS. O Ministério Ouro Preto e a República in: *Perfil parlamentar de Silveira Martins*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1979, pp 77-84.
3. CONSTANT NETO. Benjamin. *Benjamin Constant*. Rio, Leuzinger, 1940.
4. CORREIA, Leôncio. *A verdade histórica sobre o 15 de novembro*, Rio, Imp. Nac. 1939.
5. CUNHA, Epaminondas Ferraz da, Gen. *O Exército (Guarnição do Rio de Janeiro) no dia 15 de novembro de 1889. Defesa Nacional*, nº 635, 1970. (Separata) (fonte básica).
6. DUNLOP, C.J. *História dos bondes do Rio de Janeiro*. Rio, Laemmert, 1953. v.2.
7. EDMUNDO, Luiz. Como se fez a República in: *A República Brasileira*. Rio, Bibliex, 1934, pp 142-178.
8. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. O Exército e a República in: *História do Exército Brasileiro*. Rio, Sergraf. IBGE, 1972, v.2. pp 671-674.
9. FONSECA, Clodoaldo, Ge Deodoro e Ouro Preto in: *Deodoro e a Verdade Histórica*. Rio, Imp. Nac. 1937, pp. 109-111 (Fonte muito esclarecedora).
10. FORTES, Heitor, Gen 2º Regimento de Artilharia in: *Velhos Regimentos*. Rio, Bibliex, 1964, pp 95-133.
11. FRAGOSO, Augusto Tasso, Gen. Revolvendo o passado. *Jornal do Comércio*. 1940 (Transcrito in: SILVA, Hélio. *A República não esperou...* pp. 487-489.)
12. GUIMARÃES, Tiago. Como se fez a República, um interview - com o Gen Quintino Bocaiúva in: *Idéias políticas de Quintino Bocaiúva*. Brasília. Senado Federal e Casa Ruy Barbosa. Centro Graf. Senado, 1896. vol. 1, pp 640-646 (textos selecionados por Eduardo Silva).

13. JORNAL DO COMÉRCIO DE SÃO PAULO. Quinze de Novembro – reminiscências e restituições históricas. São Paulo, 17 – Dez 1903 (Transcrito do Visconde de Ouro Preto.)
14. MIRANDA, Salm de, Gen. Floriano e a conspiração republicana e no 15 de Novembro in: *Floriano*, Rio, Bibliex, 1963, pp 94-128.
15. MOREIRA, Ilha, Mar, Deodoro o magnânimo in: *Deodoro e a verdade histórica*. Rio, Imp Nac 1937, pp 31-98. (Atribui a Deodoro, em 15 Nov, a frase "A República é a nossa única saída e a salvação do Exército").
16. SENNA, Ernesto. *Deodoro – subsídios para a História – notas de um repórter*. Rio, 1913, pp. 43-44 (Ata reunião de 09 Nov no Clube Militar).
17. REVISTA DO CLUBE MILITAR nº 281 e 281, 1987 (Edições históricas comemorativas do Centenário do Clube Militar em 1987). (Fontes importantes.)
18. SILVA, Hélio. Proclamação da República in: *A República não esperou amanhecer*. Rio, Ed Civilização Bra-

sileira, 1972, pp. 87-136.

19. TAVARES, Aurélio, Gen. Aristides Lobo e os militares in: *Aristides Lobo e a República*. Rio, José Olimpio, 1987. – pp. 66-71.
20. VIVEIROS, Esther de. *A República. in: Rondon conta a sua vida*. Rio, Coop Cult Esperantistas, 1969, p. 45.

NOTAS

- (*) A esse respeito, o ex ajudante-de-ordens do Marechal Deodoro, Ilha Moreira, escreveu, em 1937: "O Marechal Deodoro, em matéria de República, era assaz refletido, em se tratando de assunto de tão magna importância, como essa da transformação do regime político da nação. Assim, ele precisava cercar-se de garantias, para que não fosse vítima de um fracasso, por não haver profundamente refletido."
- (**) Segundo a Major Elza Medeiros, o peito e as costas do Marechal Deodoro estavam em chagas, em razão do uso de ventosas.



CLÁUDIO MOREIRA BENTO, Coronel de Engenharia QEMA, designado para o Serviço Ativo do Exército, como Diretor do Arquivo Histórico do Exército, cuja Comissão de História integrou. Possui todos os cursos militares regulares e mais o de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras e de Analista de Alto Nível EsNI. Comandou o 4º BECmb em Itajubá-MG, 1981-82, da qual é cidadão honorário, por unanimidade. É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e das cidades de Pelotas e São Leopoldo. É membro das Academias Brasileiras de História, Rio-Grandense de Letras, Canguçuense e Itajubense de História, da Sociedade Brasileira de Geografia, da Ordem dos Velhos Jornalistas, Irmão de Santa Casa (RJ) e sócio do Instituto Boliviano do Rio de Janeiro. Possui 22 livros e plaquetes escritos e centenas de artigo, sobre a História Militar do Brasil e em especial e do Exército.



100 ANOS DE REPÚBLICA

Edmirson Maranhão Ferreira

Neste artigo, o autor faz um balanço das transformações ocorridas nas instituições e na sociedade brasileira nos 100 anos de vida republicana, ensaia uma radiografia do País de hoje e identifica óbices e desafios a serem vencidos para que se efetive a construção da verdadeira República Federativa do Brasil.

A REPÚBLICA E SEU IDEÁRIO

O Governo provisório dos Estados Unidos do Brasil decreta:

- Artigo 1º – Fica proclamada provisoriamente e decretada, como forma de Governo da Nação Brasileira, a República Federativa – 15 Nov 89.”

Vitoriosa a Revolução Republicana, o governo provisório, que tomara a si a tarefa de organizar a nova ordem política brasileira, assim proclamara a República.

Agora, na iminência do transcurso de um século, os constituintes de 1988 mantiveram a forma republicana, votando a atual Carta Magna e abrindo-a com o “Artigo 1º – A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político”.

A nação brasileira vive, desta forma, no corrente ano, um

evento marcante de sua história — um século de República — cem anos de embates internos e externos, de conflitos, de sucessos e, até mesmo, de insucessos temporários, no deflagrar do permanente e difícil processo do desenvolvimento nacional, visto sob uma visão antropocêntrica, e como o aperfeiçoamento dos elementos básicos da nacionalidade, o Homem, a Terra e as Instituições.

Em termos de postura ideológica, o ideal republicano é quase tão antigo quanto as reivindicações pela independência, tendo sido influenciado, também, pela revolução francesa. O ideal de maior descentralização do poder central é afirmado com a imediata criação dos Estados Federados, ex-províncias do Império. Nesta ocasião, já havia ocorrido a independência dos Estados Unidos, seguindo-se a de várias nações sul-americanas sob a forma republicana.

Historicamente, as idéias republicanas estão inseridas nas revoltas contra o poder monárquico.

A filosofia positivista, em voga na ocasião, embasou o pensamento republicano brasileiro, particularmente em termos de comprovação do conhecimento disponível, preocupação com o concreto e a exatidão das coisas e das posições tomadas.

Em linhas gerais, o ideário dos republicanos, que chegaram

a ser eufemisticamente chamados de liberais exaltados, tinha um perfil com traços de prevalência da maioria, liberdade, federalismo, derrubada do poder oligárquico agrário, zelo pelo bem público, representatividade popular, além de sonhos de concórdia, justiça e paz social.

As próprias raízes etimológicas da palavra República traziam uma percepção de algo pertencente e dirigido pelo povo e em proveito deste próprio povo, de amor à coisa ("Res") pública como um bem de toda a comunidade, onde o homem é agente e beneficiário de todo o processo de desenvolvimento.

A SAGA REPUBLICANA — OS GRANDES PASSOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

O primeiro grande desafio ao perscrutador do século republicano está na seleção dos marcos sínteses das conquistas, das alegrias, dos infortúnios e decepções e, finalmente, dos contrastes entre os sonhos e as realidades vividas ao longo do período considerado.

Os rumos e os eventos teriam sido outros, tivéssemos adotado outra forma de governo?

Inegavelmente, preferimos seguir a tendência majoritária mundial e o modelo republicano ao longo das mutações da ordem política, trazida nos corpos

das Constituições de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 (com emenda de 1969) e, finalmente, de 1988.

O encaixe de pensamento republicano na aspiração popular é traduzido até pela originalidade toda especial da historiografia brasileira, qual seja a de poder se considerar que a república foi também proclamada por monarquistas.

Vejamos, a seguir, alguns dos marcos e inflexões vividos pela sociedade brasileira:

A árdua e difícil marcha para a democracia

A democracia é um objetivo nacional, e o homem político brasileiro está convencido do seu destino sob a égide desta filosofia de vida.

O quadro de instabilidade política inicial vai desaguar na revolução de 1930 e o fim da chamada Primeira República. Segue-se, em 1937, o novo regime denominado Estado Novo, sob a direção de Getúlio Vargas, bloqueando o processo democrático.

Se em 1946 reimplanta-se o estado de direito, o passo seguinte é o da desorganização institucional geradora do movimento de 1964, liderado por militares e importantes líderes civis.

A fase final deste período é marcada pela reestruturação

democrática com a ab-rogação dos atos institucionais, a chamada abertura política, processo que culminou com a chamada Nova República.

Politicamente desaguamos no atual modelo instituído pela Constituição de 1988, marcado por institutos liberais, ampla gama de direitos e garantias individuais, inovação dos conceitos de direitos sociais, defesa do meio ambiente, ampliação das bases federativas e municipais, fortalecimento do poder legislativo etc. Entretanto, têm ocorrido críticas quanto à transferência de receita da União para os estados e municípios, sem o repasse de encargos; ao detalhismo técnico, despreparo do legislativo para responder na velocidade desejada aos seus grandes encargos, bem como ao cumprimento dos prazos para elaborar a legislação complementar referente, inclusive, ao sistema tributário, código do consumidor, lei de greve e tantas outras.

É, inegavelmente, um modelo político de linhas liberais avançadas que vive agora o desafio de sua aplicabilidade, inclusive pelo próprio legislativo.

O despertar de uma consciência ecológica

A sociedade republicana brasileira, obviamente embutida na conjuntura mundial, partici-

pou numa primeira fase de uma postura agressora à natureza, a qual evoluiu posteriormente para uma posição de indiferença destrutiva e, finalmente a partir das últimas décadas, ensaiou os primeiros passos para a tomada de uma consciência governamental sobre o problema ecológico.

Fato inegável é que, em termos institucionais, estamos avançando e até mesmo nos posicionando à frente de algumas sociedades no concernente à nossa lei magna, ao estabelecer um modelo de desenvolvimento econômico restrito ao princípio de defesa do meio ambiente, ao criar a educação ambiental em todos os níveis do ensino, bem como ao posicionar sanções penais e administrativas independentemente da obrigação de reparar danos causados ao meio ambiente.

A práxis ecológica, no entanto, ainda é desfavorável. Porém, são evidentes os primeiros passos para uma consciência ecológica.

Movimentos e organizações governamentais e privados brotam no País.

Há até uma agitada e emocional manipulação do tema ambiental, buscando, alguns grupos, monopolizar e partidariar o assunto, enquanto interesses internacionais conclamam pela desnacionalização brasilei-

ra da Amazônia, sob pretexto de um ecologismo de interferência.

A revolução da mulher brasileira

No decorrer do centenário republicano, a sinhazinha do início do século, com vestidos rendados, semi-analfabeta, instrumentalizada para o casamento de conveniência familiar, economicamente improdutivo, matriz reprodutora e submissa ao pai e ao marido, rompe com valores sociais, estereótipos e, progressivamente, vem se transformando na mulher independente, integrante da força de trabalho deste final de século.

O Brasil acompanhou a chamada revolução da mulher, mesmo com defasagem, a reboque de sociedades mais avançadas.

O contingente feminino brasileiro, particularmente nas áreas urbanas, vem consolidando progressivamente uma consciência de que a tradicional diferença de caracteres entre macho e fêmea, em termos de reconhecimento de valor, intelecto, capacitação, direitos e deveres sociais, não é devida a fatores congênitos, e sim, aos condicionamentos culturais a que o indivíduo é forçado ao longo do seu processo sócio-econômico.

A mulher brasileira vem persistentemente adotando a pre-

missão de que na realidade não existem qualidades masculinas e qualidades femininas, e sim, qualidades do gênero humano.

Passo a passo, a mulher geradora de filhos, reclusa ao lar, mais governanta do que esposa-mulher, ausente do mercado de trabalho, alijada ao ostracismo e à marginalização cultural, vem forjando a grande rebelião, trazendo profundas transformações dos valores e instituições sociais, e reforçando todo o sistema produtivo nacional.

A ascensão do trabalhismo

A república herdara da monarquia a feliz extirpação do flagelo da escravidão, porém estava, de pronto, totalmente despreparada para orientar e proteger a grande massa de ex-escravos, bem como de subempregados desqualificados profissionalmente para enfrentar o mercado de trabalho.

Lentamente vai surgindo um despertar de lutas e a formação de uma consciência da classe operária. Delineiam-se, aos poucos, o trabalhismo brasileiro e o direito do trabalho.

No Brasil, o movimento trabalhista está embutido na sociologia política da sociedade republicana.

Na década 1920/1930 já se esboça uma consciência trabalhista.

Entretanto, é a revolução de

1930 que dinamiza o trabalhismo seguindo alguns princípios universais da Organização Internacional do Trabalho.

Vários estatutos vão surgindo pertinentes à organização sindical, comissões de conciliação, previdência, trabalho rural, consolidação das leis de trabalho (CLT) etc.

O nosso modelo trabalhista contém outros avanços, como a participação dos sindicatos nas negociações coletivas, jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos etc.

Do regime semi-escravo do início do período republicano, houve um salto no trabalhismo, particularmente com a criação do Ministério do Trabalho, da Justiça Trabalhista e de toda uma ordenação das relações de trabalho, a par do surgimento de um poder sindical estruturado em grandes centrais, confederações, federações e numerosos sindicatos.

Chegamos a um sensível momento do jogo democrático, onde a prática trabalhista exigirá esforços mútuos em busca do amadurecimento e da maturidade das relações capital-trabalho. Bateria de estatística do Ministério do Trabalho revela que, de janeiro a outubro de 1988, registraram-se no País 1.516 greves. Nos primeiros quatro meses do corrente ano ocorreram 1.288 paralisações.

Diante disto, resta apenas um caminho: perseguir o trabalho justo e democrático, onde não haja grevismo selvagem nem tampouco autoritarismo patrimonial desumano; onde não haja relação deformada de interesses e atos fora da ordem jurídica no contexto da sociedade brasileira.

O salto para a sociedade industrial

Outro marco do século republicano foi a mudança da enxada para a agricultura de larga escala; de um Brasil produtor de produtos primários e semimanufaturados para a construção de um grande parque industrial; de um mercado essencialmente importador de manufaturas para um sistema industrial exportador de bens e serviços, num valor que se aproxima de 30 bilhões de dólares anuais.

Não existia, nos primeiros anos de República, um pensamento voltado para a industrialização, pois aceitava-se viver na dependência industrial, particularmente da Inglaterra e dos Estados Unidos, utilizando-se abulicamente o dinheiro da venda do café em grãos.

Gradativamente, desponta uma preocupação com a tecnologia, com a qualificação profissional, com a eficiência das elites gerenciais. A implantação do pólo siderúrgico de Volta Re-

donda nos anos 40 foi acompanhada de projetos hidrelétricos, petrolíferos, petroquímicos, rodod-ferroviários etc.

Nos anos 50, desponta a indústria automobilística, seguindo-se a de celulose e papel, de bens de capital etc.

No anos 70, aviões projetados e construídos por brasileiros ingressam no mercado mundial, e a política de substituição das exportações modernizou o parque industrial, tornando os produtos brasileiros competitivos. Nesta fase, o Brasil ingressa no clube dos exportadores de industrializados. Café, açúcar, cacau, nossos destaques internacionais até os anos 60, representam hoje menos de 10% das exportações.

A CACEX revela o perfil altamente positivo das exportações de 1987, que assinala o que podemos chamar de salto industrial, onde os manufaturados representam quase 60% e os semimanufaturados 12,11%.

A crescente presença brasileira na arena do comércio mundial já incomoda e ameaça interesses outros, o que vem gerando retaliações e inúmeros contenciosos comerciais, e tem levado o Brasil a apresentar protestos formais no GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

Conflitos comerciais, aliás naturais, na chamada guerra do comércio, têm surgido particularmente nas áreas farmacêuti-

ca, propriedade industrial e intelectual, informática, eletrônicos, vinícolas, autopeças etc.

Prosseguiremos o desafio no cenário atual com manifestações de recessão e desatualização tecnológica, pois, se de 1980 a 1988 a produção industrial cresceu 17%, no período jan/88 a jan/89 houve uma queda de 6%. Essa tendência é preocupante.

A mestiçagem, a interiorização e a urbanização

Esses eventos também substanciam marcos capitais vividos pela sociedade brasileira no século republicano, por suas repercussões na efetiva posse da terra, na formação do homem brasileiro, na expansão da fronteira agrícola, nos crimes ecológicos e nos desvios sociais decorrentes da inchação das macrocidades brasileiras.

O movimento demográfico brasileiro foi marcado não somente pela expansão populacional (15 milhões ao ser proclamada a república), com um salto de 17,4 milhões em 1890 para um total que se aproxima de 140 milhões nos dias atuais, bem como pela alta mestiçagem que vem ocorrendo nos últimos 40 anos. Os brancos decaíram neste período de 64% (1940) para 55% (1980), os negros de 15% para 6%, enquanto os mes-

tiços cresceram de 21% para 39%. O homem brasileiro do segundo século republicano será mestiço, prosseguindo-se nesta tendência.

Também no período considerado, o brasileiro resolveu deixar um pouco a brisa marítima litorânea e adentrou-se para o centro-oeste e a Amazônia.

A continentalidade da nossa base física apontava a necessidade de interiorização do desenvolvimento. Houve, inegavelmente, uma expressiva resposta a esse desafio geopolítico.

Este processo de interiorização, por sua vez, estimulou a malha viária, a indústria automobilística e de implementos agrícolas, num efeito de mútua causalidade.

Ocorre, também, o efeito perverso deste processo desenvolvimentista. O trabalhador do campo, desassistido em termos de apoio e proteção trabalhista e em suas necessidades básicas de educação, saúde e habitação, constituiu-se em agente da mais nefasta migração interna — *a fantasiosa e sonhadora corrida para as cidades*. Nos anos 70, com a intensificação da industrialização, agilizou-se o crescimento metropolitano.

Deficiências de programas governamentais geraram uma terrível dualidade de condições de vida e de trabalho. O trabalhador da cidade dispondo de

alguma proteção trabalhista, de capacidade de organização sindical, de algum suporte social, enquanto o trabalhador do campo permanecia num regime semi-escravista. Um é o *operário*, enquanto o outro é o *bóia-fria*.

Enquanto, em 1940, o censo demográfico acusa uma população urbana de 31,74%, existe projeção que aponta um índice de urbanização de 80% no final deste século. Por sua vez, a modernização da agricultura liberou mão-de-obra.

Este abandono do campo adoeceu as cidades e megacidades e gerou uma patologia social que retrata toda a problemática brasileira.

O estuário de todo este processo demográfico, econômico e social é o atual quadro de involução urbana, com todas as conseqüentes externalidades negativas.

Em termo de sociologia urbana, nos defrontamos com expressões contundentes como: cidade favelada, miserópolis, população de rua, pivetes, sem-teto urbanos, mendicância, violência, vandalismo contra os bens públicos e queda da qualidade de vida.

Presença brasileira nos grandes conflitos bélicos mundiais

Vivemos ainda, no centenário

rio republicano, a participação brasileira nas duas guerras mundiais em defesa da soberania nacional e dos valores democráticos da ordem internacional.

A nação brasileira é culturalmente pacifista, a ponto de as cartas magnas de 1967 e 1988 inserirem desveladamente, em seus textos, o princípio da solução dos conflitos internacionais "por negociações diretas, arbitragem e outros meios pacíficos, ficando vedada a guerra de conquista".

Por sua vez, a atual constituição preocupou-se em estabelecer (Art. 4º) os princípios norteadores da nossa política externa com base na autodeterminação dos povos e defesa da paz.

Malgrado este atributo pacifista do caráter nacional, o Brasil foi arrastado no contexto internacional para a Primeira Grande Guerra, já na chamada Primeira República, mesmo tendo traçado a sua posição de neutralidade, a 04 de agosto de 1914, fiel à convenção de Haya. Em abril de 1917, foi torpedeado o navio mercante Paraná, seguido de seis outros, o que levou o congresso, em consonância com o executivo chefiado por Wenceslau Braz, a reconhecer o estado de guerra iniciado pelo império alemão contra o Brasil.

Terminado o conflito, a de-

sejada paz mundial foi efêmera, e o Brasil não conseguiu manter-se afastado dos campos de batalha da 2ª Grande Guerra, já agora na chamada Segunda República.

A nação, particularmente a juventude, vai às ruas exigir revidar à agressão de submarinos nazistas a navios mercantes brasileiros desde 1942, vitimando mais de 600 cidadãos de uma nação neutra.

Deflagra-se o esforço de guerra, voluntários apresentam-se; a mulher brasileira participa do corpo de enfermagem; 25.000 brasileiros vão ao teatro de guerra europeu lutar nos apeninos gelados e muitos ficaram no cemitério brasileiro de Pistóia, depois transferido para o monumento em homenagem aos civis e militares mortos na Grande Guerra.

As conseqüências foram imensas. Vidas brasileiras perdidas nas águas do Atlântico e nos campos de batalha europeus, contribuição política para o desmoronamento dos regimes autocráticos e vitória das democracias, redemocratização da sociedade brasileira, projeção do Brasil no cenário internacional do pós-guerra e o desamarração do nosso processo de industrialização e reformulação política e social.

Brasileiros ombrearam-se, no esforço e na adversidade da guerra, com povos econômica-

mente mais desenvolvidos. Brasileiros defrontaram-se vitoriosamente com povos tidos então como étnica e culturalmente superiores. Houve, inegavelmente, afirmação da nacionalidade brasileira.

BALANÇO CRÍTICO DA PERMANENTE BUSCA DO BEM COMUM

O bem comum entendido como objetivo síntese das aspirações da sociedade e como meta constitucional fundamental da República de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, apresenta-se, ainda, longínquo e inatingido.

Ao final deste período republicano chegamos a um painel de cores contrastantes entre matizes de expressivos avanços desenvolvimentistas, em alguns setores, e de decepções e atrasos em outros campos.

A saga centenária da sociedade republicana confluiu para o seguinte cenário:

- formação de um povo convicto do ideal democrático e o estágio atual de tentativa de aplicabilidade e viabilização do modelo político trazido pela carta de 1988;
- o despertar de uma consciência ecológica que já atinge segmentos do governo e de grande parte da sociedade;

- integração da brasileira na revolução mundial da mulher, bem como uma postura mais compreensiva em relação às minorias discriminadas socialmente;
- o desfilar de um sistema originariamente semi-eslavista para a construção de um trabalhismo dotado de normas jurídicas eivadas de liberdades e direitos da força de trabalho. Entretanto, as relações capital-trabalho ainda são precárias e altamente conflitantes;
- a realização do salto industrial projetando o Brasil como exportador de manufaturados e serviços;
- o delineamento étnico do homem brasileiro com tendência à mestiçagem; o avanço da ocupação do sertão brasileiro e a aceleração de uma urbanização descontrolada e geradora de efeitos sociais perversos, particularmente nas megacidades;
- o envolvimento do Brasil nos dois grandes conflitos bélicos do século 20 e a conseqüente preocupação das duas últimas constituições, em explicitar textualmente o preceito da convivência internacional pacífica;
- a bem-sucedida conclusão

das questões de fronteiras com nossos vizinhos, particularmente com a Argentina, Guiana Francesa e a Bolívia, bem como a projeção da diplomacia brasileira, tendo como destaque a personalidade de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Numa rápida análise de resultados, vemos que a sociedade brasileira atingiu um estágio de desenvolvimento desequilibrado, despontando vários stris estratificados sócio-economicamente em segmentos e em regiões geoeconômicas desníveis, o que ainda obstaculiza o alcance da integração nacional.

Chegamos a um dualismo social e a uma sociedade ainda injustamente dividida, com grandes desníveis de renda.

Chegamos a um estatismo burocratizante e ineficiente em termos de produtividade na aplicação dos recursos coletados do contribuinte, e a um Estado que deixa a desejar na consecução de suas funções básicas legislativas, executivas e judiciárias.

É o Brasil da informática, das indústrias aeronáutica, automobilística, elétrico-eletrônica, dos primeiros passos para o domínio do átomo, e do campo espacial, porém, é o Brasil dos bolsões de pobreza, da inflação, das dívidas externa e interna.

O BRASIL DE AMANHÃ: ÓBICES E DESAFIOS

Já vimos que a historiografia do nosso processo de desenvolvimento tem sido marcada por momentos de sístoles e diástoles sociais, políticas e econômicas.

Períodos de incerteza, incredibilidade e recessão são sucedidos ciclicamente por fases de expansão, crença cívica e fortalecimento da identidade cultural da nação.

Desafios e óbices, geopoliticamente falando, fortalecem a vontade e o grau de solidariedade nacionais.

À sociedade, ao governo, ao congresso, aos partidos políticos, à justiça, aos sindicatos, às associações, à universidade, às igrejas etc., ou seja, a todas as forças que compõem as células básicas do nosso organismo democrático, defrontam-se hoje óbices que somente serão sobreexcedidos numa atitude comportamental altamente participativa.

Eis os desafios à nossa frente nos dias atuais:

- *complementação da estrutura do nosso modelo político*, inclusive com a imediata elaboração da legislação complementar, posicionando o homem como o centro da atenção de toda a legislação ordinária. Temos uma Carta

incompleta, onde cerca de 200 artigos ainda não foram regulamentados. Ocorre ainda, que, na aplicação do modelo teórico, estamos vivendo uma situação de um sistema que nem é presidencialista nem tampouco parlamentarista. Teremos de executar o teste de racionalização administrativa e de exequibilidade do modelo 1988;

- *complementação e real afirmação prática de uma nova finalidade na relação entre o homem e a terra;*

- *consolidação efetiva do Estado Democrático de Direito*, valorizando a livre iniciativa, reduzindo o estatismo comprovadamente ineficiente e tornando mais harmônicas, em termos de interesses da sociedade, as atuações dos poderes legislativo, executivo e judiciário. Espera-se, ainda, o aperfeiçoamento dos partidos e do processo político. A formação do caráter nacional felizmente nos afasta cada vez mais da paixão atávica por líderes carismáticos, pretensos salvadores da pátria e dos pobres. O eleitor passará a cobrar as promessas e policiará democraticamente a atuação dos eleitos e dos que assumirem cargos públicos.

A sociedade, em seu desiderato de democracia autêntica e sem adjetivação ilusória, almeja a eliminação de radicalismo e de qualquer forma de ditadura, seja do proletariado, do poder sindical, do poder patronal, do poder militar, do poder teocrático etc. Ideologias radicais postas em prática no século atual, tidas como panacéias da direita ou da esquerda, para solução dos problemas das sociedades, tornaram-se anacrônicas e ou faleceram ou estão retornando ao liberalismo democrático;

- a vivência democrática é *disenso*, enquanto exige a divergência, a crítica e a reflexão de todos. No entanto, é *consenso* quando, ao final, trata-se de prevalecer o interesse majoritário da sociedade;
- a eliminação ou pelo menos *redução da pobreza* e das disparidades sócio-econômicas regionais, que afetam tremendamente a paz social e a integração nacional;
- a complementação da revolução educacional, sanitária e urbana resolvendo o desafio de prover permeabilidade sócio-econômica ascendente às camadas mais desfavorecidas,

pelo princípio da geração de igualdade de oportunidade de disputar uma natural, legítima e progressiva ascensão à riqueza.

CONCLUSÃO

Ao final deste século, vivido com erros e acertos, sucessos e fracassos, é preciso meditar e, acima de tudo, crer nos destinos da sociedade brasileira.

Cada cidadão é um elo entre o ontem e o amanhã; entre o que herdou e aquilo que será capaz de construir e doar.

A 07 de setembro de 93, de acordo com as disposições constitucionais transitórias através de plebiscito, a República poderá desaparecer, dando lugar a uma monarquia constitucional, o que nos parece pouco provável, bem como o sistema de governo poderá deixar o presidencialismo para adotar o parlamentarismo.

Seja o que for, atrás dos modelos políticos está o homem, agente de todo o processo de desenvolvimento.

A partir de agora teremos o desafio de fazer condignamente o ingresso do Brasil no século XXI e processar mudanças exigidas para vivermos, ao lado de outras nações, a sociedade pós-industrial ou a sociedade da informação ou a sociedade do bem-estar de todos os cidadãos. Segundo projeções, já conse-

guimos desarmar a bomba demográfica e seremos 170 milhões.

Teremos a obrigação de fa-

zer as mudanças culturais, estruturais e sociais necessárias. E assim faremos o grande mutirão nacional.



CEL R1 EDMIRSON MARANHÃO FERREIRA
Professor de Geografia e História pela PUC, Administrador de Empresas pela Gama Filho, com curso de Problemas Brasileiros e mestrado pela UERJ. Foi do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, atualmente leciona na Universidade Estácio de Sá. Ex-Comandante da Escola de Pá-ra-quedista e adido militar no Iran.

O DESAFIO DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

O INSTITUTO QUÍMICO CAMPINAS S.A. foi fundado no ano de 1932, pelo então bioquímico e farmacêutico Dr. Renato Marcos V. Funari (*in memoriam*), com o objetivo principal de combater, naquela época, a sífilis, um mal até então sem cura e que se alastrava em proporções alarmantes.

Hoje, decorridos 57 anos, faz parte da história do INSTITUTO QUÍMICO CAMPINAS o orgulho de sempre ter sido uma empresa exclusivamente brasileira, apesar do assédio de várias empresas multinacionais com ofertas vantajosas para comprá-lo e que são sempre repelidas pelos atuais dirigentes.

Construído numa área de 5000 m², o IQC conta atualmente com uma moderna linha de produção, onde são fabricadas diferentes formas farmacêuticas: drágeas, comprimidos, cremes etc., e com uma técnica de acondicionamento bastante aperfeiçoada para garantir a estabilidade dos produtos fabricados, mesmo quando submetidos às mais diversas condições climáticas.

Sua linha de comercialização é constituída por 23 produtos em 29 apresentações e sua posição é de destaque dentro do mercado farmacêutico nacional, pois está situado em 31.º lugar entre os 400 Laboratórios existentes no país.

O IQC emprega, no momento, mais de 200 pessoas, dando, desta forma, a sua parcela de contribuição para o desenvolvimento social e econômico do país.

Numa época em que falta neste país um direcionamento político com prioridade para a Saúde e para Indústria Nacional, o INSTITUTO QUÍMICO CAMPINAS conta com uma estrutura montada para o lançamento de novos fármacos, com o objetivo de minimizar a dor combatendo a doença de forma eficaz, e com uma tecnologia avançada e exclusivamente brasileira.



O FUNDAMENTO DA LIBERDADE NA REVOLUÇÃO FRANCESA DE 1789

Carlos de Meira Mattos

Foi preciso autoridade e ordem para que os ideais da Revolução Francesa pudessem frutificar, para que se projetasse com força, na história da humanidade, o lema "Liberté, Egalité et Fraternité", combinando o liberalismo de Montesquieu, a democracia de Rousseau e o espírito de fraternidade, que é o anseio maior das democracias liberais.

Com esta mensagem, o autor fecha seu artigo, que oferece, ao leitor, matéria concreta para reflexão, em face dos contornos do atual momento político e social do País.

Segundo abalizados historiadores, a Revolução Francesa teve início no mês de maio de 1789, quando o rei Luiz XVI, envolvido num encadeamento de crises incontornáveis, de índole moral, política, econômica, social e militar, sentiu-se incapaz de sofrer as pressões para que convocasse a

assembléia dos Estados-Gerais.

Os Estados-Gerais, uma instituição criada pelo rei Felipe, o Belo, no século XIV, havia se reunido pela última vez há 175 anos passados. Compunha-se de representantes das três classes — nobreza, clero e povo, este também chamado de 3º Estado.

No dia 17 de junho deste mesmo ano, os Estados-Gerais tomaram a audaciosa deliberação de se transformarem em Assembléia Nacional, arrogando-se o direito de elaborar a nova Constituição. O rei não teve força para impedir este ato de desafio ao poder do trono. O 3º Estado passou a dominar a Assembléia, e, a partir daí, entraram em colapso a autoridade real e os poderes da nobreza e do clero. Era já a rebelião.

No dia 14 de julho, em meio à desordem que grassava em Paris, uma turba incontida de populares, a pretexto de libertar presos políticos, atacou a antiga fortaleza da Bastilha, transformada em presídio. Ali encontraram, aprisionados, apenas 7 detentos – 4 falsários, 2 loucos e 1 tarado sexual.

Este episódio, esvaziado no seu conteúdo, pelo equívoco de seus promotores, ficou, entretanto, gravado na história como o fato épico de rebelião popular contra a autoridade da Coroa.

Mas o tema a que nos propusemos não foi contar história, mas identificar os antecedentes filosóficos, políticos e econômicos desta Revolução que comemora o seu bicentenário e que adotou a legenda de projeção universal “Liberté, Egalité et Fraternité”.

Vamos às origens próximas desse lema – formado pelas palavras “idéias-força” que em-

polgaram a maioria dos povos do universo.

O movimento iluminista, de exaltação à razão sobre o direito divino, sustentáculo dos monarcas absolutistas, teve o seu principal centro de pensamento na Inglaterra do século XVIII. As idéias de John Locke inspiraram os primórdios da Revolução Gloriosa (1689), que em nome das idéias liberais de seu filósofo conseguiu implantar um sistema de governo que substituiu o despotismo monárquico por um poder representativo, que tinha no Parlamento o centro das decisões. Locke, considerado o pai do liberalismo, foi buscar no direito natural o conteúdo filosófico de suas idéias de liberdade. Fundamentou seu sistema na afirmação de que o homem, como todo o ser vivo, tem o direito de “viver, ser livre e possuir o seu espaço para sobreviver” – eis os direitos naturais inerentes a todo ser humano; sobre o reconhecimento de sua autenticidade devia ser estruturada a sociedade política concebida pelo filósofo inglês.

A conciliação dos três fundamentos lockeanos impõe um contrato social, em que o homem livre faz concessões de sua liberdade individual, para garantir seu direito de viver e seu direito de espaço (propriedade). O governo liberal nasce dessas concessões. É um governo por delegação, por representação,

por necessidade do bem comum, cujo poder de governar os ingleses centraram no Parlamento.

Voltaire, exilado na Inglaterra, abeberou-se das idéias liberais de Locke. De volta à França, dedicou-se a escrever a favor de um governo liberal à maneira inglesa. Os próceres da Independência Americana também adotaram o liberalismo seguindo as teorias de Locke.

Montesquieu, contemporâneo de Locke, foi o maior pensador liberal francês. Na sua obra monumental "L'Esprit des Lois", estabeleceu a teoria do Estado liberal, diferente, em vários pontos, da concepção e estrutura do Estado imaginado pelo filósofo inglês, porque preocupava-se com as realidades culturais e geográficas de cada nação e porque fundamenta sua organização do Estado numa nítida separação de poderes, visando a assegurar o princípio do equilíbrio no exercício do governo.

Nosso eminente jurista e pensador Ives Gandra destaca as preocupações liberais de Montesquieu quando diz: "Como o homem não é confiável no poder, idealizou Montesquieu a separação de poderes, a partir das lições de Locke e da experiência inglesa, para que o poder controlasse o poder."

Mas o liberalismo de Montesquieu entra em conflito com

os fundamentos da democracia de Jean Jacques Rousseau, cujo lema era "todo poder ao povo", defendendo o princípio da maioria representativa, investida do exercício de todo o poder, em nome da "vontade geral". É a transformação das maiorias em poderoso centro de poder, em detrimento do direito das minorias. As idéias de Rousseau, que predominaram na fase revolucionária da Convenção Nacional, de 1792 a 1794, quando os Comitês de Salvação Pública, por delegação da Convenção que se considerava maioria, investiram-se do direito de não tolerar o que eles chamaram de "inimigos do povo", levando à guilhotina cerca de 20.000 pessoas, entre elas o rei Luiz XVI, a rainha Maria Antonieta, nobres, burgueses, populares e, finalmente, seus próprios líderes — Danton, Saint Just, Robespierre e tantos outros. Foi a época do Terror, de que fala a história.

Depois do sacrifício de Robespierre, o Incorruptível, no mesmo cadafalso a que ele condenara milhares de cidadãos, a nação, cansada da desordem, da fome, da miséria, do morticínio inútil, preferiu voltar a um regime de moderação. Instalou-se, então, o governo do Diretório, sustentado pelo Conselho dos Quinhentos e pelo Conselho dos Anciãos. Promulgou-se a Constituição Moderada do Ano III. Restabeleceu-se o

bom-senso no julgamento dos fatos políticos e no respeito aos direitos do cidadão. Mas nova calamidade política cai sobre a nação – a corrupção domina o Diretório e a classe política. A nação desiludida procura um salvador, herói nacional, o general que em meio a tantas tormentas internas cobrira de glórias as armas francesas nas guerras contra o estrangeiro.

Instala-se o regime do Consulado. Napoleão é investido das funções de 1º Cônsul. Em 1799 começa nova fase da história da França.

A Revolução Francesa durou 10 anos marcados pelas desordens e violências internas simultâneas com as guerras externas. Suportou radicalismos desnecessários e morticínios sangrentos. O povo, alvoroçado pelas promessas de redenção social, não conheceu senão a miséria e a fome.

Foi preciso que Napoleão restabelecesse a ordem para que se implantassem os códigos que vieram consolidar os ideais da Revolução. As reformas liberais consolidadas durante o Consulado reanimam a nação,

restauram sua economia que se alimenta do influxo da livre empresa, da liberdade de comércio, da obediência às leis do mercado. No dizer do historiador Octave Aubry, membro da Academia Francesa: "Os quatro anos do Consulado são os mais belos, talvez, de nossa história."

Foi preciso autoridade e ordem para que os ideais revolucionários pudessem frutificar. Foi preciso autoridade e ordem para que se projetasse com força na história da humanidade o lema que representa a feliz combinação,

do liberalismo de Montesquieu, da democracia de Rousseau e do espírito de fraternidade que é o anseio maior das democracias liberais.

BIBLIOGRAFIA

- Burns, Edward – "História da Civilização Ocidental", Rutgers University Editions.
- Aubry, Octave – "História da França", Instituto Progresso Editorial, São Paulo, 1948.
- Montesquieu, Charles Louis S. – "De l'esprit des lois", Genebra, 1748.
- Collins, J.C. – "Voltaire, Montesquieu e Touseaa in England", Londres, 1908.
- Gandra Martins, Ives – "A Origem do Poder" – Comentários à Constituição Brasileira, 1º Volume, Editora Saraiva, 1988.



O General-de-Divisão R/1 CARLOS DE MEIRA MATTOS é autor de numerosos trabalhos no campo da Geopolítica, destacando-se "A Geopolítica e as Projeções do Poder" e "Projeção Mundial do Brasil". Ex-Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, com sede em Washington, DC, EUA.



A BATALHA DE PIRAJÁ: Ponto de inflexão nas lutas pela independência da Bahia

Pedro Wood Conrado

A matéria foi remetida à A Defesa Nacional pelo comandante do 19º Batalhão de Caçadores (Salvador, BA), Coronel Sérgio Antonio dos Santos Lima, em reconhecimento ao trabalho apresentado pelo autor, cujas potencialidades nele se revelam, em cumprimento à missão recebida.

Aborda episódio da conquista da nossa independência cujo realce, injustamente, fora dos círculos acadêmicos, se restringe ao âmbito regional.

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve origem em missão recebida do Comandante do 19º Batalhão de Caçadores – Batalhão Pirajá. Tratava-se de reconhecer o sítio histórico onde foi travada a Batalha de Pirajá.

Ao chegar ao local com alguns militares residentes na

área (hoje quase toda urbanizada), senti a necessidade de uma pesquisa histórica sobre a Batalha para, com conhecimento dos fatos, obter base teórica para o levantamento que iria empreender.

A grande dificuldade encontrada era a falta de fontes sobre o assunto, acrescida do fato de as mesmas terem sido produzi-

das por historiadores civis, que dão maior valor a fatos individuais de heroísmo que os referentes à manobra das forças em presença, mais relevantes para nós militares. Daí não ter sido possível maior detalhamento quanto à composição das Brigadas, por exemplo, ou à junção em Cabrito, se foi realizada ou não. Justo é ressaltar a grande boa vontade das funcionárias do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), da Biblioteca Central do Estado da Bahia e do Centro de Estudos Baianos, a quem recorri durante o trabalho.

Para fins desta apresentação, dividi o trabalho em três partes essenciais: causas; a batalha propriamente dita e consequências. Para melhor compreensão do leitor, abordei a batalha em três fases, todas elas caracterizadas no seu início e no seu final.

Finalmente, concluo o trabalho afirmando que a Batalha foi o ponto de inflexão nas lutas pela Independência na Bahia.

CAUSAS

A prosperidade da Província da Bahia e a intenção dos portugueses

Em 1816-17, a Bahia detinha as maiores cifras de importação e exportação da colônia, superando o Rio de Janeiro (capital)

e sendo dez vezes maior em relação a São Paulo. As províncias do norte-nordeste detinham 2/3 do movimento total do cais em toda a colônia, e a Bahia era a província mais próspera.

O Recôncavo Baiano, muito rico, era considerado o celeiro da província e responsável por grande parte do abastecimento, principalmente de gêneros alimentícios, da cidade de Salvador.

Os maiores fazendeiros da região tinham grande poder de influência, pois além de possuírem o maior poder aquisitivo dos municípios, também detinham o poder político. Com isso, podiam formar uma força militar própria, já que tinham a possibilidade, através das câmaras que controlavam, de nomear oficiais nos postos de segunda linha (milícias) ou nos postos de terceira linha (ordenanças).

Daí o grande interesse de Portugal pela província baiana, onde procurava controlar o poder político e econômico regional e, principalmente, manter tropas profissionais, experientes, bem adestradas e pagas na cidade de Salvador, em condições de receber, mediante pedido, reforços da capital (Rio de Janeiro).

O momento político – influência e consequências na província da Bahia

A Bahia achava-se sob o

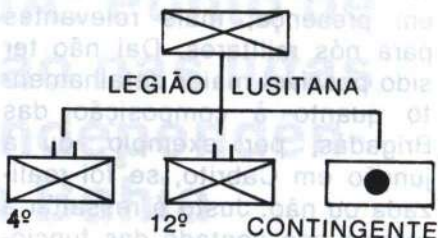
Governo do Conde de Palma. Justo e equilibrado, possuidor de uma visão política abrangente, conseguiu fazer um governo próspero e sem convulsões de qualquer ordem. Brasileiros e portugueses (estes controlando a maior parte do comércio – causa de antagonismo entre ambos) tinham interesse em manter o “status quo” na Bahia.

Em 24 de agosto de 1820, dá-se a revolução do Porto. D. João VI substitui o Conde de Palma, cujo governo foi tranqüilo e benéfico, pelo Conde de Villa-Flor, militar moço e de caráter violento, gerando descontentamento e início da fricção entre lusitanos e brasileiros.

Em 10 de fevereiro de 1821, o Regimento de Artilharia no Forte de São Pedro, sob o comando do Tenente-Coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães sublevou-se contra a medida da Corte. O Conde de Palma alertado, ordenou ao Marechal Felisberto Caldeira Brant Fontes, inspetor das tropas, que reprimisse o movimento rebelde, o que foi feito prontamente.

Após a revolta, foi formada uma junta de governo onde havia apenas três brasileiros. Imediatamente, essa junta, sentindo que o “status quo” poderia ser modificado, devido a diversos atos que cometera, pediu reforços de tropas, sendo imediatamente atendida. Desembarca assim, em Salvador, a Legião

Lusitana, com a seguinte composição:



D. João VI volta para Portugal, e a Junta Governativa, não reconhecendo a regência de D. Pedro I, resolve entender-se somente com o Governo da Corte. Recebidas as bases da Constituição portuguesa, ela é prontamente jurada em 25 de maio de 1821, na catedral metropolitana. A atitude da junta era de total dependência do Governo de Lisboa. Cresce ainda mais o descontentamento e, a 3 de novembro, ocorre um conflito entre o Regimento de Artilharia (brasileiro) e a Legião Lusitana.

As mudanças de chefes políticos e militares – consequências

Em 29 de setembro de 1821, a Corte de Lisboa baixa decreto modificando os Comandos Militares, subordinando as províncias a Lisboa e ordenando a volta de D. Pedro a Portugal.

Inicia-se uma fase de extrema violência das tropas portuguesas, carregando a atmosfera

de ódios e determinando o êxodo crescente de habitantes para o Recôncavo.

Em 10 e 2 de fevereiro de 1822, realizam-se eleições, sendo eleita uma junta de brasileiros que, rapidamente, jura fidelidade ao Regente D. Pedro, sendo nomeado Comandante das Armas, o brasileiro Tenente-Coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães. Portugal, por sua vez, nomeia, para a mesma função, o Brigadeiro Inácio Luis Madeira de Melo. A junta não lhe dá posse e há um impasse. Finalmente chegam a um acordo: os dois serão nomeados, formando uma junta militar. Com a dualidade de comando, todas as vezes em que há conflito de ordens há motivo para tumulto entre tropas brasileiras e portuguesas. As tropas se amotinam e é nesse momento que se dá o episódio da invasão do Convento da Lapa, onde ocorre a morte da abadessa sóror Joana Angélica.

A partir desse momento, o estado de ânimo é tão irreconciliável que somente vem a resolver-se pelas armas, em 1823.

Tropas brasileiras e portuguesas entram em choque. Os brasileiros, em minoria, perdem o conflito. Há o envio de reforços para Madeira de Melo. Ocorrem grandes deserções nas tropas brasileiras e portuguesas. Os desertores vão para o Recôncavo formar o Exército Liber-

tador. Tem início a Guerra pela Independência da Bahia.

FASES DA LUTA

Podemos dividir a luta pela Independência da Bahia em duas fases: a primeira, de organização precária, até a chegada de Labatut; a segunda, após a chegada de Labatut.

1ª Fase

Os militares e civis se refugiaram no Recôncavo, em engenhos e propriedades próximas a Cachoeira, São Francisco e Santo Amaro.

Foi em Cachoeira que se instalou uma Junta Governativa de Libertação. A 26 de junho, na Vila de Maragojipe, o poder da Junta foi ampliado e formado o governo militar e civil em todas as vilas do Recôncavo. Em 29 de junho, as vilas de São Francisco do Conde e de Santo Amaro aclamaram Dom Pedro I Regente Constitucional do Brasil. O Coronel de Milícias Albuquerque de Ávila Pereira, o Santinho, e Joaquim Pires de Carvalho, assumem o comando geral das tropas milicianas.

Sem unidade de comando, sem tropas experientes (a grande maioria era de voluntários), sem uma estrutura logística de apoio e sem um objetivo definido, essas tropas limitaram-se a executar pequenas ações de

guerrilha, com a finalidade de impedir o acesso a Salvador, de suprimentos vindos do Recôncavo.

A principal via de acesso ao Recôncavo era a estrada das Boiadas (ver mapa anexo A). E esta era dominada por uma elevação: Pirajá. Braz do Amaral (in: "História da Independência da Bahia") assim o descreve:

"Pirajá não é uma povoação propriamente dita, e sim, uma posição situada num alto. Este alto, por onde passa a estrada que vai da Bahia para o norte (das Boiadas) tem, de um lado, terras onduladas, cobertas de matas e onde nos baixos, entre as colinas, não faltam brejos e alagadiços, e, do outro, a encosta que leva ao mar, isto é, às praias de Ipacaranha e Periperi...

"Quem desembarca nesses pontos tem de subir sempre, a fim de galgar a estrada.

"Chegando ao cume e ficando assegurada toda ela, não só fica o Exército que a possuir em situação dominante sobre a enseada de Itapagipe, como em estado de garantir a entrada de muitos víveres frescos e gado na cidade.

"Daí a importância de Pirajá, acentuada em todas as campanhas que se tem feito em torno desta cidade, tornando-se o ponto decisivo de convergência de esforços dos combatentes, pois é o caminho que leva da

península em que está a Bahia, para todo o centro.

"Pirajá se tornou assim o alvo de atenções de todos os militares."

Nessa fase, os portugueses têm a supremacia naval local e a utilizam atacando posições de defesa estabelecidas na Ilha de Itaparica e nos pontos de Funil, São Roque, Encarnação, Iguape, Capanema, Saubara e Ponta de Nossa Senhora, tudo com a finalidade de cortar as comunicações das vias de suprimento do Exército Libertador. O Exército de Libertação resiste aos desembarques e vence as primeiras batalhas.

A situação ainda permanece crítica. Não há uma organização formal do Exército dos brasileiros, fluxo contínuo de suprimentos, unidade de comando, devido aos comandantes de unidades serem regionalistas ao extremo, e nem coordenação das ações. Mesmo assim, o Cel Joaquim Pires avançou com seu regimento e ocupou Pirajá.

2ª Fase

Labatut saiu do Rio com uma esquadra e trouxe consigo 38 oficiais, 260 soldados, 16 canhões, 5.000 espingardas, 500 clavinotes, 500 pistolas, 2.000 lanças e 500 sabres. Desembarcou em Alagoas e dirigiu-se para Pernambuco, onde incorporou 250 homens de linha armados e

pagos por três meses; estes sob o comando do Coronel José de Barros Falcão Lacerda.

No dia 28 de outubro, chegou à Feira do Capuame e recebeu o comando da tropa do Coronel Santinho, em Engenho Novo, onde estabeleceu seu QG (ver anexo A).

O General Labatut, veterano das Guerras Napoleônicas, tinha como principal missão dar unidade de comando às partes independentes do Exército, refreando o espírito de bairrismo, de que se ufanava cada chefe e que era peculiar aos diversos grupos.

Logo ao chegar, Labatut deu início à sua árdua tarefa de disciplinar, armar, equipar, reorganizar e adestrar uma força que era, na sua grande maioria, como ressaltado, composta de voluntários. Ratificou a tática empregada pelo comando anterior de cercar Salvador. Apenas redistribuiu as forças em toda a linha de cerco que ia de Cabrito a Itapoan, numa frente de, aproximadamente, 16 quilômetros.

ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO LIBERTADOR

Efetivos em presença

Os autores são contraditórios sobre os efetivos em presença na zona de operações. O Barão do Rio Branco afirma que havia 7.409 homens, entre civis

e militares. Labatut afirma que não tinha mais de 2.000 homens para pronto emprego, nem munição para mais de um dia de fogo.

Miguel Calmon du Pin e Almeida (in: "A Batalha de Pirajá") especifica:

- 7.000 homens compreendiam os Btl rapidamente criados e enviados para toda a linha de frente;
- 1.500 homens de Cachoeira;
- 500 homens de Santo Amaro;
- 300 voluntários de Barenguer César;
- 600 do Coronel Marques Pitanga;
- 3.000 praças de Torre;
- 225 caçadores de Pernambuco;
- 400 infantes do Rio de Janeiro;
- 500 infantes do Batalhão de Vila de São Francisco;
- 70 infantes de Cachoeira;
- Pelotão (30 homens) do Alferes Faria Dutra;
- Companhia Montada de Pojuca e Vila de São Francisco;
- Batalhão Henrique Dias;
- 30 milicianos do Sargento Manoel Alves do Nascimento.

Tudo isso perfazia um total aproximado de 7.000 homens, entre combatentes, embarcadizos, agregados e doentes.

Organização das Forças Independentes

Era a seguinte a organiza-

ção das forças de Labatut:

1ª DIVISÃO

Localização: Cabrito – Campinas – Pirajá

Comandante: Tenente-Coronel José de Barros Falcão de Lacerda.

Organograma:

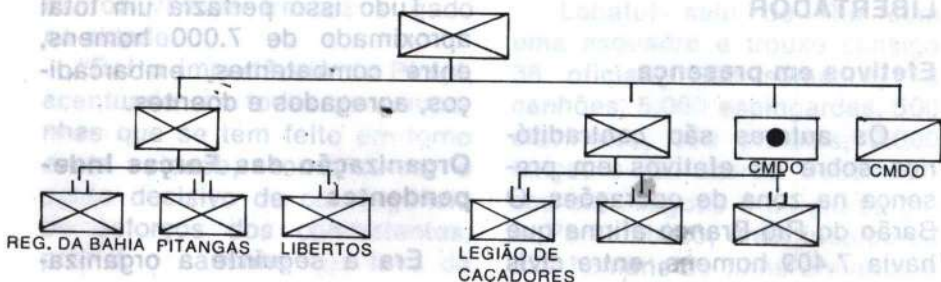


2ª DIVISÃO

Localização: Itapoan – Boca do Rio – Armações

Comandante: Coronel Felisberto Gomes Caldeira

Organograma:



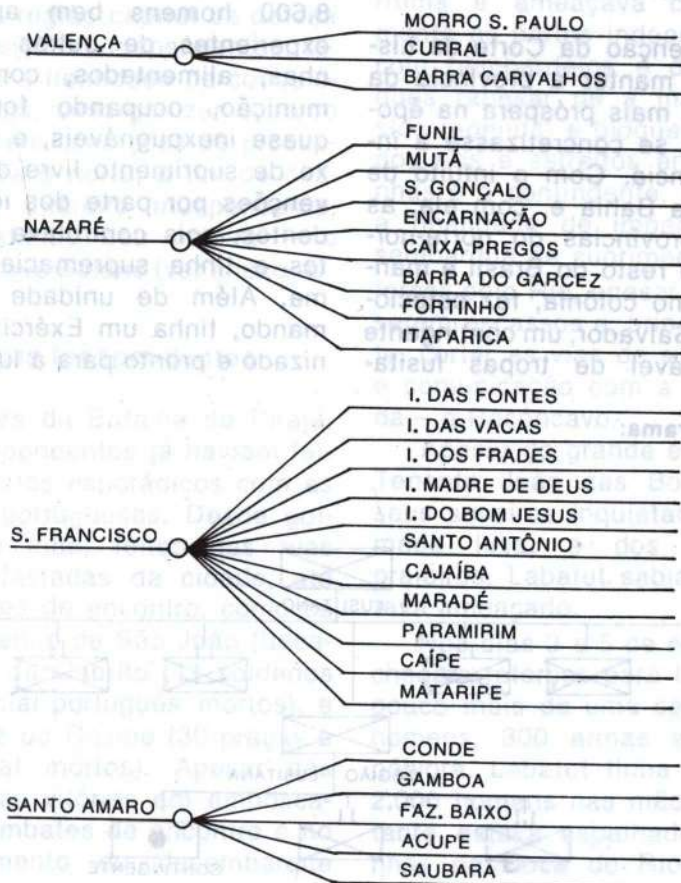
Apoio Logístico

O apoio logístico, antes da chegada de Labatut, era falho e não tinha continuidade. Apesar de ter sob seu controle todo o Recôncavo, não havia organização no fluxo de suprimentos de todas as classes, sendo este um ponto fraco do Exército Libertador. Após a chegada de Labatut, houve maior organização na logística, inclusive com maior se-

gurança dos portos, onde a esquadra lusitana atuou intensamente, tentando cortar linhas de comunicação e suprimento. O apoio logístico era feito da seguinte maneira.

SUPRIMENTO Classe I

Foram nomeadas comissões em Nazaré, Valença, Santo Amaro e São Francisco. Essas comissões eram encarregadas de suprir os seguintes núcleos libertários:



Havia outras comissões em Jeriquiça, Camamú, Maraú, Barra do Rio das Contas e Ilhéus.

A BATALHA DE PIRAJÁ

Manobra pretendida pelos portugueses

A manobra pretendida pelos portugueses era um desbordoamento simples. Com uma força tarefa composta de infantes e marinheiros, além de uma esquadra de escolta, desembarcariam no flanco direito do inimigo e lançariam um ataque frontal sobre a região capital de defesa das posições independentes, tudo com a finalidade de conquistar Pirajá, desorganizar o cerco e ficar em condições de prosseguir para o norte, a fim de destruir o Exército independente, conquistando seu celeiro — o Recôncavo Baiano (ver anexo A).

As Forças Independentes

Antes da Batalha de Pirajá, os independentes já haviam feito contatos esporádicos com as tropas portuguesas. Desde golpes de mão, feitos nas ruas mais afastadas da cidade, até combates de encontro, como os de Engenho de São João (Itacarânia), de Cabrito (11 soldados e 1 oficial português mortos), e de Cruz do Cosme (30 praças e 1 oficial mortos). Apesar das pequenas vitórias em emboscadas, combates de encontro e no impedimento do desembarque

português em portos importantes (Funil), Labatut se inquietava com a superioridade do inimigo.

No dia 31 de outubro, chegam mais reforços ao Brigadeiro Madeira de Melo. Este há muito havia recolhido aos fortes seus postos avançados nas alturas que dominavam a cidade. O português concentrava meios, recebia reforços, apesar do erro tático de abandonar as elevações. Ele tinha supremacia marítima e ameaçava constantemente os portos independentes, com bombardeios e desembarques (apesar de a maioria ter sido repelida) e bloqueava a foz dos rios e estreitos entre as linhas e o contingente, tudo com a finalidade de impedir o desembarque de suprimentos e reforços pelo Rio, apesar de esses serem escassos e, principalmente, cortar as vias de suprimento e comunicação com a retaguarda — o Recôncavo.

Apesar do grande esforço do Tenente João das Botas, com seus saveiros inquietando a armada lusa, e dos patriotas praieiros, Labatut sabia que estava ameaçado.

Nos dias 3 e 5 de novembro, chegam reforços para Labatut — pouco mais de uma centena de homens, 300 armas e alguma pólvora. Labatut tinha cerca de 2.000 homens nas mãos. O restante estava espalhado nas linhas da Boca do Rio até Ita-

poan, e com apenas um dia de pólvora.

No dia 7 de novembro, ele envia mensageiros pedindo reforços à capital.

A Batalha

Para que se possa visualizar a manobra das forças na zona de operações, é necessário que se leia o texto abaixo, observando, simultaneamente, os esboços da zona de operações correspondente a cada fase.

A fim de facilitar o entendimento, a Batalha está dividida em três fases distintas.

A Batalha de Pirajá teve a duração de 8 horas e se desenvolveu da seguinte maneira:

PRIMEIRA FASE

É madrugada do dia 8 de novembro de 1822. A força tarefa já está embarcada e inicia seu deslocamento nos lanchões, comboiada por duas canhoneiras. Sua missão é desembarcar nas localidades de São Braz e Escada e fazer a junção com o grosso, em Cabrito. Comandada pelo Tenente-Coronel Joaquim Antonio de Almeida, desembarca ao amanhecer nas praias desertas das duas localidades, sem encontrar nenhuma resistência por parte dos independentes. Atravessa o Rio do Cobre, perto de uma cachoeira onde este é vadeável, e prossegue para o

Engenho do Cabrito.

Simultaneamente, duas colunas lusas iniciam seu movimento.

A da direita desloca-se pela estrada das Boiadas (Bate-Folhas, Campinas, Pirajá) e tem por missão atacar Pirajá, que é a região capital de defesa do dispositivo da 1ª Divisão e onde se localiza seu PC. A da esquerda desloca-se pela via que liga Coqueiro a Cabrito e tem por missão fazer a junção com a FT em Cabrito. Caracteriza-se, com o desembarque e deslocamento das colunas, o início da 1ª Fase.

a) Coluna Lusa da Direita

Os postos de vigilância (PV) em Bate-Folhas alertam quando avistam a coluna Lusa. O primeiro contato entre nacionais e portugueses se dá em Campinas. As forças brasileiras não resistem ao ímpeto do ataque luso e retraem, sob grande pressão, para uma zona de reunião um pouco à retaguarda, a fim de reorganizar a defesa. Nesse local, reúnem-se o 4º Batalhão de Milícias da Bahia, uma Companhia de Torre (com seus guerreiros tapuias) e o Batalhão de Vila de São Francisco, todos remanescentes do primeiro contato e comandados pelo Tenente-Ajudante Alexandre de Argolo Ferrão (comandante do Batalhão de São Francisco). A partir daí conseguem, com muito esforço, paralisar a coluna inimiga.

b) Coluna Lusa da Esquerda

A coluna entesta com um destacamento baiano, que se vê obrigado a fazer um retraimento até a zona de reunião (Z REU) em Campinas. Prossegue, assim, a coluna rompendo sucessivas linhas de defesas brasileiras, com a finalidade de fazer a junção em Cabrito. Os três canhões brasileiros ali instalados com a finalidade de vigiar a Baía de Itapagipe, abrem pesado fogo contra os atacantes. A tropa brasileira recua até o arraial à beira da estrada. Pequenos grupos de nacionais, ultrapassados pelos lusos, atuam como guerrilheiros e conseguem parar o avanço da coluna.

O fim da 1ª Fase caracteriza-se pela paralização das colunas portuguesas nas alturas de Campinas e Cabrito.

SEGUNDA FASE

O início da fase mais longa (durou 4 horas) e cruenta da Batalha caracteriza-se pelo recebimento de reforços portugueses.

a) Coluna Lusa da Direita

Com novo ímpeto, graças aos reforços, a coluna rompe sucessivamente as diversas linhas de defesa brasileiras. Com uma força de valor de dois batalhões, ela é detida na altura de um arraial pelos batalhões nacionais oriundos do Rio de Ja-

neiro e Pernambuco, um contingente de Artilharia e a Companhia Montada de Pojuca. Esta última tem grande atuação nesse combate, pois inquieta e quebra a coluna lusa em diversos pontos, principalmente à retarguarda. Os portugueses impressionados com a resistência que encontram e, particularmente, com a Cavalaria de Pojuca, paralizam o movimento. A partir desse momento, os lusos têm receio de uma reserva de cavalaria que os nacionais possam possuir — experientes das Guerras Napoleônicas, eles sabem o valor de uma boa cavalaria e os resultados funestos que sua carga pode produzir no dispositivo.

b) Coluna Lusa da Esquerda

Esta coluna, após receber reforços, envia um destacamento no valor de uma companhia menos (Cia (-)), aproximadamente 100 homens, para, através de desbordamento por Itacaranha e Periperi, tentar cortar as comunicações das tropas nacionais com Pirajá. Esse destacamento é impedido de prosseguir pelo 4º Batalhão de Infantaria da Bahia.

A coluna tem seu movimento impedido devido à intensa atuação dos pequenos grupos de tropas nacionais, que, ultrapassados, passam a atuar como guerrilheiros na retaguarda.

As tropas nacionais, após a paralização das colunas inimi-

gas, iniciam uma contra ofensiva.

Termina assim a 2ª fase, que se caracteriza pela paralização do avanço português e o início da contra-ofensiva nacional.

TERCEIRA FASE

A terceira fase tem início com o recebimento do segundo reforço de tropas pelos portugueses. Estima-se que se lancem sobre os nacionais (1.500 homens aproximadamente) cerca de 5.000 lusos. Os brasileiros não resistem ao ímpeto do ataque português e fazem um retraimento até Pirajá. As tropas brasileiras que foram ultrapassadas reorganizam-se em pequenos grupos para, com ações de guerrilha, inquietar a retaguarda inimiga.

O Tenente-Coronel Barros Falcão, Comandante da 1ª Divisão, vê-se com apenas 400 homens (um batalhão) quase cercado por seis batalhões lusos. Mesmo assim, ainda visualiza uma saída: havia uma possibilidade de retraimento para Canguçu, pois a sua retaguarda ainda estava livre para tal. Ordena então ao Cabo-corneta Luiz Lopes que toque "retirar". O Cabo toca "cavalaria avançar" e "degolar". Miguel Calmon Du Pin e Almeida (in: "A Batalha de Pirajá") afirma que o Cabo-corneta, praça velho português que desertou para o lado brasileiro, usou o

estrategema antigo da simulação tantas vezes usado por Aníbal e Napoleão, ao perceber que os portugueses estavam impressionados com a resistência nacional e temiam uma carga de cavalaria. Seria o triunfo dos nacionais naquele instante.

Ante a confusão e a hesitação causadas pelo toque nas linhas portuguesas, o Coronel Barros Falcão comanda uma "carga de baionetas" que faz os lusos, em disparada e desorganizados, retirarem-se perseguidos pelos brasileiros até a Lapinha.

Tem fim aí a Batalha de Pirajá.

Consequências da Batalha de Pirajá

- O Exército de Libertação sentiu, após a Batalha, a necessidade de melhorar suas posições nas elevações e de organizar um apoio logístico mais eficiente e completo.

- O português viu-se numa situação difícil após Pirajá, pois perdeu completamente a iniciativa das operações, foi batido por um inimigo claramente inferior e ficou ameaçado de conviver com a fome. A sua motivação para o combate, portanto, sofreu um sério abalo.

- O Exército Independente intensificou suas ações. Se já possuía a iniciativa das operações, estas passaram a ser mais

ousadas, organizadas e com apoio logístico compatível. A motivação para o combate cresceu muito.

Existem muitas estimativas quanto ao número de mortos e feridos no combate de Pirajá. Abaixo as apresentamos, com seus respectivos avaliadores:

Portugueses (mortos ou feridos)

- segundo Labatut = 200 mortos
- segundo Madeira = 200 mortos
- segundo Gazeta "Espelho" = 134 mortos e 221 feridos
- segundo Inácio Acioli = 80 mortos
- segundo "Idade de Ouro" = 30 feridos e poucos mortos
- segundo Cortes de Lisboa = 70 mortos e feridos
- segundo Titara (ajudante escrevente da Divisão em Pirajá) = 53 mortos de Bate-Folhas a Cruz do Largo de Pirajá, com maior número de mortos em Cabrito.
- segundo a avaliação dos Independentes, que alegam que os portugueses enterraram seus mortos quando a ação já se prolongava por três horas, a estimativa é de 230 mortos e 200 feridos.

Brasileiros (mortos ou feridos):

- mortos: 2 oficiais da Bahia
- 7 praças da Bahia
- 2 praças de Pernambuco
- 1 praça do Rio

- feridos: 13 soldados de 1ª linha e 15 civis, perfazendo um total de 12 mortos e 28 feridos.

CONCLUSÃO

Por-que foi em Pirajá o ponto de inflexão nos combates pela Independência na Bahia?

Vimos que as forças lusas estavam bem mais fortes que as brasileiras. Possuíam supremacia marítima local que lhes garantia um fluxo de suprimentos contínuo pelo mar. Estavam concentradas em fortalezas, tinham o controle da cidade e estavam bem supridas de todas as classes de suprimento da época. Eram tropas experientes, mas sua grande maioria, tendo chegado havia pouco tempo, desconheciam as causas transcendentais do conflito e, desta forma, não possuíam nenhuma ligação emocional com a terra.

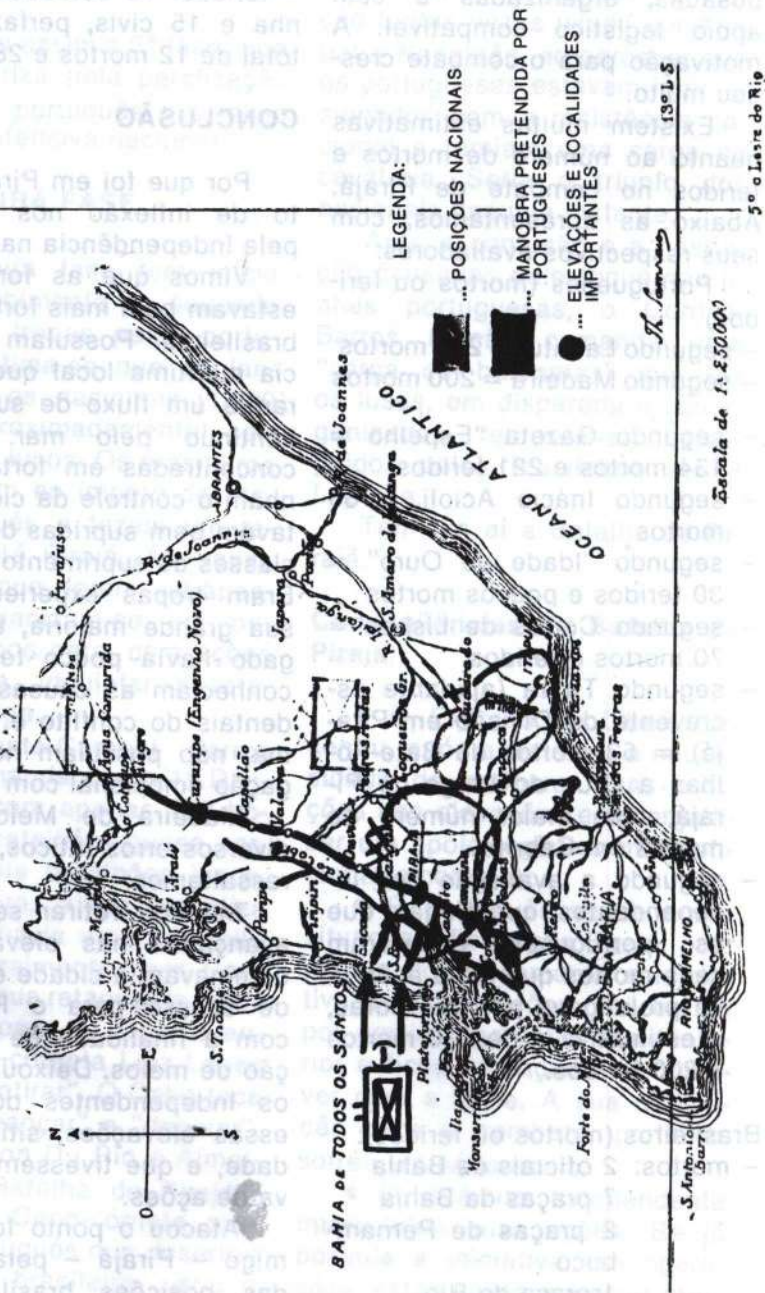
Madeira de Melo cometeu diversos erros táticos, dos quais ressaltamos:

Mandou retirar seus postos avançados nas elevações que dominavam a cidade e suas vias de acesso para o Recôncavo, com a finalidade de concentração de meios. Deixou assim que os Independentes dominassem essas elevações, sitiando a cidade, e que tivessem a iniciativa de ações.

Atacou o ponto forte do inimigo - Pirajá - pela esquerda das posições brasileiras, não

Mapa da zona da guerra da Independência na Bahia

ANEXO A (Zona de operações, posições nacionais e manobra pretendida pelos portugueses ao trabalho A BATALHA DE PIRAJÁ)



**ANEXO B (apoio logístico-quantitativo classe I) ao trabalho
A BATALHA DE PIRAJÁ FI 18)**

PONTOS DO EXÉRCITO	CLASSIFICAÇÃO DA FORÇA	Farinha em decimas	Rações de Carne			TOTAL das rações de Carne em arráteis	BOCAS
			De 2 arráteis	De 1 1/2 arrátil	De 1 arrátil		
Brigada de Pirajá...	Praças combatentes...	3.280	145	3.135	-	1.992 1/2	3.672
	Ditas no Hospital...	101	12	89	-	157 1/2	
	Empr. serventes, etc..	291	11	194	86	399	
Brigada de Itapoan.	Praças combatentes...	2.491	163	2.628	-	1.268 1/2	
	Ditas no Hospital...	703	20	683	-	1.061 1/2	3.737
	Empr. serventes, etc.	213	151	74	335		
Engenho Novo....	Praças combatentes...	138	1	137	-	207 1/2	739
	Ditas no Hospital...	433	14	19	-	656 1/2	
	Empr. serventes, etc.	168	26	21	121	204 1/2	
S. Thomés e Costa Passé	Praças combatentes...	854	29	825	-	1.295 1/2	1.031
	Empr. serventes, etc...	180	7	-	173	187	
	Praças combatentes...	861	33	828	-	1.308	966
Maré, Boca do Rio...	Empr. serventes, etc.	105	10	8	87	119	966
		10.148	486	9.121	511	15.191 1/2	10.118

Anexo C - PRIMEIRA FASE DA MANOBRA

CALA: 1:25 000

LEGENDA 1ª FASE:

→ FT Lusa

--- Objetivo da FT Lusa

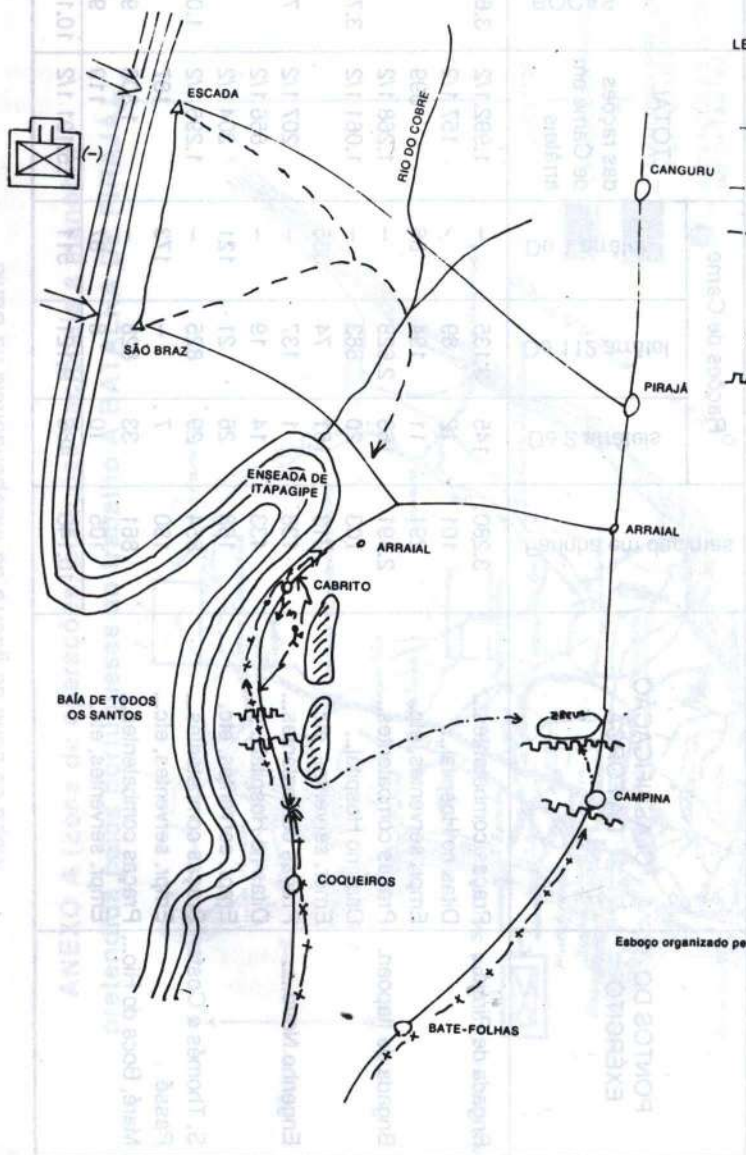
-x-x- Coluna Lusa

--- Exército Nacional

Guerrilha

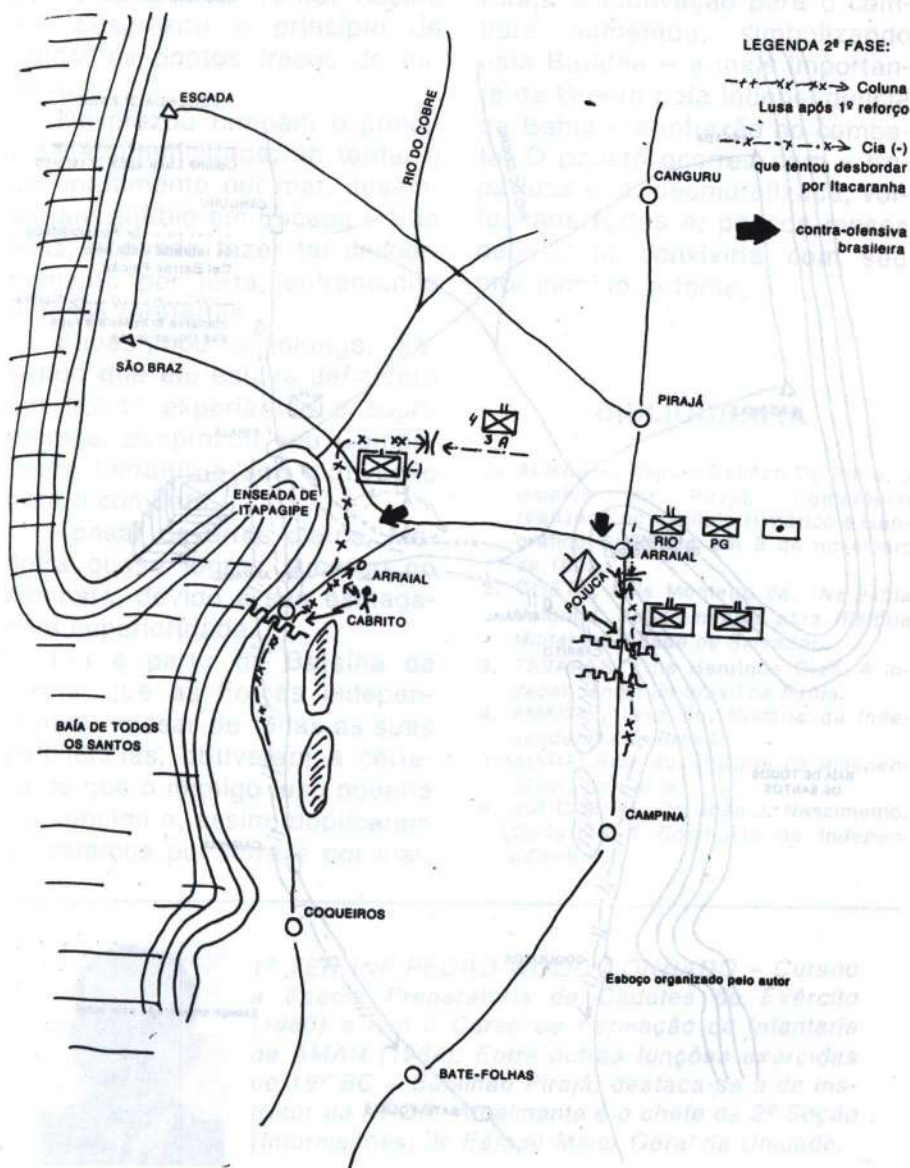
3 Trés Canhões

Linhas de Defesa

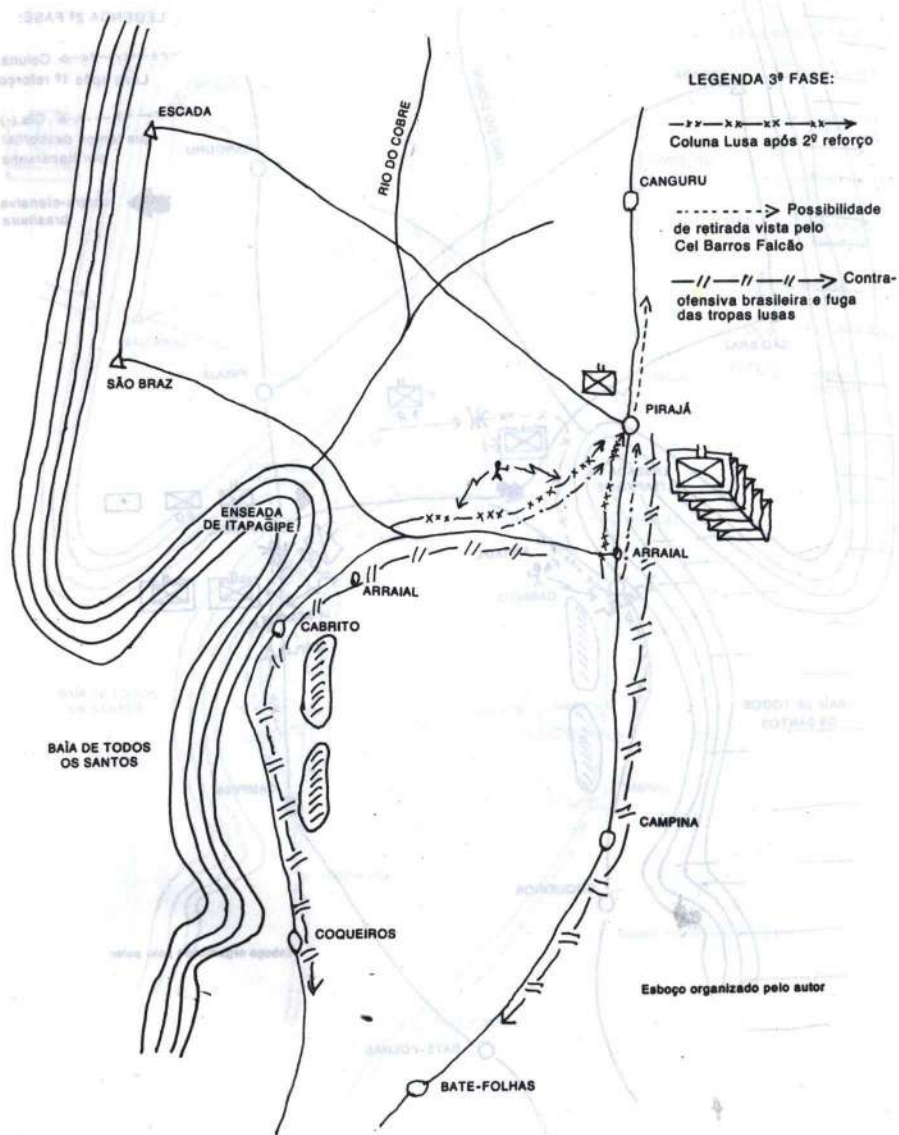


Anexo C - SEGUNDA FASE DA MANOBRA

ESCALA: 1:25 000



ESCALA: 1:25 000



buscando a ação onde elas eram fracamente defendidas, devido à tropa estar dissolvida por uma grande frente. Assim, ele desprezou o princípio de atacar os pontos fracos do inimigo.

Desprezou também o princípio da simplicidade, ao tentar o desbordamento por mar, desembarque anfíbio em Escada e São Braz, podendo fazer tal desbordamento por terra, enfrentando defesas rarefeitas.

Subestimou o inimigo. Sabendo que ele estava deficiente em tropas experientes e suprimentos, desprezou seu Comandante Labatut e sua motivação para o combate.

Apesar de erros claros, Madeira quase logrou sucesso no combate, devido à sua esmagadora superioridade.

Foi a partir da Batalha de Pirajá, que as Forças Independentes, apesar de todas as suas deficiências, obtiveram a certeza de que o inimigo luso poderia ser vencido e, assim, duplicaram os esforços por terra e por mar,

na campanha que se prolongaria ainda por alguns meses.

Certos da vitória final, após Pirajá a motivação para o combate aumentou, simbolizando esta Batalha – a mais importante da Guerra pela Independência da Bahia – a inflexão no combate. O oposto ocorreu com a tropa lusa que, desmoralizada, voltou aos fortes e, poucos meses depois, já conviveria com seu pior inimigo: a fome.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e. *A Batalha de Pirajá*. Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 8 de novembro de 1922.
2. COSTA, Luis Monteiro da. *Na Bahia Colonial: Apontamentos para História Militar da Cidade de Salvador*.
3. TAVARES, Luis Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*.
4. AMARAL, Braz do. *História da Independência do Brasil*.
5. AMARAL, Braz do. *História da Independência da Bahia*.
6. JUNQUEIRA, Dr. João J. Nascimento. *Opúsculo A Conquista da Independência*.



1º TEN INF PEDRO WOOD CONRADO – *Cursou a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (1980) e tem o Curso de Formação de Infantaria da AMAN (1984). Entre outras funções exercidas no 19º BC – Batalhão Pirajá, destaca-se a de Instrutor do NPOR. Atualmente é o chefe da 2ª Seção (Informações) do Estado-Maior Geral da Unidade.*



PERSPECTIVA HISTÓRICA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Paulo Zingg

"Hoje temos pela frente um desafio herdado de 1789: a conciliação da liberdade com a ascensão social, a consagração de direitos nos códigos com a possibilidade da manutenção e da aplicação desse direito."

O acerto da citação, feita pelo autor no decurso do seu trabalho, pode ser avaliado pelo leitor neste artigo, no qual será conduzido a percorrer os diferentes passos da Revolução Francesa e de sua irradiação pelo mundo.

Todos nós sabemos, às vésperas do seu bicentenário, o que a Revolução Francesa significou, em termos de movimentação da história. Antes dela, impulsionados pela mesma filosofia, houve dois acontecimentos que podem ser considerados idênticos na sua inspiração e na sua projeção: A Revolução Inglesa de 1688 e

a Independência Norte-Americana em 1776.

No século XVIII, a França era a nação mais povoada da Europa, com vinte e seis milhões de habitantes, e também a mais rica: era o Estado Nacional mais organizado pela monarquia e encontrava-se num processo de transformação social que, repentinamente, che-

gou a um ponto de estrangulamento. Prevalencia o velho Estado feudal, com os seus direitos pesando sobre os servos da gleba, a corvéia, a gabela e outros impostos, enquanto as cidades cresciam e o comércio se desenvolvia. Entretanto, a parcela mais dinâmica da nação não comandava o Estado.

É claro que houve alguns reis inteligentes, como Henrique IV e depois o próprio Luís XIV que, na sua megalomania, precisava encontrar meios de obter dinheiro; para isso mandou construir Versailles e ordenou que todos os nobres se mudassem para lá, enquanto mandava os seus intendentess cobrarem impostos nas províncias. Mas, repentinamente, o divórcio entre o Estado monárquico, centralizado em Versailles e a nação, que tinha em Paris o seu centro irradiante, tornou-se inevitável. Uma crise financeira, seguida de escândalos, como a falência da Companhia das Índias e depois o colapso financeiro que determinou a saída de Necker, abalaram profundamente a Monarquia, num momento em que o rei Luís XVI não tinha mais condições pessoais de dirigir o país.

O impasse tornou-se muito sério e optou-se — a história é sempre idêntica — pela convocação dos Estados Gerais, que reunia as três ordens clássicas da Monarquia: a nobreza, o cle-

ro e o chamado Terceiro Estado, constituído pelos representantes dos comerciantes, dos profissionais liberais e dos industriais incipientes da época, e que contava com o dobro da representação dos outros dois grupos.

Uma vez instalados em Versailles, o rei achou que aí estava a saída: reuniu-se a Assembleia, que iria deliberar... e todos ficaram à espera.

A princípio pretendia-se que a nobreza e o clero deliberassem em separado e o Terceiro Estado o fizesse sozinho.

Ora, mal fora definido o impasse, e o equilíbrio dessas forças já oscilava: sob as influências das idéias da Enciclopédia e da herança de Rousseau e de Voltaire, parte da nobreza uniu-se ao Terceiro Estado e também o clero pobre. E aí vem a afirmação revolucionária! É a voz de Mirabeau afirmando: "Somos os representantes da nação, não nos separamos antes de dar à França uma Constituição."

O episódio da Tomada da Bastilha pela população de Paris dá início ao processo revolucionário. O que havia realmente ocorrido em Paris? Apenas uma pequena sedição, que o rei não teve coragem de enfrentar e reprimir com as tropas estrangeiras à sua disposição. O rei era tímido, além de outras qualidades que a história consagrou. Mandou apenas guardas franceses. Os soldados franceses con-

fraternizaram com a população, e a Bastilha foi tomada. E naquela noite o rei, comentando o episódio, disse: – “Uma revolta!”

– “Não! Uma revolução! Vossa Majestade não avalia a significação do que ocorreu.”

Aí se estabelece algo que permanece em toda a história política francesa: a simbologia de Paris – a capital da Revolução – e de Versailles – o reduto da velha nobreza.

Essa revolução desdobra-se em três fases: a *Assembléia Constituinte*, que começamos a abordar; a *Assembléia Legislativa* e, por fim, a *Convenção*.

O que faz a *Assembléia Constituinte*? Ela age depressa: na noite de 10 de agosto proclama a abolição dos direitos feudais e, quando perguntam ao Arcebispo de onde o governo deveria tirar dinheiro para arcar com aquelas transformações, ele sugere o confisco dos bens da Igreja. Depois vem o confisco dos bens da nobreza. Isso transforma a França. O país torna-se uma nação agrícola de pequenos proprietários, que compram os bens nacionais. Nessa hora, todo mundo “tira o dinheiro do colchão” e compra as terras da Igreja e da nobreza.

Estava consumada a liquidação do feudalismo, o que acarreta fatalmente o conflito armado com a Europa.

Quando termina a Assem-

bléia Constituinte, ao votar a Constituição – uma Constituição monárquica num estilo britânico – convocam-se novas eleições e surge uma proposta radicalíssima: o deputado Robespierre propõe que nenhum dos membros da *Assembléia* seja elegível para a próxima *Assembléia Legislativa*, levando à renovação do Corpo de Representantes da Nação.

A *Assembléia Legislativa* que a sucede enfrenta de imediato problemas muito sérios: ameaça externa, dificuldades econômicas. A hostilidade com a Inglaterra líquida, praticamente, o comércio exterior da França.

Ainda sob o governo do rei Luís XVI, as potências européias resolveram invadir a França, para restabelecer a autoridade real. É nesse período, entre 1792 e 1793, que, transpostas as fronteiras francesas e diante da deserção da maioria dos oficiais nobres, os batalhões de voluntários enfrentam a situação: trava-se então a batalha que foi uma renovação dos métodos guerreiros da época: a Batalha de Valmy, no dia 20 de setembro de 1792.

O exército prussiano, que era considerado o melhor da Europa, encontra pela frente batalhões de voluntários parisienses, tratados com o maior desprezo, supondo-se que seriam varridos a metralha imediatamente; mas

dá-se o contrário: animados por um *élan* extraordinário, os soldados recrutados, os chamados *sans-culottes*, vencem a contenda sob o comando do general Kellermann e os prussianos são batidos... E Goethe, o grande Goethe, que acompanha a batalha ao lado do rei da Prússia, profere uma sentença que entra pelo século adentro: "No dia de hoje altera-se a história do mundo."

Entretanto, dentro da França, as experiências políticas não funcionam bem, a radicalização ganha terreno, e chegamos à terceira fase da Revolução, que é a Convenção.

A Convenção já é eleita pelo sufrágio direto e não mais pelo sufrágio censitário. Ela traz em si uma força popular incoercível e ali se definem as tendências modernas da política: à direita, os partidários da Monarquia e da Igreja; ao alto, à esquerda, os partidários da República, os jacobinos, os montanheses; ao meio, aquilo que os franceses chamariam de *Le marais*, o que, para nós, seria algo como "o muro", lugar daqueles que estão sempre na expectativa do que vai acontecer, antes de se definirem.

A Convenção tem que enfrentar guerra generalizada, novos generais desertam, inclusive o famoso Lafayette; Dumouriez faz o mesmo, e a França é atacada por todos os lados: pelos

Pirineus, pelos Alpes, pela Suíça, pelo Reno, pela Bélgica. E aí começa a transformação do país. Lentamente, a classe política, como diria Mathiez, perde a força, e os militares começam a ganhar as batalhas. São os pseudomilitares, militares improvisados, generais de vinte e cinco, vinte e seis anos, que tomam a Bélgica, invadem a Renânia, tomam Coblença, que era o grande refúgio da aristocracia; depois entram na Itália, chegam a tomar Roma e Nápoles... Os exércitos vencem! Poderíamos lembrar as páginas imortais de Michelet...

Na noite de Valmy, aquele exército de artesãos, de alfaiares, de fabricantes de sabão, estava animado de uma fé profunda, e já era o exército da República, proclamada no dia seguinte, em Paris.

Proclamada a República, o rei vai para a guilhotina, instaura-se o famoso regime do Terror, que tem passagens engraçadas: a antiga amante de Luís XV, a célebre Madame Du Barry, é presa, aos oitenta anos de idade e, como era uma marquesa, é condenada à guilhotina. E lá vai o carroção, levando, entre outros, Madame Du Barry para a guilhotina, com a claque atrás: — "Morte à Du Barry, morte à Du Barry."

Então um menino pergunta para sua mãe: — "Mamãe, quem é essa Du Barry, de quem eu

nunca ouvi falar?" "É uma religiosa, é uma abadessa. . ."

Mas o Terror, que teria consumido umas quarenta mil vítimas, iria desembocar em quê? No cansaço generalizado, no golpe de Termidor. Robespierre diria: "— Se nós não punirmos a corrupção de Danton, a República estará perdida."

O fato é que, a esta altura, nem esta punição poderá salvá-la. Ela está irremediavelmente perdida. O golpe de Termidor, pondo fim ao Comitê de Salvação Pública, significa a liquidação da sua fase mais aguda, com o aparente extermínio dos radicais e a chegada ao poder dos seus beneficiários, com o *Diretório*.

A Revolução tinha enriquecido muita gente, na compra de bens nacionais, no fornecimento para os exércitos, no contrabando das mercadorias coloniais; já havia uma nova casta de aproveitadores, daqueles que surgem em todos os momentos históricos e que sabem, realmente, utilizar bem as circunstâncias.

Com o Diretório, tenta-se um apaziguamento. Os elementos monárquicos começam a se manifestar; porém, a situação evolui, a guerra não pode ser detida, os reis estão unidos contra a República Francesa; não transigem, e a Igreja mobiliza as consciências contra a França revolucionária. Não há conciliação.

A guerra, pois, continua. No seu decorrer é que a Revolução começa a adquirir uma perspectiva universal, porque os soldados da República ocupam a Bélgica, confiscam os bens da velha nobreza de origem espanhola e austríaca, depois invadem a Renânia, onde fazem o mesmo; um dia, descem para a Itália e a transformam — a unidade italiana, consagrada em 1870, é um produto da Revolução Francesa. A Suíça se modifica.

Observa-se, então, aquilo que Napoleão depois consideraria a grande desgraça do século: a Inglaterra, de instituições liberais, ideologicamente afinada com os franceses, chocava-se violentamente com a França, rivalizando pela hegemonia mundial, porque nos séculos XVI, XVII e XVIII franceses e ingleses haviam disputado o domínio do mundo. Lutaram no Pacífico, nas Malvinas, nas Antilhas, no Canadá e na Índia. . . e mesmo a independência norte-americana fora sustentada pela França, em função dessa rivalidade.

Mas a verdade é que a Inglaterra, que já fizera a sua Revolução Industrial, que dominara os mercados do mundo, não queria ver nascer na Europa uma potência industrial que pudesse lhe fazer sombra; e se nós pegássemos hoje um tratado, um almanaque da indústria francesa, verificáramos que

quase toda ela surge na época da Revolução. É uma rivalidade econômica que desperta e que anima uma guerra implacável, que se estende de 1792 a 1815.

Nesse período, então, os soldados da República invadem a Europa, fundam a República Báltica, anexam a Bélgica, fundam a República Cisalpina, a República Transalpina, a República Romana, a República Paterno-peana em Nápoles, consolidam a República Suíça e, onde esses soldados avançam, avançam também as idéias da Enciclopédia e as idéias modernas da época, de abolição do feudalismo e instauração de uma nova ordem.

Se nos perguntassem, hoje, por que, no quadro da Espanha, a Catalunha se destaca, responderíamos que é porque sofreu as reformas da Revolução Francesa, que o resto da Espanha não sofreu. Por que o norte da Itália difere tanto do sul? Porque foi remodelado naquela época. Por que a Alemanha Ocidental – cujos limites, hoje, são os limites da Confederação do Reno, de Napoleão, na época – difere tanto da Prússia propriamente dita, que é hoje a Alemanha soviética? Pelas reformas introduzidas pelas baionetas revolucionárias francesas. A revolução ganha, pois, um impulso extraordinário, ela se universaliza. Os liberais europeus cerram fileiras.

Mas há na França uma grande transformação, o governo das Assembléias não se sustenta, não é possível governar sem um apoio real; essa força de apoio real passa a ser o exército vencedor. Desembocamos, assim, no Dêzoto Brumário.

Os teóricos da esquerda, em geral, consideram a ascensão do general Bonaparte como o fim da Revolução. Não é. É a consolidação da Revolução, que se faz através do Código Civil, que firma todas as suas conquistas na instituição de uma administração renovada, moderna e, sobretudo, no fomento da economia.

A economia se desenvolve, a indústria francesa ganha alento e aceita também toda contribuição. Quando o norte-americano Fulton inventa a máquina a vapor, ele vai oferecê-la a Napoleão, mas a experiência feita num barco, no Sena, fracassa, e Napoleão considera-o um impostor. Os alemães, por sua vez, fornecem-lhe a indústria da beterraba, para a produção do açúcar na Europa, acabando com a dependência do açúcar colonial.

E quando se estabelece o bloqueio continental, então se torna nítida a guerra dos mercados. De um lado, a Inglaterra querendo forçar a mão para desembarcar as suas manufaturas na Europa; de outro lado, o em-

penho francês em fechar os portos, para beneficiar as suas manufaturas, que não eram unicamente francesas, mas também alemãs e italianas.

Nesse conjunto, temos a projeção universal e ideológica da Revolução. Entretanto, o que mais nos interessa é o aspecto ibérico, que se aproxima do Brasil. Quando, em 1808, Napoleão ordena a invasão da Espanha, o historiador Lucas Du Breton, num estudo curioso, diz que os soldados franceses ficaram estarecidos ao transpor os Pireneus: parecia que recuavam no tempo quatro ou cinco séculos; não havia cemitérios civis, o solo das igrejas afundava e as ossadas apareciam, a população era totalmente embrutecida, não havia convivência social... Foi a mais difícil das campanhas!

Mas o que ela provocou?

Com os franceses em Madrid e em Lisboa, com os Bourbons espanhóis depostos e com D. João VI no Brasil, instalaram-se as juntas de governo, aparentemente leais ao rei da Espanha, mas, na realidade, gênese dos governos da Independência. Conseqüentemente, é a Revolução Francesa, na sua projeção no período de 1808 a 1812, que provoca a independência latino-americana.

Mas aqui no Brasil estávamos também animados pelas mesmas idéias. Quando os franceses tomaram a Bastilha, Tira-

dentes já estava preso, e o Visconde de Barbacena, que governava em Ouro Preto, deu uma ordem interessantíssima, quando soube da conjuração: — "Apreendam primeiro os livros, depois os homens." Isto porque o cônego Luís Vieira possuía uma biblioteca de livros franceses, que ele traduzira, que eram divulgados entre militares, intelectuais e clérigos, com os princípios "nefandos", segundo o governo colonial.

A Inconfidência Mineira, de 1789, foi coincidente com a própria Revolução Francesa, porque ela era animada pelo exemplo da Independência Norte-Americana; e foi na França que se gestou a conspiração: quando o estudante mineiro José Alvares Maciel, que estudava medicina em Montpellier, dirigiu-se ao embaixador da República Norte-Americana, Thomas Jefferson, tendo tido com ele um encontro nas ruínas romanas de Nîmes. Isso não apareceu na devassa da Inconfidência, mas apareceu posteriormente nos papéis de Jefferson. Como a Independência dos Estados Unidos da América tinha sido animada pelos mesmos ideais e nela haviam combatido soldados franceses, não foi difícil estabelecer a conjunção dos dois movimentos.

Mas D. João, no Brasil, é obrigado a revogar o regime colonial: abre os portos, embora

a família real ficasse por aqui. Toma-se o partido da Inglaterra, porque, quando os franceses saem de Lisboa, os ingleses estabelecem o governo militar britânico em Portugal – que durou muitos e muitos anos – e o general Beresford passa a ser o verdadeiro rei de Portugal.

Mas, mesmo em Portugal, a Revolução tinha seus partidários: o brasileiro Hipólito José da Costa – que deveria fundar, em Londres, o *Correio Brasileiro*, o jornal que criou a mentalidade da Independência, estava preso em Lisboa pela Inquisição, e fugiu, com a proteção dos franceses. No Porto, os franceses tiveram uma acolhida muito grande. Portugal sempre foi um país dividido entre as tendências situacionistas de Lisboa e as tendências liberais do Porto.

Mas toda a América entra em convulsão, sob a influência da Revolução Francesa. Quem é Bolívar? Um admirador de Napoleão, que teve com ele vários encontros. Quem foi Itúrbide, proclamado imperador do México? Um militar apaixonado por Napoleão. O nosso D. Pedro I não largava o general Hogen-dorp, ajudante de ordens de Napoleão, refugiado no Brasil.

Aqui cabe uma retificação da História, que não figura em muitas obras: se analisarmos toda a história da Revolução Francesa – a obra de Thiers, a

de Mathiez, a de Duby, a de Le-fevre, encontraremos, muitas vezes, a contradição entre a República e o Império, entre os grandes oradores da Revolução e os militares de Napoleão. E essa contradição, historicamente, não existe!

É curioso. Quando Napoleão é proclamado imperador, qual é o seu juramento? – “Juro manter as Leis da República e os Bens Nacionais.” Jura, portanto, manter a principal reforma, que tinha sido a Reforma Fundiária. Segundo um famoso escritor francês, de direita, Napoleão era o “Imperador da República, porque as instituições do Império eram as instituições revolucionárias, e, quando ele voltou de Elba, Metternich disse: “Agora ele é perigoso, porque é Robespierre a cavalo, e é preciso impedir que ele se una aos jacobinos.” Realmente, nesse conjunto, para os outros povos, as coisas são inseparáveis.

Na Itália, Napoleão cria a República Italiana, da qual é proclamado presidente. A bandeira italiana de hoje é a bandeira revolucionária, nos mesmos moldes da bandeira francesa. Napoleão enfrentou o Papa, anexou Roma ao território do Império e restaurou os monumentos da Roma antiga; tudo que Roma apresenta hoje, como ruínas do Império, foi restaurado por ele; desentulhou o Coliseu,

restaurou o Arco de Constantino e a Via Ápia.

Quando chega à Espanha, onde há forte reação de uma população controlada pelo clero, as coisas são mais violentas, mais tipicamente espanholas. Napoleão recebe uma delegação de liberais espanhóis e pergunta-lhes: – “O que vocês desejam?” Ao que responderam: – “Nós queremos um regime constitucional baseado no Código Civil da França, com as liberdades civis.” Ele disse então: – “Eu darei isso a vocês”, e os espanhóis disseram: – “Não podemos aceitar isso das mãos de um estrangeiro.”

Esses liberais espanhóis, que se recusaram a colaborar, foram depois fuzilados pelo rei Fernando.

Voltando ao nosso continente, a principal consequência da Revolução Francesa é a emancipação da América Latina, inclusive a Independência Brasileira. Em 1798, a política portuguesa descobre a chamada Inconfidência Baiana, ou Revolta dos Alfaiates, apreende seus documentos e prende seus líderes, antes que ela ecloda. O que diz o Manifesto da Revolta dos Alfaiates? – “Queremos ser franceses” – no sentido romano, de um país livre – e a bandeira da Bahia, hoje, é a bandeira tricolor francesa, feita nessa ocasião, desfraldada depois pela famosa Sabinada.

José Bonifácio esteve na França, no período da Revolução, exatamente na fase da Convenção – dizem até que deixou uma família por lá... Ele aprendeu profundamente o processo revolucionário; depois lutou, em Portugal, contra os franceses, vindo para o Brasil aposentado. Graças a ele ser um homem muito acima da média, conseguimos realizar uma independência mantendo a unidade, num processo de conciliação – o Brasil é o país das conciliações – pois José Bonifácio era um homem entranhado no conhecimento do decurso revolucionário.

Realmente, a Revolução não termina aí. Ela é um processo que segue, pelos séculos afora. Em 1814, as forças aliadas contra a França ocupam Paris. Napoleão é deposto e exilado na Ilha de Elba. Voltam os Bourbons que, segundo a expressão histórica, “nada aprenderam e nada esqueceram”.

Oito meses depois, Napoleão volta e é aquela marcha triunfal dos Cem Dias. Quando ele chega a Paris, uma tremenda multidão o acolhe, já com os bairros pobres armados para recebê-lo. Sua figura muda completamente. Há até uma anedota histórica, ilustrando o momento. Dizem que Napoleão perguntou a Fouché: – “É verdade que quando o rei Luís XVIII chegou a Paris foi saudado das sacadas

por senhoras e senhoritas, que agitavam lenços de seda?"

– "Sim, é verdade."

– "E como não vi nada igual, na minha volta de Elba, em cidade nenhuma?"

– "É que os partidários de Vossa Majestade ainda não usam lenços..."

Era realmente a sua base popular. Restaura-se a Monarquia, em 1815, e a França não sossega mais. Essa monarquia dos Bourbons é deposta em 1830; é a segunda Revolução Francesa. O governo de Luís Felipe afunda na corrupção e no marasmo e ele é deposto. Em 1848, é a terceira Revolução Francesa e, pela primeira vez depois de 1815, a França vota para eleger um presidente da República. E quem é eleito? O sobrinho de Napoleão, com cinco milhões de votos. O Império é restaurado. O ciclo revolucionário se prolonga, como deverá se prolongar em toda a Espanha e em toda a América Latina.

Na Espanha, os liberais enfrentam a autocracia na Revolução de 1823. Fazem, tardiamente, o que deveriam ter feito antes. Na Itália começa a luta pela unidade. Em Portugal, quem fez as reformas contra a própria monarquia dos Braganças? É o nosso Pedro I que volta, que havia sido meio autocrata no Brasil mas que, em Portugal, passa a ser um liberal. Esta

semente revolucionária germidou por toda parte.

O Egito moderno é uma consequência da ocupação francesa de 1798. Também a Itália, a Grécia, a Polônia emancipada por Napoleão, depois de três partilhas; sobretudo é curiosa a permanente aliança entre Napoleão e os Estados Unidos, que é um episódio não explorado. Ele vendeu a Luisiânia, cuja capital é Nova Orleans e que ocupava todo o vale do Mississipi – o antigo território francês corresponde hoje a dezesseis estados americanos – desde Saint Louis até os Lagos. Vejam a nomenclatura das cidades: é inteiramente francesa.

Isso se deu em 1800. Indagado sobre a razão que o motivava, Napoleão apresentou quatro motivos: "Primeiro, eu a vendo porque não tenho meios para defendê-la, militarmente, contra os ingleses; segundo, porque estou precisando de dinheiro para enfrentar a guerra na Europa; terceiro, porque sou inimigo do colonialismo; e quarto, porque, entregando-a aos Estados Unidos, eu estou criando uma potência que, mais dia menos dia superará a Inglaterra." (Previsão do ano de 1800!)

O bloqueio da França é então enfrentado pelos navios americanos e, no mesmo dia em que os franceses entram em Moscou, os ingleses incendiam Washington. Desencadeia-se a

amamos Guerra dos Lagos, entre os ingleses e americanos. Os ingleses tentam tomar Nova Orleans e são derrotados pelos americanos, com a colaboração de militares franceses.

Quando Napoleão abdica, pela segunda vez, os Estados Unidos lhe oferecem asilo, e no Texas é formado um exército que deveria ir a Santa Helena para libertá-lo, que chegou até a estabelecer uma base em Recife. Há uma verdadeira simbiose entre a jovem nação americana, que iniciava o seu desenvolvimento, e a França revolucionária, que luta contra o domínio britânico daquela época, sobretudo o domínio dos mares, que perduraria por todo o século.

A Inglaterra tinha como norma política fundamental impedir o domínio da Europa por uma potência. Precisava, portanto, manter sempre a Europa dividida. Combateu a França, enquanto esta a ameaçava; depois uniu-se a ela contra a Alemanha, quando esta quis ameaçá-la.

Ao analisarmos, hoje, a Revolução Francesa, do ponto de vista histórico da sua projeção, estabelecemos, evidentemente, uma diferenciação entre a democracia sonhada por Rousseau e pelos enciclopedistas, que achavam que a democracia era, apenas, um processo eleitoral dos cidadãos cultos, habitantes das cidades, refúgios da cultura

e da riqueza, na época; e que esses cidadãos poderiam ter o direito de eleger o governo de seu país e o fariam com grande clarividência. Mas a idéia revolucionária evoluiu; nós assistimos, durante todo o século passado e neste, à ampliação do direito de sufrágio — atingimos uma democracia de massas (no Brasil vão votar, na próxima eleição, oitenta milhões de pessoas). Essa democracia de massas não pode se contentar, dentro do processo social, com o simples exercício do voto. Sejam quais forem as consequências, ela tem que caminhar para um novo conceito: o de que a democracia objetiva o político, o econômico e o social, porque os que exercem o sufrágio têm o direito de exigir, também, o bem-estar e outros benefícios da civilização.

Hoje nós temos pela frente um desafio, herdado de 1789: a conciliação da liberdade com a ascensão social, a consagração de direitos nos códigos com a possibilidade da manutenção e da aplicação desses direitos. Por exemplo: o Brasil se torna independente em 1822, dominado pelas idéias liberais da Constituinte, que é dissolvida por D. Pedro. Mas como aplicar, àquela época, idéias liberais num país com a maioria da população escrava? Não era possível, teria que haver uma virada total na situação: os escravos

não estavam em condições de assumir o poder, nem se entendiam entre si, pois falavam idiomas diversos e eram de origens diversas, além de estarem esparramados pelo país. Então, aquela democracia sonhada e consagrada nos códigos e na própria Constituição do Império não foi levada a sério, assim como o direito de sufrágio da nossa velha República nunca foi praticado; dizem que no Brasil, quando introduziram o voto secreto, um eleitor apresentou-se numa seção eleitoral, onde lhe deram um envelope fechado. Ele disse:

“– Mas como? envelope fechado para mim, um eleitor? E o voto secreto?”

– “É secreto, o eleitor não sabe em quem votar...”

Creio que neste esboço sentimos a perspectiva histórica de um grande acontecimento que se abre para o mundo com uma grande significação e com um horizonte imenso, que pode ser detalhado em mil episódios. Quando Napoleão chega a Moscou, qual é o seu primeiro decreto? É a abolição da servidão na Rússia, da escravidão branca. Não foi aplicado, pois se o tivesse sido, a evolução política russa teria tomado rumos diferentes...

Fora isso, em Santa Helena, ele meditava sobre seu destino e dizia, acima de tudo, que era o soldado da Revolução; os erros que havia cometido tinham sido os erros de conciliação com as monarquias européias, perdendo tempo e perdendo, assim, a própria dinâmica da História.

PAULO ZINGG – *Jornalista, escritor, educador, homem público. Foi redator dos principais jornais de São Paulo e Rio de Janeiro. Autor de milhares de artigos sobre história, literatura e política. Autor de numerosos livros, entre os quais A Europa em Guerra, As Batalhas da guerra política e Formação Política Brasileira e de várias traduções. Teve grande atuação na vida política do país. Foi presidente do Conselho do Projeto Rondon, presidente da Fundação do Livro Escolar, diretor do Departamento de Educação da Prefeitura, diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, superintendente de Paulistur e secretário da Educação e Cultura entre 1969/1971 e novamente secretário municipal da Educação de 1986 a 1988. É presidente, pela sexta vez, da Associação Paulista de Imprensa. Pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, à Academia Paulista de Educação, à Academia Cristã de Letras, à Academia Brasileira de História, à Academia Cristã de Letras, à Academia Paulista de Jornalismo, à Academia de Letras da Grande São Paulo e outras instituições culturais. Possui várias condecorações nacionais e estrangeiras. É assinante de A Defesa Nacional.*



MONUMENTO AOS HERÓIS DE LAGUNA E DOURADOS

Flamarion Pinto de Campos

Matéria extraída de Conferência proferida pelo autor, em 25.12.88, no Arquivo Histórico do Exército, ao ensejo do cinquentenário da inauguração do monumento aos heróis de Laguna e Dourados, erguido na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ.³

Em 20 de maio de 1920, no Clube Militar, o emérito Professor Gen. José Feliciano Lobo Viana, como dissera, "ante um selecto e intellectual audictório, não farto de chimeras não bordado de sonhos, mas tecido, rendilhado de realidade real"; lembrou, com tintas vivas, o 53º aniversário da morte do Coronel Carlos de Moraes Camisão e Tenente-Coronel Juvencio Manuel Cabral de Menezes, respectivamente, chefe e vice-chefe do Corpo Ex-

pedicionário de Minas Gerais, S. Paulo, Paraná, Sta. Catarina, Goiás, Mato Grosso e Amazonas, de 1865, que rumou para o norte do Paraguai, como revide a uma afronta à Pátria.

Aí presentes estavam: o representante do Presidente da República, o Dr. Epitácio da Silva Pessoa; o Ministro da Guerra, Dr. João Pandiá Calogeras; o Marechal João José da Luz, um dos sobreviventes da Retirada e, à época, Alferes do 17º Batalhão Voluntários da Pátria;

a Exma. Sra. Constança Elizza Camisão, irmã do Coronel Camisão; o Marechal Chefe do Estado-Maior do Exército; o chefe da Missão Militar Francesa, General Maurice Gamellin; oficiais gerais; oficiais; juventude militar; senhoras e senhores. O conferencista, em linguagem escorreita e fluente, faz um relato minucioso, completo, vivo e impressionante, da cruciante jornada da Laguna, o qual não só encantou sobremaneira e sensibilizou a quantos o ouviram, como mereceu, de imediato, do Sr. Ministro da Guerra, a determinação para a impressão de 2.000 exemplares desse primoroso trabalho, para distribuição a autoridades, quartéis, escolas e bibliotecas.

Essa conferência ultrapassou os umbrais do Clube Militar e repercutiu longe. Na imprensa, o *O Jornal*, de 14 de junho de 1920, focalizou o assunto aí tratado, com esmero e patriotismo vigoroso, atendendo ao apelo do insigne mestre, para que se desse um aspecto condigno às sepulturas dos Heróis da Retirada da Laguna, abandonadas nos ermos de Mato Grosso, ao mesmo tempo em que convocava os brasileiros a tanto.

Na Escola Militar, entretanto, a repercussão foi ao máximo e o entusiasmo tomou conta dos alunos, ultrapassando todos os limites do mais sadio civismo. Ante esse estado de espírito da

fina flor da juventude militar, o Presidente da Sociedade Bibliotecária (SBA) aluno Osório Tutyty de Oliveira Freitas, convocou uma reunião para tratar desse relevante assunto, a fim de se concretizar a idéia em ebulição, no dia 24 de agosto de 1920. No decorrer da sessão, após acalorados pareceres, o aluno Napoleão de Alencastro Guimarães propõe que "os membros da Diretoria da SBA e do Corpo Redatorial da revista *Cruzada*, constituíssem a Comissão, para tratar do que estava em pauta". Sem discussão qualquer e por aclamação, essa proposição foi aprovada unanimemente. Aí estava presente o 1º Tenente Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo, da Escola, que, aproveitando o ensejo, faz a sua proposta "para que se saldasse, de maneira mais significativa, a dívida contraída pela Pátria, para com os heróis da Laguna e de Dourados, erigindo-se-lhes um grande e majestoso monumento. Como a proposta anterior, mas vibrante e entusiasticamente e de pé, ela foi aclamada por unanimidade. Ficou, então, de lado a reparação das sepulturas, senão a sua conservação condigna, até ulterior deliberação. No auge daquele ardor cívico, o aluno Tutyty propõe para Presidente da Comissão o Tenente Cordolino. Sem discussão e de imediato, foi aceita essa indicação e

aclamado, por todos os presentes, o ardoroso oficial.¹

Após essa data, devida e respeitosamente convidada, é constituída a Comissão Julgadora do Projeto do Monumento, a qual se reúne com freqüência e é composta das seguintes personalidades: Dr. João Pandiá Callogeras, Ministro da Guerra e seu Presidente; Coronel Eduardo Monteiro de Barros, depois General-de-Brigada, comandante da Escola Militar; deputado Félix Pacheco, emérito jornalista; professor Correia Lima, da Escola Nacional de Belas-Artes; 1º Tenente José Norival Francisco de Lemos, engenheiro militar, arquiteto e secretário da Comissão; 1º Tenente Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo, Presidente da Comissão Central do Monumento.

Esta Comissão elaborou, a seguir, o edital da concorrência para a construção do Monumento e sua seleção, o que se deu em 22 de outubro de 1921. O vencedor, dentre 15 concorrentes, foi o escultor brasileiro Antonio Pinto de Mattos, com o pseudônimo: "Veritas et Labor". O contrato foi assinado em 25 de outubro seguinte, no valor de 320:000\$000 (trezentos e vinte contos réis). Todo o bronze já havia sido doado pelo Ministro Callogeras, que mandou recolhê-lo das fortalezas e fortes desativados de todo Brasil. O granito viria de Petrópolis. Du-

zentos contos seriam para as esculturas e a fundição, 100 contos para a arquitetônica e 20 para a construção do alicerce. O pagamento seria parcelado, de acordo com as peças prontas na Fundição Cavina e o andamento da obra, que tinha o prazo mínimo de 24 meses e máximo de 36 para a sua entrega. O local preferido, escolhido e designado pela Prefeitura, foi nos terrenos da Ponta do Calabouço, porque daí partiram as tropas para o Paraguai. O prefeito Alaor Pata foi à Escola Militar em 26 de julho de 1925 e, aí, recebeu uma caneta de ouro, para a assinatura do decreto de doação desse terreno, o que foi feito na sala da Sociedade Acadêmica Militar. Infelizmente, foi constatado, o terreno não suportaria o peso do Monumento, cerca de 300 toneladas e, por isso, outro local seria designado.

Passou-se, então, a trabalhar no sentido de conseguir-se outro local, o qual, após penosos, árduos e longos anos, foi encontrado na Praia Vermelha, onde está e bem localizado porque entre os morros da Babilônia e Urca, além, o Pão de Açúcar, ao fundo o mar e, de um lado a ECEME e do outro, o IME, formando e doutorando novos elementos de escol do Exército e recordando, com o carinho devido, a antiga Escola Militar da Praia Vermelha, que deu um sem-número de vultos de notá-

vel saber, mestres e chefes insígnies, sempre presentes que nos legaram exemplos dignificantes!

Mas, logo após as reuniões de 24 a 26 de agosto de 1920, na Escola Militar, começaram a ser expedidas as listas às autoridades, quartéis e para todo o Brasil, a fim de angariar donativos para a construção do Monumento. Ao mesmo tempo, foi lembrado e solicitou-se ao Capitão Genserico de Vasconcellos, escritor militar, para que escrevesse algo para a venda em prol do Monumento e ele fez, especialmente, a monografia: "Guerra do Paraguay no Theatro de Mato Grosso", que teve grande acolhida e rendeu bem. Do mesmo modo, a venda de cartões postais sobre a parada de 7 Set 22, mandados fazer pela Comissão, tiveram saída rápida e renderam bastante.

O orçamento inicial foi de 200:000\$000 (duzentos contos de réis). As primeiras contribuições nas listas dos alunos foram do Dr. Epitácio da Silva Pessoa, Presidente da República, com um dia de seu subsídio 333\$333; do Dr. João Pandiá Callogeras, Ministro da Guerra, com um dia de seu subsídio 327\$226; do Dr. Arthur da Silva Bernardes, Presidente de Minas Gerais, com 100\$000; e, dos quartéis, a 1ª contribuição que chegou foi a do 1º Regimento de Infantaria. Em janeiro de 1921, o Governo Fede-

ral contribuiu com a quantia de 100 contos de reis e o Conselho Municipal do então Distrito Federal com 50 contos, perfazendo nessa ocasião, a importância de 230:709\$429! Vibração intensa por isso! O encerramento da coleta, no entanto, estava prevista, para 15 de janeiro de 1921, e a data para estar pronto o monumento, era 7 de setembro de 1922, como contribuição da Escola Militar, para os festejos do Centenário da Independência do Brasil. Porém, por motivos vários e ponderosos, isso não pôde ser realizado e começa, então, uma verdadeira via crucis, para aqueles todos que se dispuseram a levar avante a magnífica obra de gratidão aos heróis da Pátria! Nem tudo estava perdido. Os abnegados patriotas não esmoreceram e, nas pegadas do Mestre Cordolino, continuaram em campo, lutaram e venceram todos os óbices! E a obra foi iniciada!

O Monumento, de autoria do saudoso escultor Antonino Pinto de Mattos, depois da base circular, vai subindo e se adelgaçando. No início da circunferência de 53 m em granito branco de Petrópolis, forma o pé do monumento, que serve de apoio à porção mais impressionante da obra estrutural. Nesta é que se desenha e ressalta, emocionante e vívida, a seqüência dos fatos culminantes da Retirada: um alto-relevo, que se desdobra

por 16,50m de extensão circular, por 1,80 m de altura, representando a Marcha Forçada, entre as estátuas de Antonio João e do guia Lopes; o Salvamento dos canhões, entre esta e a do Coronel Camisão; e o Transporte dos Coléricos, onde está em evidência e bem esculpida a abnegada Ana Mamuda, entre a do guia Lopes e a de Antonio João. Acima desta, está, em pedestal quadrangular, a estátua da Pátria; correspondendo à do guia Lopes, a da espada; e acima da de Camisão, a da História. Subindo pelo centro, uma coluna granítica estilizada em tubo-alma de canhão, delgada, para não dar idéia de força, eleva-se a da Glória, que, lá de cima, emergindo dos episódios, símbolos e figuras apresentadas, alada, grácil, esplendorosa, dá a impressão de comunicação entre ela e aquelas cenas da dolorosa provação!

Ainda abaixo das 3 figuras máximas: Antonio João, Camisão e guia Lopes, há 3 baixos-relevos de 1,30 x 1,00 m, que relembram, respectivamente: 1º – o Combate do Forte de Coimbra, no qual 167 homens e 11 canhões, do comando do Tenente-Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, contra uma esquadrilha de 12 navios, com 5.000 homens e 63 canhões, do comando de Barrios, bateram-se denotadamente; 2º – A Retirada de Oliveira Mello,

o valoroso Tenente, que, pelo pantanal, levou os habitantes de Corumbá e soldados, durante 4 meses, até Cuiabá, salvando-os dos invasores; e, por fim, o combate do Alegre, revivendo a retomada do vapor *Jaurú*, pelo intrépido Tenente Balduino, que, saindo de Corumbá em direção a Cuiabá, perseguido por 2 navios adversos, foi capturado e, pouco depois, reconquistado, vendo-se nesse baixo-relevo, ao fundo, Corumbá retomada e a figura do seu herói, o Tenente-Coronel Antonio Maria Coelho.

Na base do Monumento há uma cripta, graças ao Exmo. Sr. Ministro Eurico Gaspar Dutra, que proporcionou os meios para a sua construção. Aí estão os restos mortais do Tenente-Coronel Carlos de Moraes Camisão, chefe da expedição e vítima do cólera-morbus, em 29 de maio de 1867; do Tenente-Coronel Juvencio Cabral de Menezes, vice-chefe da expedição, morto no mesmo dia e do mesmo mal de seu comandante; do guia Lopez (José Francisco Lopes), o conhecedor de todas as veredas daqueles sertões de Mato Grosso e guia da expedição nos momentos cruciais da mesma, ante as investidas do insidioso adversário; e do Tenente Antonio João Ribeiro, valoroso herói, inesquecido, da resistência de Dourados. Estes heróis vieram de Aquidauana, Mato Grosso, em novembro de

1941, de trem, em vagão especial, passando por Campo Grande, onde receberam significativa homenagem da 9ª Região Militar e do povo. Durante o trajeto até S. Paulo, receberam inúmeras manifestações cívicas, as mais calorosas e emocionantes, nas paradas normais. Em S. Paulo, as urnas foram levadas para a igreja de S. Bento, onde receberam homenagens, foi rezada missa e teve visitação do povo. Nessa oportunidade, incorporou-se às urnas vindas de Mato Grosso, uma outra chegada de Alfenas, Minas Gerais, com os restos mortais do General João Antonio da Costa Campos, Alferes do 21º Batalhão de Infantaria na Retirada da Laguna e pai do acompanhante desses despojos, o então Capitão de Artilharia Flammarion Pinto de Campos do Serviço de Material Bélico da 9ª Região Militar. Partiram de S. Paulo em 14 Nov 41, acompanhadas de elementos da Comissão Central do Monumento, com manifesta o expressiva da 2ª Região Militar e do povo. No trajeto até o Rio, receberam carinhosas manifesta es por onde passaram e pararam, chegando ao Rio em 15 de novembro de 1941. Recebidas solenemente, as 5 urnas foram transportadas, com escolta, para o Monumento. Aguardavam-nas, aí, o Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo; General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra; Almirante

Aristides Guilhem, Ministro da Marinha; Dr. Joaquim Pedro Salgado Filho, Ministro da Aeronáutica; Bispo D. Aquino Correa, orador oficial; General G is Monteiro, oficiais Generais, Tenente-Coronel Cordolino, autoridades, oficiais, cadetes, escolas, estand rtes de OM e de associa es várias e o povo. A solenidade transcorreu em ambiente de civismo, significativa, culminando com o discurso de D. Aquino, que, sobre ter sido magnífica aula de história, sensibilizou e empolgou a quantos o ouviram.

Dentro da cripta, h  10 medalh es de bronze, que l  estão a lembrar, com ef gies, personagens de proa da  pica jornada: Tenente-Coronel Juvencio Cabral de Menezes, chefe da Comissão de Engenheiros; 1º Tenente Alfredo D'Escragnolle Taunay, imortal autor da Retirada da Laguna e secretário da Comissão de Engenheiros; Major de Comunica es José Thomaz Gonçalves, comandante do 21º Batalhão de Infantaria e substituto do Coronel Camisão; Tenente-Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, Com ndante do Forte de Coimbra; Tenente João de Oliveira Mello, comandante da Retirada de Corumbá; Capitão Pedro José Rufino, comandante interino do 1º Corpo de Caçadores a Cavalo; Major de Comunica es João Thomaz Cantuária, co-

mandante do Corpo Provisório de Artilharia; Tenente-Coronel de Comunicações Antonio Enéas Gustavo Galvão, comandante do 17º Batalhão de Voluntários da Pátria; e Dr. Manuel de Aragão Gesteira, 1º Cirurgião da Expedição.

Além desses medalhões individuais, há dois outros maiores onde estão inscritos os nomes, nove no primeiro e oito no segundo, dos seguintes elementos distinguidos da expedição: Tenente-Coronel José Antonio da Fonseca Galvão, que morreu próximo a Coxim, como 2º comandante da expedição, já Brigadeiro; 2º Tenente de Artilharia Cesario de Almeida Nobre de Gusmão, comandante da 4ª Seção de Artilharia, Capitão Antonio Florencio Pereira do Lago, da Comissão de Engenheiros e assistente do Ajudante-General; 1º Tenente de Artilharia João Baptista Marques da Cruz, comandante da 1ª Bateria a destemido soldado; Major José Maria Borges, fiscal do 17º Batalhão de Voluntários da Pátria; Capitão Delfino Rodrigues de Almeida Pires Flores, valente oficial da Guarda Nacional do 21º Batalhão de Infantaria; Alferes de Comunicações Amaro Francisco de Moura, secretário militar das Forças; 1º Tenente José Eduardo Barbosa, assistente do Quartel-Mestre-General; e soldado Damazio, que salvou um canhão que caíra no rio Miran-

da; no outro medalhão são oito os homenageados: Dr. Cândido Manuel de Oliveira Quintana, também 1º cirurgião da expedição; Capitão-Tenente Balduino José Ferreira de Aguiar, bravo comandante do vapor *Amambahy*, que salvou o pessoal do Forte de Coimbra; Capitão Joaquim Ferreira de Paiva, digno comandante do 20º Batalhão de Infantaria; Tenente do Estado-Maior da 1ª Classe Catão Augusto dos Santos Roxo, assistente do Quartel-Mestre-General; 1º Tenente de Artilharia Napoleão Augusto Muniz Freire, comandante da 3ª Seção de Artilharia e bravo soldado; Tenente-Coronel José Miranda da Silva Reis, 1º chefe da Comissão de Engenheiros da Província de Mato Grosso e, depois, Ajudante-General junto às Forças; Tenente Joaquim Pinto Chichorro da Gama, da Comissão de Engenheiros; e Anna Mamuda, o "Anjo da Caridade".

Os despojos das urnas vindas de Aquidauana, MT, e de Alfenas, MC, foram depositados: os do Coronel Camisão, do Tenente-Coronel Juvencio, do Tenente Antonio João e do guia Lopes, no sarcófago maior da cripta; os do General Costa Campos, no menor da direita; e os do Dr. Gesteira, que vieram de Ouro Preto, MG, em Jan 39, e os do Dr. Quintana, que vieram, em 27 Mai 78, de Alegrete, RS, ficaram no outro sarcófago menor

da esquerda. E, nesse ambiente augusto, de guarda, está um Soldado de Cavalaria do Império, de bronze, com sua lança perfilada, soberbo trabalho de Leão Veloso.

Fechando a cripta, há uma porta de bronze, na qual está um Soldado de Infantaria do Império, arma em funeral, magnífico trabalho de Calmon Barreto e oferta significativa do Dr. Arnaldo Guinle.

O material empregado no Monumento foi de cerca de 300 toneladas de granito branco de Petrópolis e 20 de bronze proveniente de Tabatinga, Forte de Coimbra e Príncipe da Beira, MT, Cabedelo, PB, Desterro, SC, Barra e Rio de Janeiro etc.

Finalmente a inauguração, que aconteceu em 29 de dezembro de 1938. Presentes o Dr. Getúlio Vargas, Chefe do Governo, ministros, autoridades, generais, oficiais, o General Raphael Tobias de Souza Vasconcellos, herói e último dos sobreviventes, que, na Retirada, era Alferes de 17º Batalhão de Voluntários da Pátria, e, aí, nessa oportunidade feliz, foi condecorado pelo Governo com a Ordem do Mérito Militar; cadetes, escolas, povo, estandartes das OM e de associações várias, tropa e o Tenente-Coronel Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo, figura máxima desse empreendimento e orador oficial, que inundou sua alma de alegria

e extravasou, em puro civismo, o que transmitiria aos presentes, pelo cumprimento da significativa missão que assumira, com outros devotados companheiros e que, naquele instante, contemplava, senão genuflexo, mas com humildade cristã, como era de seu feitio, o coroamento da obra. E o seu discurso emocionou a muitos e empolgou a quantos o ouviram e sentiram a vibração e o calor de suas palavras.

E, assim, estava inaugurado o Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados, fruto de ingentes esforços, benditos, de uma plêiade de veros brasileiros.

Desta maneira, estava resgatada uma dívida, para com aqueles bravos, conhecidos e anônimos, que se bateram estoicamente para manter contínuas as lindes deste chão sagrado e legar aos pósteros, íntegra, a nossa estremecida Pátria.²

NOTAS

1. É grato e justo relembrar, aqui essa 1ª Comissão e elementos de outros mais, a seguir:

1920 -
Presidente 1º Tenente Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo
Vice-Pres. Aluno Osório Tuyuty de Oliveira Freitas
1º Sec. Aluno Mario Portella Fagundes
2º Sec. Aluno Orlando Santiago (Falecido 1925)

1º Tes. Aluno Pericles Telles Carneiro da Cunha

2º Tes. Ubirajara Galvão Paiva

Vogais: Aluno Scipião de Carvalho
Edmundo Macedo Soares e Silva
Aluno Arthur da Costa e Silva
Aluno Humberto de Alencar
Castello Branco
Aluno Aداucto Castello Branco
Vieira
Aluno Alcino Nunes Pereira
Aluno Olintho de França Almeida
e Sá
Aluno Alberto Seggiaro
Aluno Ernesto Bandeira Coelho

A partir de 1920 até o final da construção do Monumento e de sua inauguração, o Presidente foi sempre o 1º Tenente, depois Capitão, Major e Tenente Coronel Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo e o 1º tesoureiro, o subSecretário da Escola, Sr. João Carlos Martins, até 29 Dez 38, quando se fez a liquidação das contas e a entrega do acervo ao Arquivo Nacional.

- 1921 - Vice-Pres. Aluno Osorio Tuyuty de Oliveira Freitas
1º Sec. Aluno Mario Portella Fagundes (Falecido 1925)
- 1922 - Vice-Pres. Salm de Miranda
Vogal Aluno Riograndino da Costa e Silva
- 1923 - Vice-Pres. Newton O'Reilly de Souza
Sec. Geral Aluno Ramiro Pessoa Souto Mayor (Falecido 1925)
Vogal Aluno Isaac Nahon
- 1924 - Vice-Pres. Aluno Djalma Leite de Rezende (Falecido 1925)
Sec. Geral Aluno Carlos Luiz Guedes
Vogais Aluno Antonio Carlos da Silva Muricy e Isaac Nahon
- 1925 - Vice-Pres. Carlos Luiz Guedes
Sec. Geral Aluno Aurélio de Lyra Tavares

Vogais Aluno Antonio Carlos da Silva Muricy e Isaac Nahon

- 1926 - Vice-Pres. Aluno Frederico Guilherme Klumb
Sec. Geral Aluno Érico da Fonseca Moraes
Vogais Aluno Jacy Leite Guimarães e
Flammarion Pinto de Campos
- 1927 - Vice-Pres. Aluno Aluizio de Andrade Moura
Sec. Geral Aluno Flammarion Pinto de Campos
- 1928 - Vice-Pres. Aluno Sergio Bezerra Marinho
2º Sec. Aluno Flammarion Pinto de Campos
- 1929 - Vice-Pres. Aluno João Alberto Dale Coutinho
1º Sec. Aluno Flammarion Pinto de Campos
- 1930 - Vice-Pres. Aluno Geraldo de Menezes Côrtes
Sec. Geral Aluno Flammarion Pinto de Campos
- 1931 - Cadete. Flammarion Pinto de Campos
- 1932 - Vice-Pres. Cadete Umbelino Dornelles Vargas
- 1934 - Vice-Pres. Cadete Plinio Dornelles Vargas
- 1935 - Vice-Pres. Capitão Frederico Guilherme Klumb
1º Sec. 1º Tenente Hugo Mendes Villela
Vogal 1º Tenente Falmmarion Pinto de Campos
- 1938 - Última Comissão
Presid. Tenente Coronel Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo
Vice-Pres. Capitão Juracy Montenegro Magalhães
1º Sec. Capitão Jayme Alves de Lemos
2º Sec. Capitão Hugo Mendes Villela
Tesor. Sr. João Carlos Martins
Vogais Capitão Cyro Perdigão da Silveira, Mario Guimarães Carneiro, Reynaldo Pessoa Sobral, Fabio de Castro, Cadete Gilberto Pessoa

Aí, estão alguns dos preza-

dos companheiros, dentre muitos outros, que deram o seu patriotismo e eficiente esforço, no sentido de ser atingido o tão sonhado objetivo de 1920.

2. Placa-homenagem-sugestão:

"Ao ensejo do cinquentenário da inauguração do Monumento aos Heróis da Laguna e Dourados, com a reverência devida, homenagem de seus concidadãos ao insigne Gen Prof. Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo, pelo incentivo, pertinácia e vitória na consecução da ereção dessa magnífica obra, aos heróis inesquecíveis daqueles episódios."

3. Além do General Falmmarion Pinto de Campos, indicado orador principal, participaram também da conferência as personalidades abaixo, que a abrilhantaram com seus depoimentos:

- General Edmundo de Macedo Soares, construtor da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, Ex-ministro de Viação e Transportes e da Indústria e Comércio, então Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e integrante da Comissão Pró-Monumento de 1920;

- General Jonas Correa, mestre de diversas gerações do centenário Colégio Militar do Rio de Janeiro, Constituinte de 1946, ex-Secretário de Educação do Distrito Federal, ex-Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (por 12 anos) e membro da Comissão Pró-Monumento de 1922;

- General Aurelio de Lyra Tavares, ex-Ministro do Exército, integrante da Junta Militar que transferiu o governo do País ao Presidente Médici, ex-Embaixador do Brasil na França, membro da Academia Brasileira de Letras e integrante da Comissão Pró-Monumento de 1924;

- General Antonio Carlos da Silva Muricy, integrante da Comissão Pró-Momento;

- General Plínio Pitaluga, presidente da Associação dos Veteranos da FEB;

- Dr. Cláudio Mesquita de Azevedo, filho do General Cordolino de Azevedo.

A homenagem foi gravada em videocassete para, com acréscimos esclarecedores, ser colocado à disposição dos consulentes do Arquivo Histórico do Exército.



DESINFORMAÇÃO: Instrumento de ação política?

Osmar José de Barros Ribeiro

Neste artigo, o autor dá um tratamento didático e doutrinário, em nível estratégico de governo, a um assunto presente em nosso dia-a-dia. De origem indefinida no tempo, a desinformação, no conceito assumido pelo presente trabalho, ampliou seu alcance, de forma sensível, no mundo regido pela comunicação de massa em que vivemos, tornando cada vez mais complexa a obtenção da certeza.

INTRODUÇÃO

O que é Desinformação? Muito embora o vocábulo não conste nos dicionários consultados, deve ser assinalado que, para a maioria, significa não dispor de dados para concluir sobre alguma coisa com um mínimo de precisão; para outros, é estar mal-informado sobre determinado fato. Apenas para poucos, trata-se da manipulação planejada de conhecimentos

e/ou dados, sejam eles reais ou não, com a finalidade precípua de confundir um centro de decisões adverso, seu correto conceito.

Neste trabalho, a Desinformação é tratada em nível estratégico, única forma de estudá-la e verificar se é ou não possível considerá-la um instrumento de Ação Política.

Isso implica o entendimento do que deva ser considerado Ação Política e de como imple-

mentá-la. Somente após havê-la compreendido em seus diferentes aspectos quanto ao Poder Nacional, será possível, com base sólida, estudar a Desinformação tal como é desenvolvida nos países que, ainda hoje, ditando as suas regras e normas, atuam mais ou menos impunemente em todo o globo terrestre, e buscam, por todos os meios e modos, evitar que as respectivas lideranças sejam postas em cheque. Então, e a partir daí, chegar ao Brasil e verificar o que se faz, ou poderia ser feito, em termos de Desinformação.

Cumpra ainda, como dado preliminar, deixar clara a importância dos meios de Comunicação Social quando se trata de Desinformação, muito embora seu emprego não seja impositivo e/ou conveniente em todos os casos.

Outro ponto a ser assinalado, por fim, é a confusão que se faz entre Desinformação e Simulação, quando se baixa do plano estratégico para o tático, para o dia-a-dia das atividades operacionais, quer sejam elas de Informações, quer de Contra-Informação.

AÇÃO POLÍTICA E PODER NACIONAL

Doutrina de Ação Política

Por Ação Política deve ser

entendido todo o conjunto de atitudes tomadas pelo Estado, nas diferentes expressões do Poder Nacional, objetivando atender às necessidades da população, e que, hoje em dia, transcendem a garantia da ordem e a execução dos serviços públicos. Daí, ser válido considerar que, ao Governo, não mais é lícito atuar com objetivos de curto prazo, abordando os problemas nacionais importantes de forma imediatista e superficial. O corolário de tal assertiva implica que, no Estado contemporâneo, a Ação Política deve ser racionalizada, principalmente aquela executada em nível governamental.

A busca da racionalização da Ação Política exigiu, e exige, a existência de um conjunto de princípios destinado a orientá-la, constituindo um corpo de idéias, ordenado e coordenado, ao qual se dá o nome de Doutrina.

A Escola Superior de Guerra (ESG) assinala que "a natureza da doutrina denota-se pelo tipo de ação que ela procura orientar: política, social, religiosa, econômica ou filosófica. No caso da ação política, os preceitos que a compõem se sistematizam em uma Doutrina de Ação Política ou Doutrina Política. Trata-se do instrumental necessário para que a Nação realize seus objetivos" (ESG, Manual Básico, 1988).

A mesma fonte conceitua Doutrina de Ação Política como

"o conjunto de princípios extraídos da teoria política, destinados a orientar a ação política, seja na esfera mais ampla do governo, seja na dos grupos que desenvolvem atividades políticas".

Cumprе assinalar, por interessar ao prosseguimento, que uma Doutrina de Ação Política deve estar vinculada, no tempo, sob pena de fracasso, à realidade da situação política, econômica, psicossocial e militar do País, tanto nos seus aspectos internos quanto em suas projeções externas.

Quando é considerada, em determinado momento, a situação política, econômica, psicossocial e militar, está sendo considerado o Poder Nacional, "refletindo as possibilidades e limitações dos meios que o constituem nas suas características globais e nos efeitos de seu emprego" (ESG, Manual Básico, 1988).

Poder Nacional

O Poder Nacional é conceituado pela ESG como sendo "o conjunto integrado dos meios de toda ordem de que dispõe a Nação, acionados pela vontade nacional, para conquistar e manter, interna e externamente, os Objetivos Nacionais" (Manual Básico, ESG, 1988).

Das características inferidas do conceito de Poder Nacional

(sentido instrumental, caráter de integralidade, âmbito de atuação e relatividade), duas são destacadas por interessarem ao trabalho em curso de forma mais direta:

— *sentido instrumental*: considerado na medida em que o Poder Nacional é o instrumento à disposição da Nação para a conquista e manutenção dos seus objetivos. Sob a ótica do Desenvolvimento, o Poder Nacional deve ser empregado na busca do constante aperfeiçoamento da sociedade. Quanto à Segurança, "o Poder Nacional deve ser empregado como instrumento estratégico, para superar, neutralizar ou reduzir os antagonismos que se contrapõem à conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes" (ESG, Manual Básico, 1988).

— *âmbito de atuação*: "na esfera interna atua, principalmente, no sentido da realização da tranquilidade, do bem-estar, do aprimoramento coletivo, assim como do controle social. Externamente atua, sobretudo, como instrumento de afirmação da Soberania Nacional. Naquilo que concerne à Segurança, o Poder Nacional é empregado principalmente para enfrentar os antagonismos que provenham de outras nações, até mesmo de infiltrados na vida nacional, resultantes de interesses e aspirações alienígenas, quer se expressem política, econômica,

psicossocial ou militarmente. Para atender aos objetivos ligados à Segurança e ao Desenvolvimento, o Poder Nacional é aplicado dentro e fora do território nacional, através de ações estratégicas que utilizam todos os meios disponíveis" (ESG, Manual Básico, 1988).

O Poder Nacional manifesta-se através das Expressões do Poder Nacional, cada qual caracterizada pela predominância dos efeitos a serem obtidos e constituídas, predominantemente, por elementos de uma mesma natureza. De qualquer forma, é conveniente ressaltar que sendo o Poder Nacional uno e integral, esta divisão é tão somente analítica, e o que varia são os efeitos da aplicação do Poder, segundo a conjuntura do momento.

Em resumo: o Poder Nacional é o meio empregado pela Ação Política para alcançar a realização dos Objetivos Nacionais Permanentes.

ESTRATÉGIA NACIONAL

Em um quadro no qual as nações lutam com a existência de conflitos internos e externos e a sociedade se apresenta intranquilha, dominada pelo espírito de competição e confundida pelo mascaramento de posições ideológicas (isto sem contar com os caprichos da natureza e o atraso social de vastas camadas

da população), a Ação Política, por si só, nem sempre se mostra capaz de atender aos interesses e às aspirações nacionais.

Destarte, "impõe-se uma decidida luta contra os obstáculos que se antepõem aos interesses nacionais, luta que abrange tanto o sentido restrito do vocábulo – choque entre vontades opostas – como no seu sentido lato – esforço contínuo e pertinaz até a obtenção do fim desejado" (ESG, Manual Básico, 1988).

Tal esforço nacional, hoje, é chamado de Estratégia e, por exigir, no mais das vezes, o concurso de representantes de vários segmentos da sociedade, deve ser coordenado pelo governo que representa a Nação.

Pode-se, assim, dizer que a Estratégia Nacional vem a ser a forma mais elevada de concepção da aplicação do Poder Nacional e a visualização dos seus grandes rumos.

Óbices

Aqui, nada melhor que recorrer ao Manual Básico da ESG (1988) para o perfeito entendimento do assunto:

"Óbices são obstáculos de toda ordem que dificultam ou impedem a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais.

Esses óbices, existentes ou potenciais, podem antepor-se à conquista dos Objetivos Nacionais, tanto ao Desenvolvimento

quanto à Segurança, se considerados de per si. Podem ser de ordem material ou imaterial... Representam, em sua essência, condições estruturais ou conjunturais e variam em função do processo histórico-cultural do país, podendo variar, também, da mesma forma, em sua intensidade e na maneira como se manifestam.

Os óbices se classificam em Fatores Adversos e Antagonismos.

Fatores Adversos são óbices de toda ordem, internos ou externos, que, destituídos de sentido contestatório, se interpõem aos esforços da sociedade ou do governo para conquistar ou manter os Objetivos Nacionais.

Quando os óbices assumem uma forma de contestação aos ideais e às ações da sociedade que visam a conquista dos Objetivos Nacionais Permanentes denominam-se Antagonismos, conceituados da seguinte forma:

Antagonismos são óbices, internos ou externos, que, manifestando atitude deliberada e contestatória, se contrapõem à conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Por sua vez, os antagonismos podem qualificar-se como Pressões e Pressões Dominantes.

Se o antagonismo dispuser de poder, isto é, se à vontade deliberada de se contrapor aos esforços da comunidade nacio-

nal se soma alguma capacidade de obter efeitos através de qualquer meio (força, ameaça, estratégia) que dificulte a conquista e manutenção do ONP, qualifica-se como pressão.

As pressões podem ser exercidas de forma direta ou indireta, apresentar características manifestas ou latentes e significar, portanto, um perigo atual ou potencial. Daí o seguinte conceito:

Pressões são antagonismos em que a vontade contestatória se manifesta com capacidade para se contrapor à conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.

Quando um antagonismo atua de forma significativa, com capacidade de impedir a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes, qualifica-se como Pressão Dominante.

Pode-se, portanto, conceituar:

Pressões Dominantes são antagonismos que, por sua importância e natureza, constituem ameaça ponderável à conquista e à manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes.

A superação de Pressões Dominantes exige medidas especiais, que escapam ao comum da vida nacional. Em razão delas, pode o Estado chegar ao recurso extremo da guerra, desde que se tenham revelado infrutíferos seus esforços no sentido de

eliminá-las ou reduzi-las por outros meios."

Hipóteses de Conflitos e de Guerra

As aspirações e objetivos nacionais decorrem, sobretudo, das necessidades que afloram de grupos e de comunidades. Tais necessidades, considerando que elas são, quase sempre, maiores que o desejável, raramente podem ser atendidas em sua totalidade.

Destarte, tanto interna quanto externamente, o emprego do Poder Nacional para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes pode vir a defrontar-se com os antagonismos os mais diversos, dando margem à caracterização de uma situação de conflito.

Enquanto os conflitos internos têm origem, no mais das vezes, no não atendimento de necessidades vitais da população, no agravamento de situações de injustiça social etc., os conflitos externos são fruto do choque entre Poderes Nacionais distintos, representando um conflito de vontades soberanas em torno de interesses considerados vitais, tanto por uma quanto por outra.

Sendo identificadas Pressões e Pressões Dominantes, estão em jogo os Objetivos Nacionais Permanentes, dando causa ao surgimento das Hipóteses de Conflito (HC) e de

Guerra (HG), forma de orientar o preparo do Poder Nacional, objetivando superar os antagonismos surgidos.

Quando da existência de pressões, antagonismos que dispõem de poder e que tanto surgem de forma endógena quanto por estímulos exógenos, sua superação se dá em um quadro no qual a capacidade do Poder Nacional é julgada suficiente, não sendo necessário o seu emprego violento, ou seja, o recurso à guerra.

Se a pressão dominante constituir-se em antagonismo de grau extremo, impedindo a conquista e a manutenção dos ONP, surge a necessidade da formulação de uma Hipótese de Guerra. Normalmente, a HG surge da antevisão da possibilidade da ocorrência de um conflito armado, quer interno quer externo, exigindo o emprego violento do Poder Nacional como derradeiro recurso para sua superação.

Ações e Áreas Estratégicas

O Poder Nacional é o instrumento do qual se socorre a Política para, mediante uma determinada Estratégia, conquistar e manter os Objetivos Nacionais.

Por Ações Estratégicas devem ser entendidas aquelas medidas tomadas pelo governo, de natureza e intensidade variáveis, objetivando o preparo e a aplicação do Poder Nacional. Tais

Ações podem ser Correntes (aquelas relacionadas com situações de rotina ou que não revelem alterações sensíveis de normalidade) e de Emergência (as voltadas para o atendimento de situações que recomendem ou exijam medidas especiais, para serem enfrentadas de forma eficaz).

As Áreas Estratégicas, ou seja, aquelas áreas nas quais são desenvolvidas as Ações Estratégicas, tanto podem ser de natureza territorial, como podem envolver atividades humanas. Sua caracterização como "estratégicas" será função da presença ou da possibilidade de existência de relevantes interesses nacionais ou de óbices de maior vulto.

Exemplos clássicos de Áreas Estratégicas são setores tais como: educação, saúde, comunicações, vazios demográficos, centros urbanos e industriais e, mesmo, áreas no exterior de particular interesse para o País.

A AÇÃO POLÍTICA E A ATIVIDADE DE INFORMAÇÃO

A realidade hodierna, dado o volume de fatos e situações que todas as nações necessitam consolidar para bem gerir os seus destinos, é extremamente complexa. A conjuntura sempre cambiante, quer interna quer externamente, implica a constante procura de conhecimentos que

permitam, além da formulação de políticas e do estabelecimento de estratégias, a correção de rumos por parte dos governantes.

Considerando o crescente ritmo de exigência que os fatos e as situações imprimem à ação governamental, ressalta a necessidade de instrumentos que proporcionem à autoridade a percepção das variáveis que delimitam a realidade em todas as suas dimensões. Daí, a insfismável necessidade da existência, em nível governamental, de um elemento de assessoria voltado para a produção de subsídios capazes de permitir a oportuna e correta tomada de decisões no mais alto nível.

Tal elemento de assessoria, para atingir os fins propostos, precisa ser orientado e disciplinado por uma doutrina que lhe proporcione o embasamento teórico, necessário ao emprego eficaz em suas funções básicas de agregação, organização, comunicação e motivação. Serão estas que darão impulso ao exercício da atividade de Informações, por serem elementos essenciais à sua prática. Delas decorre a criação de um conjunto de órgãos, estruturalmente organizado e constituído por recursos humanos que, adequadamente motivados para o exercício da atividade, formarão um processo de interação eficiente, capaz de constituir-se em um sistema in-

tegrado e agente propulsor da atividade.

Tal sistema, por seu turno, fará parte de um processo maior, conhecido como Tomada de Decisão, o qual será abordado posteriormente.

A Ação Política deve ser entendida como sendo uma atividade concreta, voltada para a busca do Poder e para o seu emprego. Chega-se, assim, ao entendimento de ser a Política uma ação operacional que tem os seus preceitos sistematizados em uma Doutrina de Ação Política, instrumento essencial à realização dos objetivos de uma nação.

Em seu Manual Básico, ora em vigor (1988), a ESG conceitua a Doutrina de Ação Política como sendo "o conjunto de princípios, extraídos da teoria política, destinados a orientar a ação política, seja na esfera mais ampla do governo, seja na dos grupos que desenvolvem atividades políticas".

À ação política, em nível de governo, denomina-se Ação Governamental. Nos dias que correm, forçoso é convir que nenhuma atividade humana, mormente no grau aqui examinado, prescinde de planejamento e de organização. Daí que, ao assumir o Poder, aquele grupo que o alcançou deve, em princípio, planejar sua ação à luz dos Objetivos Nacionais e sob a inspiração do bem comum.

Ao longo dos anos, a ESG desenvolveu um Método para o Planejamento da Ação Política, voltado para a concretização dos anseios, das aspirações e dos interesses nacionais ou, resumidamente, para a realização do já mencionado bem comum, fundamento maior da competência do Estado e sua própria razão de ser.

Em síntese, tal Método comporta duas Fases: a Fase Política e a Fase Estratégica.

O produto da Fase Política é o estabelecimento dos Objetivos Nacionais Atuais (ONA) para um determinado espaço de tempo, normalmente um período de governo, sendo o objetivo da Fase Estratégica a realização dos referidos ONA.

Tanto a Fase Política quanto a Fase Estratégica subdividem-se em etapas.

A Fase Política abrange duas etapas: a Avaliação da Conjuntura e a Concepção Política Nacional (CPN). A Avaliação da Conjuntura "é o processo ordenado de conhecimento da realidade nacional passada, presente e a sua provável evolução, nos âmbitos nacional e internacional, com vistas ao emprego do Poder Nacional para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais". A Concepção Política Nacional corresponde à formação das Políticas de Desenvolvimento e de Segurança Nacionais. Da CPN decorrerão, já na Fase Es-

tratégica, a Concepção Estratégica Nacional (CEN) e a Elaboração de Planos.

A Fase Estratégica implementa as decisões consubstanciadas na Política Nacional, adotadas na CPN. Esta Fase abrange quatro etapas: a Concepção Estratégica Nacional (CEN), a Elaboração de Planos, a Execução e o Controle. A CEN é a "opção da trajetória que a ação política deve seguir para que se concretizem os ONA estabelecidos na Fase Política do Método". A partir da decisão política estabelecida na CPN e da opção estratégica contida na CEN, são elaborados os seguintes planos: Plano Nacional de Desenvolvimento; Plano Nacional de Segurança; Plano Nacional de Informações; Plano Nacional de Mobilização e outros.

Assinale-se, por pertinente, que os Planos Nacionais são documentos básicos para a implementação da Ação Política, particularmente das Ações de Governo.

À etapa de Elaboração de Planos seguem-se as de Execução e de Controle.

Nesse contexto, as Informações figuram como "carro-chefe" da política, mas com ela não se confundem. Apesar de intimamente ligadas, as Informações e a Política diferem em forma, conteúdo (aquelas são estáticas, enquanto a Política é dinâmica, sendo seus campos ri-

gorosamente delimitados). As Informações influenciam de perto a formulação, os rumos e as decisões políticas. Contudo, a adoção de novas políticas é resultante de conhecimentos outros que não os transmitidos apenas pelos Órgãos de Informações. As autoridades devem levar em conta suas próprias percepções pessoais sobre a realidade do país e a atuação dos meios de comunicação de massa retratando essa mesma realidade.

Sendo sabido à exaustão, que a Política e a Estratégia nacionais não ficam imunes às variações quer da conjuntura interna quer da internacional, deve ser ressaltada a importância das Informações no Método para o Planejamento de Ação Política. De fato, as Informações permeiam o Método em todas as suas Fases e Etapas, auxiliando, complementando e assessorando, na procura do melhor emprego do Poder Nacional para concretizar a realização do bem comum.

O conhecimento pelo produtor da variada gama de interesses dos usuários levará aquele a decidir pelo caminho mais apropriado, explorando os assuntos estratégicos e conjunturais de maior relevância. Por outro lado, os usuários, cientes do papel da atividade, determinarão o cumprimento de missões passíveis de serem cumpridas pelo organismo de in-

formações, adequando-as à real capacidade deste e levando em consideração os aspectos que envolvem a natureza de uma atividade que, por ser sigilosa e compartimentada, requer dos usuários, bem como dos produtores, cuidados especiais, se comparada às demais atividades desenvolvidas a nível governamental e, também, voltadas para o assessoramento.

A Análise da Propaganda nas Atividades de Informações

Ao analisar uma Propaganda, sem dúvida alguma, o analista estará desenvolvendo um trabalho de produção de conhecimento, vale dizer, uma Atividade de Informações.

Assim, de pronto surge uma pergunta: que tipo de Propaganda interessa à Atividade de Informações? Se for considerado que esta nada mais é que um instrumento do Estado à disposição dos governos que, democraticamente, se sucedem, é meridiano que merece preocupação aquela Propaganda que agride os valores morais, sociais e espirituais da Nação ou que contesta o ordenamento jurídico-institucional do Estado, ou seja, a Propaganda Adversa.

Importância e Definição da Atividade de Informações

Para que seja bem entendida

a Atividade de Informações, há que se compreender o papel representado pelo Estado no mundo moderno. Estabelecido sobre os pilares de uma dada ordem jurídica, o Estado existe para atender aos fins dos indivíduos e dos grupos que formam a Nação, dando assim origem à existência de instituições que abrangem as mais diversas atividades humanas.

A natureza dos fins últimos do Estado exige dele uma ação por inteiro e em profundidade para poder dar cumprimento aos mesmos, gerando constantes conflitos de interesses. Para identificá-los e/ou dirimi-los, o Estado necessita conhecer as necessidades preponderantes da Nação e, ao mesmo tempo, verificar as possibilidades dos meios disponíveis para atingir os fins colimados. Desta forma, surge a necessidade de serem tomadas decisões políticas através dos órgãos competentes, com os quais colabora o Sistema de Informações, buscando traduzir a situação do país, do seu Poder Nacional, dos óbices, das vulnerabilidades e de outros conhecimentos correlatos.

Neste contexto, a Atividade de Informações figura como instrumento colocado à disposição do Estado, para que sucessivos governos possam obter e salvaguardar conhecimentos de utilidade para o planejamento, a

execução e o acompanhamento da Política Nacional.

As relações entre o Governo e as Informações é magistralmente definida por Sherman Kent, quando afirma:

"As Informações não designam objetivos; não estabelecem políticas, não formulam planos; não executam operações (exceto as de Informações). As Informações são subsidiárias daquelas; e, para usar um desagradável lugar comum, elas realizam uma função de serviço. Sua missão é assegurar-se de que as chefias estão bem informadas; sua tarefa é manter-se atrás dos líderes com o livro aberto para um importante fato que possa estar sendo negligenciado e, a seu pedido, analisar as alternativas sem indicar preferência. As Informações não podem servir se não conhecerem o pensamento do Chefe; não podem servir se não obtiverem a orientação que qualquer profissional precisa ter do seu cliente."

A Atividade de Informações, entendida como instrumento da ação do Estado, vem a constituir o "exercício sistemático de ações especializadas, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos, tendo em vista assessorar as autoridades governamentais, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, execução e acompanhamento de suas Políticas".

A Atividade de Informações é conduzida pelos "Organismos de Informações", que devem ser entendidos como elementos daquele amplo sistema, integrante do processo de Tomada de Decisão, desdobrado em diferentes setores e níveis perfeitamente compatibilizados com a estrutura decisória do país e que, em contínua interação, tem por finalidade exercitar a Atividade de Informações.

Para um melhor entendimento do que seja a Atividade de Informações, nada melhor do que a compreensão das principais partes que a constituem:

- a expressão "ações especializadas" pressupõe a existência de uma doutrina de trabalho bem desenvolvida, de um profissional especializado e de meios materiais adequados, fatores estes que, além de qualificar as ações empreendidas, têm reflexos diretos na qualidade do conhecimento produzido;

- tais ações especializadas devem ser orientadas para a "produção e salvaguarda de conhecimentos". Aqui está implícito o objetivo maior da Atividade, qual seja o de produzir conhecimentos de interesse para a Tomada de Decisão e salvaguardar tais conhecimentos. Há, ainda, outros dados que merecem a proteção do Estado, posto que, quanto maior o desenvolvimento de um país, maiores as preocupações das autoridades res-

ponsáveis no resguardo de dados sigilosos que possam colocar em risco o Desenvolvimento e a Segurança Nacionais. Assim, é fácil verificar que a Atividade de Informações, destinando-se não só à produção de conhecimentos como também à sua salvaguarda, divide-se em dois grandes ramos, quais sejam, o da Informação, voltado para a produção de conhecimentos e o da Contra-Informação, direcionado para a salvaguarda dos mesmos;

- todo esse complexo visa "assessorar as autoridades governamentais nos seus respectivos níveis e áreas de atribuição". Neste sentido, fica patente a finalidade da Atividade: prestar assessoramento aos responsáveis pela consecução do processo de Tomada de Decisão. Este processo deve ser entendido no seu sentido mais amplo, ou seja, como o conjunto de todos os procedimentos que envolvem a gestão política da sociedade;

- para "planejamento, execução e acompanhamento de suas políticas".

No momento em que a Atividade procura atender às autoridades no mais alto nível, figurando como instrumento de sucessivos chefes de governo na condução da Política Nacional, a sua presença está voltada para atender às necessidades governamentais, auxiliando os governantes na identificação, conse-

cução e manutenção dos Objetivos Nacionais. Há que se chamar a atenção para o fato de que a Atividade de Informação não é formuladora desses Objetivos, não traça a Política, não elabora os planos, nem os executa. Ela cumpre uma função auxiliar, levando aos responsáveis os conhecimentos necessários para o planejamento, execução e acompanhamento de suas Políticas. No trato da Política Nacional, os governantes devem possuir conhecimentos sobre os objetivos, o poder, o potencial e as possibilidades do seu País, bem como de certos Estados cujas ações poderão vir a interferir na consecução de sua política. A situação de cada país nos negócios do mundo nunca é estática. É preciso acompanhar as mudanças para que não haja surpresas. É preciso conhecer as implicações e os reflexos das conjunturas e eventos internacionais nas políticas internas de outras Nações, para melhor definir as bases do progresso nacional. Portanto, a Atividade de Informações, para atingir os fins do Estado, atua no Campo Interno e no Campo Externo. No Campo Interno, as Informações operam quando "permitem ao Governo manter-se a par da origem, natureza e intensidade dos óbices existentes e da realidade da situação interna em todos os campos da vida nacional". No Campo Externo, quando buscam

"obter de outros países a maior soma possível de conhecimentos, de sorte a assegurar ao governo os elementos essenciais para o planejamento e formulação de sua política e a atuação oportuna, seja no Campo Interno ou Externo", sempre buscando alcançar a racionalidade e a otimização das decisões.

A Informação e a Contra-Informação

O conhecimento é o produto principal decorrente do exercício da Atividade de Informações. Contudo, não lhe basta o conhecimento espontâneo, que se forma sem ordem e sem método e que, por isso mesmo, com frequência é imperfeito. Interessante, de forma primordial, o conhecimento logicamente elaborado, capaz de traduzir fatos ou situações com a maior exatidão possível.

Aqui há que considerar o caráter de assessoramento das informações, já ressaltado anteriormente, o qual impõe a necessidade de orientação por parte do usuário, posto que os conhecimentos não são buscados de forma aleatória e sim com vistas à realização de determinada tarefa. Uma orientação adequada motivará o responsável pelo cumprimento da missão e poderá levá-lo, inclusive, a procurar significação naquilo que parece carecer de sentido.

A produção do conhecimento constitui a própria razão de ser do ramo Informação e abarca todo o trabalho de elaboração, desde o planejamento da tarefa a ser realizada até a difusão final do conhecimento elaborado. Isto significa, em última análise, que se trata de produzir documentos que permitam descrever e interpretar fatos ou situações passadas e/ou presentes, bem como estimar a sua evolução dentro de determinados limites.

Há que considerar, ainda, o usuário final dos conhecimentos produzidos. Por certo, ele disporá de outros documentos oriundos da estrutura governamental e de apreciações obtidas em contatos com personalidades nacionais e estrangeiras. Como é salientado nos Fundamentos da Doutrina (ESG, 1981), "é importante que o usuário seja receptivo às informações, que atribua a estas um alto grau de confiabilidade e que tenha discernimento para agregar, ao conhecimento proporcionado pelas informações, os dados fornecidos ou obtidos por outros meios que, no seu entender, mereçam crédito e, portanto, completem e enriqueçam o conhecimento contido nas próprias informações". E mais, ainda na mesma fonte: "Nem todas as informações disponíveis, ainda que produzidas cientificamente, podem proporcionar todos os elementos do conhecimento humano que de-

vem, no final, fundir-se na decisão nacional... Assim, além da razão, o usuário se valerá também de sua própria intuição na hora de optar... com a certeza dos riscos que corre."

Hoje, o conflito de interesses entre os Estados, independentemente da sua estatura político-estratégica, é uma realidade. Assim, configura-se um quadro no qual cada país é, a um só tempo, agente e alvo em termos de obtenção daqueles dados essenciais para a formulação e implementação das suas políticas interna e externa. Obviamente, a maior parte desses dados, em razão de sua própria natureza e do tipo de sociedade na qual vivemos, é ostensiva e encontrada na imprensa, noticiadas na televisão e em publicações diversas, quer sejam ou não especializadas em determinados assuntos. Contudo, existem outros dados que, pelas próprias características e no interesse maior do Estado, não são tornados públicos. Tais dados, negados a quem não deva ter acesso a eles, somente poderão ser obtidos através da execução de ações de busca.

A Contra-Informação pode ser definida como sendo "o ramo da Atividade de Informações direcionado para a salvaguarda do conhecimento".

Assim sendo, verifica-se que a Contra-Informação é implementada pela adoção de medidas que objetivam prevenir, obs-

truir, detectar e neutralizar ações adversas de qualquer natureza, num espectro que vai dos fenômenos da natureza à sabotagem, passando por eventual negligência do responsável pela salvaguarda do conhecimento e/ou dado sigiloso.

A COMUNICAÇÃO SOCIAL

A história da Comunicação Social teve início ainda nos tempos pré-históricos, no exato momento em que um de nossos ancestrais logrou transmitir a outro uma idéia e deste obteve resposta.

A adoção do termo "Comunicação Social" objetiva caracterizar a comunicação entre seres humanos, diferenciando-a da comunicação entre outras espécies de seres, quer animais quer vegetais. Assim, o termo em questão refere-se ao processo de transmissão e recepção de mensagens entre pessoas, buscando exprimir e intercambiar idéias, sentimentos e informações (aqui no seu sentido comum) para estabelecer relações e somar experiências.

A invenção da imprensa (1440), a criação do jornal (1829) e o expressivo desenvolvimento da radiofonia e da televisão, levaram à adoção da expressão "Comunicação de Massa", uma vez que a atual evolução tecnológica dá margem a que as

mensagens sejam difundidas, ao mesmo tempo, para um público muito grande, formado por pessoas de natureza heterogênea e anônima.

Aqui, não obstante, será adotada a expressão "Comunicação Social" (em que pese o anteriormente afirmado) para caracterizar aqueles meios usados para alcançar grupos sociais de qualquer tamanho, ficando ainda entendido que a Comunicação Social constitui-se em condição essencial à vida cultural da Nação.

Meios de Comunicação Social

O fenômeno da interação social vale-se, no que concerne à Comunicação Social, dos veículos de comunicação, da ação de fontes organizadas de informações e da reação dos públicos receptores.

Por meios de Comunicação Social devem ser entendidos os instrumentos de reprodução gráfica e de transmissão de som ou imagem para o público. Aí se incluem jornais, revistas, cinema, emissoras de rádio e de televisão etc. Há que entender o fato de serem — os veículos de Comunicação Social — meios e recursos basicamente neutros, utilizados para a transmissão de mensagens.

O conteúdo da mensagem deve, em princípio, atender a um

público perfeitamente identificado e ter como referência um quadro de aspirações, necessidades e peculiaridades culturais que lhe sejam próprios.

Já as fontes de informações podem organizar-se tanto sob a forma de empresas estatais, quanto sob a de empresas privadas.

Hoje, o fenômeno da Comunicação Social permeia toda a sociedade, influenciando hábitos e costumes, na medida em que possibilita a divulgação de fatos, idéias, sentimentos e emoções, notadamente quando utilizados os meios eletrônicos. Daí sua importância em relação ao Poder Nacional pois, utilizada com preocupação ética e marcada pelo respeito à pessoa, assume um papel importante em relação ao mesmo. Ao inverso, se empregado com má-fé e objetivos escusos, será capaz de enfraquecê-lo, na medida em que concorre para o esgarçamento do tecido social.

Comunicação Social, Operações Psicológicas e Propaganda

É importante seja, desde já, estabelecida a distinção e o relacionamento entre Comunicação Social, Operações Psicológicas e Propaganda. Para tanto, nada melhor que o texto de autoria do CMG João Alfredo

Poeck e publicado na revista "Coletânea L" (nº 16, Jan 78):

"Comunicação Social consiste em ações e reações psicossociais intergrupos que, na interação social, no Moral Nacional e no intercâmbio de idéias pela arte ou pela ciência, qualificam a cultura da Nação. É, portanto, um universo abrangente, no qual os meios pelos quais ela vivifica esta mesma Nação (ou a própria humanidade), podem ser de massa ou seletivos, na medida em que são usados para alcançar grandes grupos sociais ou audiências restritas.

"As Operações Psicológicas, por sua vez, compreendem todas as ações nas quatro Expressões do Poder Nacional, que tenham efeito na esfera psíquica de grupos sociais, em função de uma Guerra Psicológica Adversa que esteja tentando influir nas emoções, atitudes e comportamentos de tais grupos, contra a consecução dos Objetivos Nacionais. Tais ações podem ter um caráter defensivo, de imunização do nosso público às mensagens adversas (Ação Psicológica), ou caráter ofensivo, visando atuar diretamente na desmoralização do adversário e na neutralização de suas mensagens (Guerra Psicológica). O que justifica as Operações Psicológicas é a Guerra Psicológica Adversa.

"A Comunicação Social é permanente, constituindo-se em fator essencial à vida cultural da

Nação. As Operações Psicológicas são indispensáveis à sobrevivência das idéias e dos valores que, numa democracia, enfrentam a insidiosa manipulação de mensagens que representam a essência da subversão de valores, patrocinada por centros de poder adversos.

"A Propaganda é um instrumento técnico de comunicação. Tanto na Comunicação Social, quando pode ser utilizada pelas instituições para reforçar valores e imagens, como na difusão controlada em prol do consumo de bens e serviços, é usada sempre dentro de parâmetros lícitos e honestos, conforme a legislação em vigor. Nas Operações Psicológicas é empregada especialmente na Contrapropaganda, em permanente apoio à consecução dos Objetivos Nacionais."

Quando, após a II Guerra Mundial, o mundo se dividiu em dois grandes blocos – o Democrático e o Comunista – teve início a disputa pelo poder mundial entre os EUA e a URSS, envolvendo todas as nações. Tal disputa, malgrado tentativas diversas no sentido de anulá-la ou reduzir seus efeitos, permanece até nossos dias, muito embora os dirigentes de ambas as potências façam praça, em diferentes ocasiões, do seu acendrado desejo de paz, antes movidos pelo temor da mútua capacidade de destruição, que por um real e inquestionável desejo de

paz. Sob tal enfoque surgiu o conceito de Guerra Psicológica, implicando a utilização global da Propaganda pelo Estado, quer em tempo de paz quer no de guerra.

Quanto à Propaganda, não se tratará aqui da publicidade, popularmente conhecida como propaganda comercial e sim daquela propaganda que contém dados, os quais, devidamente processados, darão origem aos conhecimentos necessários ao mais alto escalão governamental, com vistas à condução de suas diversas estratégias.

A Propaganda pode ser conceituada como sendo "a manipulação planejada da comunicação, influenciando psicologicamente em grupos sociais pela persuasão, visando obter comportamentos predeterminados que beneficiarão, direta ou indiretamente, o seu patrocinador".

Desse conceito é fácil concluir:

"Quem quer que pretenda modificar o comportamento do Homem, deverá propiciar-lhe a aquisição de conhecimentos compatíveis com a modificação pretendida, através da manipulação dos ambientes físico e simbólico no qual ele vive."

Qualquer que seja o Estado, nele sempre haverá um ordenamento jurídico-institucional, substanciado em um conjunto de regras e normas de convivência, regulador da vida da Nação.

Quer o Estado tenha um sistema político de natureza democrática ou totalitária nele existirá, necessariamente, uma ideologia determinando valores de diferentes espécies, bem como estabelecendo as características do seu sistema de organização. Tudo aquilo que contrariar tais valores e sistema organizacional, será merecedor de resposta para a neutralização dessa contestação ao *status quo*. Tais ações antagônicas são, em geral, patrocinadas por centros de decisão externos e a Propaganda é um instrumento bastante usado para tal fim.

As ações adversas inserem-se, portanto, no aspecto da Segurança do Estado e, como tal, no caso específico do Brasil, é uma área de interesse que diz respeito ao Poder Nacional.

Isto posto, a Propaganda Adversa pode ser entendida como sendo:

"A propaganda de qualquer procedência, cujo efeito agrida os valores morais e espirituais da Nação ou conteste os fundamentos da organização do Estado."

Cumprе salientar, outrossim, que não se deve confundir Propaganda Adversa com Propaganda Política. Enquanto a primeira é contrária aos interesses nacionais, a segunda é legítima, lícita e conforme aos preceitos democráticos. Defender caminhos diferentes para chegar a

um mesmo objetivo, fato caracterizador de uma propaganda oposicionista, tem sentido construtivo, na medida em que mostra haver um leque de opções democráticas para fazê-lo. Já a Propaganda Adversa, de cunho contestatório e subversivo, não tem qualquer compromisso de solução embasado nos valores aceitos pela maioria da Nação.

Existe, no campo da Comunicação Social, uma atividade cuja preocupação é a de ante-poner-se à Propaganda, seja qual for a sua classificação, para evitar que os resultados pretendidos por esta última junto ao Público-alvo sejam alcançados. Tal atividade, a Contrapropaganda, vai existir a partir do instante em que um grupo, sentindo-se prejudicado pela Propaganda Adversa, aplica determinadas técnicas que se destinam a impedir que a mensagem do adversário produza os efeitos buscados junto ao Público-alvo. Poderá ocorrer que se venha a tomar conhecimento da Propaganda Adversa antes mesmo do seu desencadeamento e, antecedendo-se ao adversário, o grupo lance a sua própria campanha. Esta, mesmo neste caso, continuará a ser chamada de Contrapropaganda.

Desta forma, a Contrapropaganda pode ser conceituada como sendo:

"A Propaganda com a finali-

dade de anular os efeitos que a Propaganda adversária possa causar ao Público-alvo."

Do conceito, verifica-se que a Contrapropaganda é uma Propaganda contra e, dessa forma, obedece às mesmas normas, princípios e técnicas da Propaganda. Assim sendo, é fácil concluir que a diferença entre uma e outra será dada pela sua finalidade e não pelo seu conteúdo.

A DESINFORMAÇÃO

Antes de mais nada, ainda uma vez, convém ressaltar existirem dois tipos de Desinformação: um, conhecido como Desinformação de Contra-Informação, no qual são empregados recursos e técnicas destinados a um Alvo perfeitamente caracterizado como sendo capaz de representar um risco à salvaguarda de conhecimentos e/ou dados sigilosos; outro, dedicado a apoiar um usuário do Sistema Nacional de Informações, objetivando assessorá-lo na adoção de providências destinadas a confundir um centro de decisão. É a Desinformação de Comunicação Social.

A Desinformação, por ser uma operação de alta complexidade e acarretar riscos ao seu executor, em caso de divulgação

indevida, apresenta características marcantes, a saber:

- **Planejamento centralizado e detalhado**

É essencial que um único elemento tenha o total controle da operação, com ascendência funcional sobre todos os elementos envolvidos. Outrossim, o Planejamento Operacional deverá ser extremamente detalhado.

- **Compartimentação**

É fundamental que o conhecimento completo da ação a ser executada seja restrito àqueles com a real necessidade de conhecê-la.

- **Capacitação do pessoal**

O preparo técnico-profissional dos elementos participantes, considerando o emprego de recursos e de técnicas especiais, exige a utilização de pessoal habilitado em áreas tão diversas quanto Comunicação Social, Psicologia, Sociologia e outras, conforme o caso.

- **Liberação gradativa dos dados**

É outra medida de mais alta importância, posto que o próprio Alvo da Operação deverá interpretá-los e chegar às conclusões desejadas pelo autor dos mesmos.

- **Alvo**

Embora o Alvo seja sempre uma pessoa, organização ou centro de decisão, particularmente quando do emprego de veículos de Comunicação Social, a audiência será constituída por todos os receptores da mensagem. Não obstante, o Alvo específico será sempre o elemento visado.

A Desinformação de Contra-Informação não deve ser confundida com a Desinformação de Comunicação Social. Enquanto aquela terá sempre o objetivo de iludir ou confundir um Organismo de Informações adverso, normalmente através de Operações Especiais de Contra-Informação, a segunda pretende alcançar um universo mais amplo: círculos governamentais, científicos, empresariais, sindicais, jornalísticos etc.

De qualquer forma, em um ou outro caso, consistindo na manipulação de conhecimentos e/ou dados para atingir um determinado Alvo, a Desinformação envolve a preparação e a divulgação dos mesmos. Na preparação, os recursos mais usuais são documentos, conversações, materiais diversos, instalações e montagem de cenários. Já na divulgação, são empregados agentes, informantes e outros elementos adversos; agentes e informantes infiltrados na organização adversa; ou-

tras pessoas que possam propiciar a divulgação pretendida; canais de comunicação (incluindo os do adversário) e, ainda, veículos de comunicação social.

Dois exemplos bastarão para que se estabeleça a diferença entre dois tipos de Desinformação:

– Desinformação de Contra-Informação

Após a expulsão das tropas alemãs do Norte da África, era evidente que o próximo passo dos Aliados seria o Sul da Europa. Para os alemães, tratava-se de determinar a frente da invasão. Para os Aliados, o problema era evitar que o inimigo pudesse dispor suas forças na área da ação principal.

No princípio de maio do ano de 1943, foi encontrado, boiando no litoral sudeste da Espanha, o cadáver de um major inglês, morto por afogamento. Trazia, presa ao pulso por uma corrente, pequena maleta que, aberta, mostrou planos e documentos diversos indicando, como local da invasão, a Sardenha e a Grécia. Os alemães, iludidos, deslocaram tropas para a área a ser atacada, deixando parcialmente desguarnecida a Sicília, real objetivo da ofensiva aliada. O major, de nome Martin, jamais existira. Tratava-se de um civil que morrera de pneumonia e que, perfeitamente documen-

tado, passou a ser o infeliz maior. A trama, que mereceu um filme com o título de "O homem que nunca existiu", é narrada em detalhes no livro de Allen Dulles, "Ofício de Espião".

– Desinformação de Comunicação Social

Em 1964, com o apoio da KGB, o Serviço de Informações e Segurança (STB) da Tchecoslováquia iniciou uma grande campanha de Desinformação, buscando açular os sentimentos do povo indonésio contra os EUA. Assim, fez chegar ao Presidente Sukarno uma série de documentos falsificados e de relatos fictícios que revelavam uma conspiração norte-americana contra ele. Um dos documentos versava sobre o assassinato do Presidente e outro revelava um plano conjunto anglo-americano para a invasão da Indonésia a partir da Malásia. De pronto Sukarno reagiu com críticas antiamericanas, as quais, ampliadas por alguns jornalistas, foram retransmitidas ao povo indonésio pela Rádio Moscou. Em consequência, multidões incitadas por agitadores comunistas cercaram as instalações americanas em Jacarta e, com a propagação do histerismo coletivo, a influência de Washington praticamente deixou de existir. Intoxicados pelas vitórias obtidas contra seu principal ini-

migo, tchecos e soviéticos deixaram de ver os riscos advindos, não só do crescimento das tensões internas, quanto do aumento da influência chinesa no país. Os comunistas indonésios, encorajados pelo progressivo prestígio chinês, decidiram que o momento era favorável para a tomada do poder. Assim, em 30 de setembro de 1965, assassinaram seis generais e tentaram apoderar-se do governo. A reação dos militares indonésios foi pronta e sangrenta: dezenas de milhares de comunistas foram sumariamente eliminados e o PC indonésio, à época um dos maiores do mundo, deixou de existir. A Indonésia, que parecia fadada a integrar o Bloco Comunista, emergiu da crise como uma nação independente e submetida a um regime forte.

A Desinformação no Pós-Guerra

A palavra "desinformação" apareceu, pela primeira vez, em 1968, quando o setor da KGB encarregado dessa tarefa foi transformado num dos 5 grandes departamentos do órgão, identificado pela letra "A". A atividade desse departamento engloba toda uma variada coleção de técnicas destinadas a propagar, no Ocidente, os objetivos da política externa soviética.

O ano de 1968 marcou, também, a perda das ilusões sobre o poderio militar norte-americano; espalhou pelo mundo uma grande maré de contestação e o ataque generalizado, no Ocidente, a todo o princípio de autoridade. Tendo analisado a situação, a KGB soube tirar excelentes dividendos dessa convergência de fracassos e contestações. Como exemplo, podem ser citados os Tratados para Limitação de Armas Estratégicas que constituíram, à época, uma cortina de fumaça (desinformação) por trás da qual a URSS continuou a agir militarmente, enquanto o Ocidente insistia em preservar a "distensão", mesmo naquelas ocasiões em que os fatos colidiam, violentamente, com as intenções e sonhos de paz, conforme pode ser verificado a seguir:

- em 1975, tropas cubanas foram enviadas à África;
- em 1977, dez dias após o encontro Begin-Sadat, em Jerusalém, uma ponte aérea soviética violou o espaço de cinco países diferentes, utilizando sete rotas distintas e, iludindo tanto a vigilância israelense quanto a da IV Frota norte-americana, despejou na Etiópia, no espaço de seis semanas, algumas toneladas de material bélico num valor superior a 1 bilhão de dólares;
- em 1978, através de um golpe de estado, os marxistas assumiram o poder no Afeganistão;

— em 1979, os soviéticos implantaram três bases no lêmén do Sul, pondo suas forças a 500 km da margem leste do Estreito de Ormuz e, não satisfeitos, invadiram o Afeganistão para apoiar o regime comunista ali instalado desde o ano anterior.

A Desinformação e as Grandes Potências

Seria fastidioso, e mesmo desnecessário, que este trabalho abrangesse a forma pela qual todas as potências mundiais lançam-se às atividades de Desinformação em apoio aos seus objetivos de qualquer natureza. Assim, por razões de tempo e de espaço, apenas serão abordadas as atividades executadas pelos EUA e pela URSS, de resto bem representativas das ações, como países líderes das duas facções principais em que o mundo está dividido.

Nos EUA

A Central Intelligence Agency, mundialmente conhecida como CIA, surgiu ao fim da 2ª Grande Guerra Mundial quando, despojando-se de suas tradições isolacionistas, os EUA emergiram como principal país do mundo Ocidental. A pronta ascensão da URSS como adversário em âmbito mundial tornou inevitável o nascimento de um

órgão voltado para a produção de informações, sobre as quais os formuladores das políticas e das estratégias norte-americanas pudessem apoiar as suas decisões.

A partir daquela época, a opinião pública americana sobre as suas Organizações de Informações tem evoluído em conformidade com o consenso existente quanto à política externa. Quando este existe, aumenta o apoio popular às atividades de Informações. Foi o que aconteceu durante os anos da Guerra Fria, nas décadas de 40 e 50, ocasião em que a revelação de "operações encobertas" despertava poucas críticas. Quando o consenso diminui, face às controvérsias entre o Poder Executivo, o Congresso e a imprensa, o apoio popular sofre um rápido declínio e as operações de informações passam a ser mal vistas. Na verdade, o americano comum depende, em alto grau, dos formadores de opinião e, da mesma forma que estes, possui uma visão irreal e distorcida das atividades não só da CIA como dos demais Organismos de Informações.

Este é, em última análise, o problema da atuação de um órgão voltado para o trato de assuntos sigilosos em uma sociedade democrática. É fora de questão que a simples existência de tal fato vem entravando a ação norte-americana e, assim,

facilitando a soviética. Não obstante, seria extremamente ingênuo pensar que a CIA, atual responsável pelas "operações encobertas", e entre as quais figura a Desinformação, tenha deixado de praticá-las. Certamente as precauções serão bem maiores que antes e é possível que seu número tenha sido diminuído ao nível mínimo necessário. Quanto às formas de utilização da Desinformação elas são, como não poderiam deixar de ser, as mesmas dos soviéticos, dos franceses e dos ingleses. Apenas, por razões a serem abordadas quando da apreciação da desinformação soviética, a KGB tem maiores facilidades na sua execução.

Na URSS

No mundo moderno, nem sempre há necessidade de apelar para potentes forças militares dotadas de armamento sofisticado para desestabilizar um governo, envenenar as relações internacionais, reduzir um exército à imobilidade ou dominar um povo. Mesmo quando operações militares são necessárias para alcançar tais objetivos, elas normalmente são precedidas do emprego de uma arma tão velha quanto a imaginação dos homens, conhecida das civilizações mais antigas e hoje denominada de "desinformação".

Para os soviéticos, "desinformar" é planejar e executar ações e operações sigilosas, destinadas a influir em decisões de governos estrangeiros, bem como promover intrigas que visam não só a desmoralização das sociedades ocidentais, como o total descrédito das pessoas ou dos grupos que se opõem à URSS. Na luta travada, dia a dia, contra o "capitalismo" e o "imperialismo", os soviéticos fazem largo emprego da desinformação para facilitar, e mesmo justificar, as operações executadas com vistas aos seus objetivos marcadamente expansionistas. Assim, notícias e documentos falsos, boatos, versões deturpadas dos acontecimentos, ameaças veladas, tudo faz parte do interminável arsenal que a URSS emprega na busca de fazer valer seus pontos de vista na política internacional.

Com espantosa desfaçatez, a URSS reedita, com frequência, a mesma tese que foi usada para justificar a invasão da Tchecoslováquia em 1968: "proteger" os países socialistas contra os riscos de uma "agressão" que só poderia ser conduzida pelos "capitalistas" e "imperialistas". Em 1982, mais uma vez, era necessário "proteger" os povos europeus do perigo representado pelas armas norte-americanas. Assim, dentro da concepção soviética, seus mísseis

SS-20 não passam de armas defensivas, enquanto os da OTAN são armas ofensivas. Assim sendo, preocupados com a paz, os "democratas" devem aprovar o desenvolvimento dos primeiros e opor-se ao dos demais. Tal raciocínio procura mostrar aos países socialistas que eles são protegidos pela URSS contra a constante ameaça da agressão imperialista e, de outro lado, pretende introduzir a cunha da dúvida na opinião pública ocidental e fornecer argumentos aos partidos comunistas locais.

Alguns poucos exemplos dão a medida da importância atribuída pelos soviéticos à Desinformação:

- Em 1981, utilizando número que lhe era repassado pelo 2º Secretário da Embaixada da URSS na Dinamarca (ao mesmo tempo diplomata e agente da KGB), Harne Herloev Petersen produziu cartazes publicitários nos quais diversos artistas locais pediam a criação de uma Zona Desnuclearizada nos países nórdicos, proposição regularmente apresentada pela URSS, notadamente por intermédio da Finlândia, e que, no final, somente afetaria os dispositivos defensivos do Ocidente. Os signatários dos referidos cartazes eram artistas e intelectuais dinamarqueses, todos "progressistas" mas que não fa-

ziam parte dos quadros do PC local.

- Um documento falso foi o expediente empregado pela URSS para intervir nas eleições gregas, em 1982. Assim, uma carta datada de 23 de setembro de 1981, supostamente dirigida pelo vice-secretário de Estado dos EUA ao embaixador norte-americano em Atenas, informava que seria oferecido apoio aos conservadores gregos e dava a entender que os EUA sabiam que os militares reagiriam, por meio de um golpe, à eleição do socialista Andreas Papandreu em 1982.

- Em 22 de setembro de 1981, o jornal português *Diário de Lisboa*, pró-comunista, anunciou que os EUA estavam treinando dois mil homens no Zaire para atacar Angola. Dois dias depois, o Departamento de Estado desmentiu a notícia mas, ainda assim, mesmo sabendo que era falsa, a Agência Tass divulgou-a. Em setembro do ano seguinte, a mesma agência noticiosa soviética voltou a veicular o tema, asseverando a existência de uma reunião de representantes do Zaire, dos EUA e da África do Sul, com o objetivo de preparar uma operação contra Angola.

- Também pela utilização de falsas notícias, Moscou defendeu-se das denúncias norte-americanas de que suas tropas estavam empregando armas

químicas no Afeganistão. Assim, em fevereiro de 1982, a imprensa soviética anunciou que o Programa de Luta contra a Malaria, elaborado pelo Centro Científico de Lahore, na Índia, era financiado pelos EUA para criar uma espécie de mosquito cuja picada seria mortal. Não era verdade.

Os soviéticos definem a Desinformação como sendo a difusão de dados falsos e de caráter provocativo. Contudo, conforme praticada pela KGB, a Desinformação tem um caráter mais complexo. Assim, ela está vinculada à distribuição de documentos, cartas, manuscritos, fotografias etc., falsificados ou inventados; à difusão de boatos; à vigilância sobre estrangeiros em visita à URSS e à realização de ataques físicos realizados com a finalidade de intimidar o opositor. As operações de Desinformação diferem da propaganda convencional porque suas verdadeiras origens permanecem na sombra e, normalmente, envolvem algum tipo de ação clandestina.

O alcance da Desinformação, tal como é entendida e praticada na URSS, somente pode ser compreendido a partir das realidades que distinguem uma sociedade fechada (como a soviética) de outra aberta (como a norte-americana). Na URSS, onde a opinião pública comumente é ignorada, o conceito de Desin-

formação desenvolveu-se segundo os princípios leninistas, que não estabelecem uma nítida separação entre funções políticas e militares, guerra e paz, contexto nacional e internacional, existindo, quando muito, entre as diversas situações, uma variação de grau mas não de substância. Para os soviéticos, a Desinformação representa um esforço global, permanente e ofensivo, levado a todos os recantos do globo e intimamente vinculado aos objetivos finais da URSS.

Lenin não podia prever o atual grau de desenvolvimento dos meios de comunicação social. No entanto, há mais de meio século, ele afirmava que "o principal é a agitação e a propaganda em todas as camadas do povo". Embora não possa e não deva ser confundida com Propaganda, a Desinformação utiliza-a, assim como a Agitação, na busca dos fins que se propõe atingir.

Definida pelo Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, através do seu Departamento Internacional, e implementada pela KGB, a execução da Desinformação é confiada, em princípio, a elementos e organizações que não pertencem, ao menos oficialmente, ao Movimento Comunista Internacional e, assim, desenvolvem ações sem que estas possam ser consideradas como

inspiradas pela política soviética. Não se identificando com a propaganda oficial, a Desinformação tende a confundir a opinião pública dos países-alvo da ação, ao mesmo tempo em que busca enfraquecer a sua vontade e as suas possibilidades de resistência.

A Desinformação no Brasil

Desde há alguns anos assiste-se, no País, à tentativa de conceituar Desinformação e dar a esta um seguimento prático. Não padece dúvida ser tal preocupação necessária e louvável, mas há que implementá-la sob pena de não ultrapassarmos — de forma efetiva — a barreira da teorização.

Está fora de dúvida que o País é alvo de campanhas de Desinformação partidas de diferentes Centros de Poder, conforme será visto em seguida. Sucede que o Estado não se opõe a elas conforme seria desejável, tanto por desconhecimento, quanto por total descoordenação entre os órgãos com poder e competência para fazê-lo. Tal assertiva é verdadeira também quanto às campanhas de Desinformação desencadeadas internamente, em benefício ou não dos Centros de Poder anteriormente referidos, quer por motivações ideológicas, financeiras, grupais ou outras quaisquer.

A verdade é que, no mais das vezes, coisas simples são transformadas em difíceis, quase impraticáveis mesmo. Neste caso está, sem dúvida alguma, o relacionamento entre Informações e Propaganda, em cuja raiz muitas vezes é encontrado um equívoco doutrinário, ao se confundir Contrapropaganda com Contra-Informação.

Contrapropaganda é a Propaganda veiculada com a finalidade de dar combate à Propaganda Adversa ou mesmo de antecipar-se a ela na utilização de determinados temas.

A Propaganda realizada contra determinado centro de decisões de Organismo de Informações adverso é missão da Contra-Informação e corresponde, basicamente, à preocupação com a segurança da Atividade de Informações, dos assuntos governamentais de caráter sigiloso e dos segredos de interesse da Segurança Nacional.

A Desinformação de Comunicação Social objetiva iludir o Público-alvo, enquanto a de Contra-Informação busca "plantar" dados falsos em canais de Informações adversos.

A Desinformação de Origem Externa

Dentre os países em desenvolvimento o Brasil é, sem dúvida, mercê à sua estatura político-estratégica e crescente pre-

sença internacional, um dos alvos, tanto dos EUA quanto da URSS. Enquanto aos EUA e, por extensão, à Europa Ocidental e ao Japão, interessa ter o País como mercado para produtos e tecnologia, à URSS interessa, sobretudo, ter o Brasil como plataforma para a disseminação do marxismo-leninismo e, ainda, como ameaça de vulto ao flanco sul norte-americano, malgrado a "Perestroika".

Uma coisa, no entanto, merece consideração: há que se atentar para o fato de que as atividades da KGB apóiam diretamente a política exterior da URSS, ao passo que as da CIA e de outros países ocidentais desempenham, quase sempre, um papel apenas marginal na política externa, sendo as campanhas desenvolvidas e orientadas, no mais das vezes, por grandes investidores com interesses no País.

Assim, por exemplo, as frequentes notícias, surgidas na imprensa contra a crescente presença brasileira no mercado internacional de armamento, têm origem, de um lado, na concorrência internacional e, de outro, em centros "pacifistas" ideologicamente ligados à social-democracia alemã. Outro exemplo: a apresentação do Brasil à comunidade internacional como um país no qual as disparidades de renda são ainda

mais cruéis que a realidade e onde imperam a injustiça social e a discriminação racial, são orientadas pelo Conselho Mundial de Igrejas, verdadeira central subversivo-religiosa, com sede em Genebra e com crescente ascendência junto à auto-denominada Igreja Progressista. Poder-se-ia, ainda, dizer da campanha que o País vem sofrendo no sentido de deter ou refrear seu desenvolvimento nuclear e que pode ser deduzida das notícias que chegam do exterior, enumerando alguns dos inúmeros perigos advindos das centrais nucleares etc. Mais recentemente, assiste-se à insidiosa e pertinaz campanha movida desde o Primeiro Mundo, contando com o apoio de brasileiros, no sentido de evitar a ocupação e a exploração econômica da Amazônia, apontando-a como "pulmão do mundo", acenando com o "efeito estufa" provocado pelas queimadas e coisas do gênero, bem como afirmando a necessidade de a humanidade "conservar" (para quê e para quem, nunca é dito) a última reserva ecológica do mundo.

Obviamente, aqueles que por dever de ofício acompanham o noticiário internacional publicado na imprensa poderiam aduzir, sem grande esforço, outros exemplos ainda mais ilustrativos.

A Desinformação de Origem Interna

Aqui, verifica-se que a maior parte das atividades provém do meio político oposicionista, com motivações ideológicas ou não, partidário da tese de que "quanto pior, melhor". De qualquer forma, são tentativas logo frustradas pela incompetência e descoordenação dos seus promotores, muito embora o faccionismo de uma imprensa largamente movida por interesses outros que o de bem informar aos seus leitores.* Outras tantas campanhas, veiculadas inicialmente por meio de boatos, interessam a grupos de especuladores financeiros e só progridem na medida em que faltam ao governo os meios e os modos de bem contraditá-las, embora tenham potencial para afetar a própria Segurança Nacional.

Para concluir, há que citar o Prof. Jorge Boaventura em seu livro "Ocidente Traído":

"...no formidável embate entre duas culturas, em que a nossa, de maneira aparentemente misteriosa e, sem dúvida, desnecessária, assume apenas a posição conhecida como de 'defesa passiva', a outra, a que se inspira e alimenta no Mate-

rialismo Dialético, não comete o erro lamentavelmente estúpido de não distinguir entre as dimensões tática e estratégica das ações a serem desdobradas na luta, o que, ao menos em parte, explica a razão pela qual, embora mais deficiente em termos de Poder, avança a cada dia, detendo a iniciativa das ações e multiplicando os sucessos territoriais, ao mesmo tempo em que, através da corrupção dos costumes e da agressão aos nossos valores, vai nos roubando a própria vontade de resistir e de lutar."

CONCLUSÕES

A Ação Política tem curso nas diferentes Expressões do Poder Nacional, sendo sistematizada em uma Doutrina de Ação Política, conjunto de princípios destinados a orientá-la, não se devendo esquecer que, para ser legítima e válida, tal Doutrina deverá estar vinculada, nos seus aspectos internos e em suas projeções no Campo Externo, à situação política, econômica, psicossocial e militar do País.

Aspecto da mais transcendental importância na elabora-

(*) Recentemente, quando dos acontecimentos que resultaram na morte de três operários da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (novembro de 1988), buscou-se — e em grande parte foi conseguido tal desiderato — mostrar o Exército como Guarda Pretoriana. No mesmo local, em maio de 1989, novamente o Exército foi apontado, de forma leviana e inconsequente, como responsável pela destruição de monumento erguido em memória dos operários mortos em novembro de 1988.

ção de uma Doutrina Política é a correta avaliação do Poder Nacional, instrumento à disposição do governo para a consecução dos interesses e das aspirações nacionais, quer em termos internos quer internacionais.

O preparo e o emprego do Poder Nacional é feito através de uma Estratégia Nacional, a qual, em última análise, busca não só superar os óbices quanto conquistar e manter os Objetivos Nacionais Permanentes. Tais óbices, é bem sabido, tenham ou não sentido contestatório, disponham de maior ou de menor força, tanto podem originar-se interna quanto externamente.

Entre os variados recursos dos quais dispõe o governo para enfrentar os óbices que se lhe podem antepor, isolados ou, mais comumente, em conjunção com outros, figura a Comunicação Social, em particular a Propaganda, forma de influir psicologicamente em grupos sociais, pela persuasão, objetivando obter comportamentos predefinidos e que beneficiarão seu patrocinador, quer de forma direta quer indireta, notadamente quando em oposição à Propaganda Adversa.

A conjuntura, quer a nacional quer a internacional, ambas em constante mutação, implica a permanente e pertinaz busca daqueles conhecimentos necessários a instruir toda e qualquer

ação governamental. Tais conhecimentos, cujo produto final é a informação, exercem um papel de primordial importância em todo e qualquer assunto ligado à Política e à Estratégia, dando racionalidade à Ação Política, notadamente em seu papel de alimentação do Processo de Tomada de Decisão. Isto porque, no Campo Interno, "permitem ao governo manter-se a par da origem, natureza e intensidade dos óbices existentes à sua ação e da realidade da situação nacional em todos os campos da vida nacional" e, no Campo Externo, buscando "obter de outros países a maior soma possível de conhecimentos, de sorte a assegurar ao governo os elementos essenciais para o planejamento e formulação de sua política".

A Desinformação, segmento autônomo da Contra-Informação, quando voltada para a Comunicação Social, busca alcançar círculos governamentais, científicos, empresariais, sindicais, jornalísticos etc., envolvendo a preparação e a divulgação – por diferentes meios e modos – de conhecimentos e/ou dados de interesse do governo e, assim, sem dúvida alguma, constituir-se em inestimável instrumento de Ação Política.

BIBLIOGRAFIA

- 1 BOAVENTURA, Jorge – "Ocidente

- Trafo - a Sociedade em Crise". Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1979, 220 p.
- 2 BRISSAUD, André - "Almirante Canaris, o príncipe da espionagem alemã". Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1978, 495 p.
 - 3 DULLES, Allen - "Ofício de Espião" - Livraria Bertrand, Lisboa, 1963.
 - 4 ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES - "Coletânea L" (diversos números). Brasília. EsNI.
 - 5 ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA - "Manual Básico". Rio de Janeiro. ESG, 1988, 460 p.
 - 6 JOLIVET, Régis - "Curso de Filosofia". Rio de Janeiro. Livraria Agir Editora, 1966, 443 p.
 - 7 KENT, Sherman - "Informações Estratégicas". Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1967, 213 p.
 - 8 LEFEVER, Ernest W. - "TV and National Defense". Boston/EUA. Institute for American Strategy Press, 1974, 209 p.
 - 9 PLATT, Washington - "A produção de Informações Estratégicas". Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1974, 328 p.
 - 10 SHULTZ, Richard H. - "Dezinformatia - Active Measures in Soviet Strategy". New York/USA, Berkley Books, 1986, 241 p.
 - 11 TELES, Antonio Xavier - "Introdução ao estudo da Filosofia". São Paulo. Editora Ática, 1985, 200 p.
 - 12 TZU, Sun - "A Arte da Guerra". Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1983, 114 p.
 - 13 WHITING, Charles - "Gehlen, um gênio da Informação". Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1986, 196 p.

OSMAR JOSÉ DE BARROS RIBEIRO - Tenente-Coronel (R/1) do Exército. Possui todos os cursos regulares de sua arma: AMAN (Turma Aspirante Mega, 15 de fevereiro de 1955), ESAO (1964) e ECEME (1969). Possui ainda os cursos da EsIE (Guerra Química, 1957), EsNI (Curso "A", 1974) e ESG (1988). Além de comandante do Pelotão de Infantaria, foi Auxiliar de Instrutor (1960-61) e Instrutor-Chefe do Curso Básico (1971-72-73) da AMAN, e Chefe da 2ª seção do Estado-Maior da Brigada Para-quedista (1970). Participou da Força Interamericana de Paz (1966).



Agricultura

Arames farpados.
Arames ovalados.
Ardoalhas para curral.
Distanciadores para cerca.
Arampos galvanizados para cerca.
Arames para enfardamento de algodão.
Arames para vinhedos.

Telecomunicação e Eletrificação

Arames galvanizados para cabos de telefonia e telegrafia.
Arames galvanizados para almas de cabos de alumínio.
Ardoalhas de aço galvanizadas para para-raios.
Ardoalhas de aço galvanizadas para telas, mensageiros, antes em linha de transmissão e aplicações similares.

Construção Civil

A soldada.
Arames recozidos para arrastão.
Arames de relaxação normal e de relaxação baixa para concreto armado.
Ardoalhas de relaxação normal e de relaxação baixa, de 2, 3 e 7.
Arames para concreto armado.

Além desta, os produtos Belgo-Mineira têm utilidades que você nem imagina.

Todos eles com a qualidade Belgo-Mineira, uma empresa de produção diversificada e sólida como o aço. É por isso que ela está entre as oito maiores empresas privadas nacionais.



Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira

Indústria e Uso Geral

Arames para fabricação de parafusos auto-roscentes, parafusos para madeira, porcas, arruelas, esferas, etc. Arames galvanizados qualidade industrial.
Arames para telas de alambrado.
Arames recozidos.
Arames para pregos.
Arames galvanizados e cobreados para grameação.
Arames cobreados para solda sob atmosfera gasosa (CO₂), ao arco submerso e oxiacetilênica.
Arames para eletrodos revestidos.
Arames galvanizados para gabiões.
Arames para molas mecânicas.
Arames para molas de estofados.
Arames para raios de bicicletas e motocicletas.
Arames para enfardamento de celulose.
Arames para lâ de aço.
Arames para cabo de escova, grampo de cabelo, anzóis.
Arames para cabos.
Arames para a pesca da lagosta.
Arames para fabricação de cordões para pneus radiais de aço.



IE COM – Suas origens e a batalha eletrônica

Humberto José Correa de Oliveira

“Qui habet aures audiendi, audiat”

Qual a possível origem das IECom, como e por que surgiram?

Quando e em que circunstâncias foram elas introduzidas no Exército Brasileiro?

Qual o papel das IECom no moderno ambiente operacional da Guerra Eletrônica Ativa?

Neste artigo, o autor se propõe a dar respostas a essas perguntas, enquanto ressalta a importância da Segurança das Comunicações na guerra e o valor desse documento para preservá-la.

INTRODUÇÃO

No início de 1951, quando dávamos os primeiros passos no Curso de Artilharia da Academia Militar das Águlas Negras (AMAN), tomamos conhecimento concreto nas

aulas de Transmissões (denominação dada às Comunicações naquela época), no assunto intitulado Segurança das Transmissões (atualmente Segurança das Comunicações – Seg Com), de um documento chamado IET (Instruções para o Emprego das

Transmissões), que posteriormente passou a ser denominado IECom (Instruções para o Emprego das Comunicações), com a mudança de denominação da especialidade.

Nossos instrutores enfatizavam que as IECom deveriam sofrer mudanças freqüentes, que sua distribuição completa seria até o escalão grupo de artilharia e escalões de igual nível nas demais armas, e que a captura ou conhecimento de um exemplar ou instrução por parte do inimigo, ou de pessoa não autorizada, comprometeria o sigilo das operações. As IECom pareciam cercadas de mistério!

Se na teoria, que era salientada e cobrada pelos instrutores nas verificações, a importância do documento apresentava um elevado valor para o emprego das comunicações e operações no campo de batalha, na prática, para os cadetes, as IECom não passavam de um mero catálogo contendo números telefônicos, indicativos de chamada para os postos e redes rádio, tabelas de autenticação etc.

Algumas instruções eram freqüentemente empregadas nos exercícios, não sofriam modificações e já estavam na memória de todos nós. As tabelas de autenticação não eram adotadas, pois conhecíamos a voz e o modismo do colega nas funções de radioperador, telefonista ou operador de central telefônica.

Na prática parecíamos esquecer a teoria, pois não havia o risco de pôr em perigo a Seg Com e as operações, que eram tarefas escolares.

Ao deixarmos a nossa AMAN e iniciarmos a realidade profissional na tropa, conhecemos companheiros com experiência de guerra, que nos transmitiam informações e experiências colhidas na dura escola do campo de batalha, e participamos de situações de crise, onde as normas de Seg Com deveriam ser cumpridas integralmente. Nos momentos difíceis sentíamos que o valor e o elevado padrão da instrução ministrada aos oficiais graduados e soldados se refletiam no conjunto, e tudo ocorria de acordo com os planos. A instrução dos recursos humanos demonstrava ser o fator básico.

Com o correr dos anos de vivência nas Comunicações e com as pesquisas efetuadas no árido e complexo terreno da Guerra Eletrônica (GE), ocorreram várias perguntas: Qual a possível origem histórica das IECom, como e por que surgiram? Quando e em qual circunstância foram introduzidas no Exército Brasileiro? Qual o papel das IECom no moderno ambiente operacional de GE ativa?

Essas perguntas motivaram a presente exposição, e esperamos que suas respostas con-

tribuem para que instrutores e estudiosos dos assuntos tenham mais argumentos em suas aulas e pesquisas.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A História Militar é rica em eventos que poderão responder as perguntas que foram formuladas, e não será necessário recuar mais de cinquenta anos para atingirmos nossos objetivos.

Convidamos os leitores para fazer uma viagem ao passado, durante a 2ª Guerra Mundial (2ª GM). Escolhamos o período de guerra no Teatro de Operações do Norte da África (TONA).

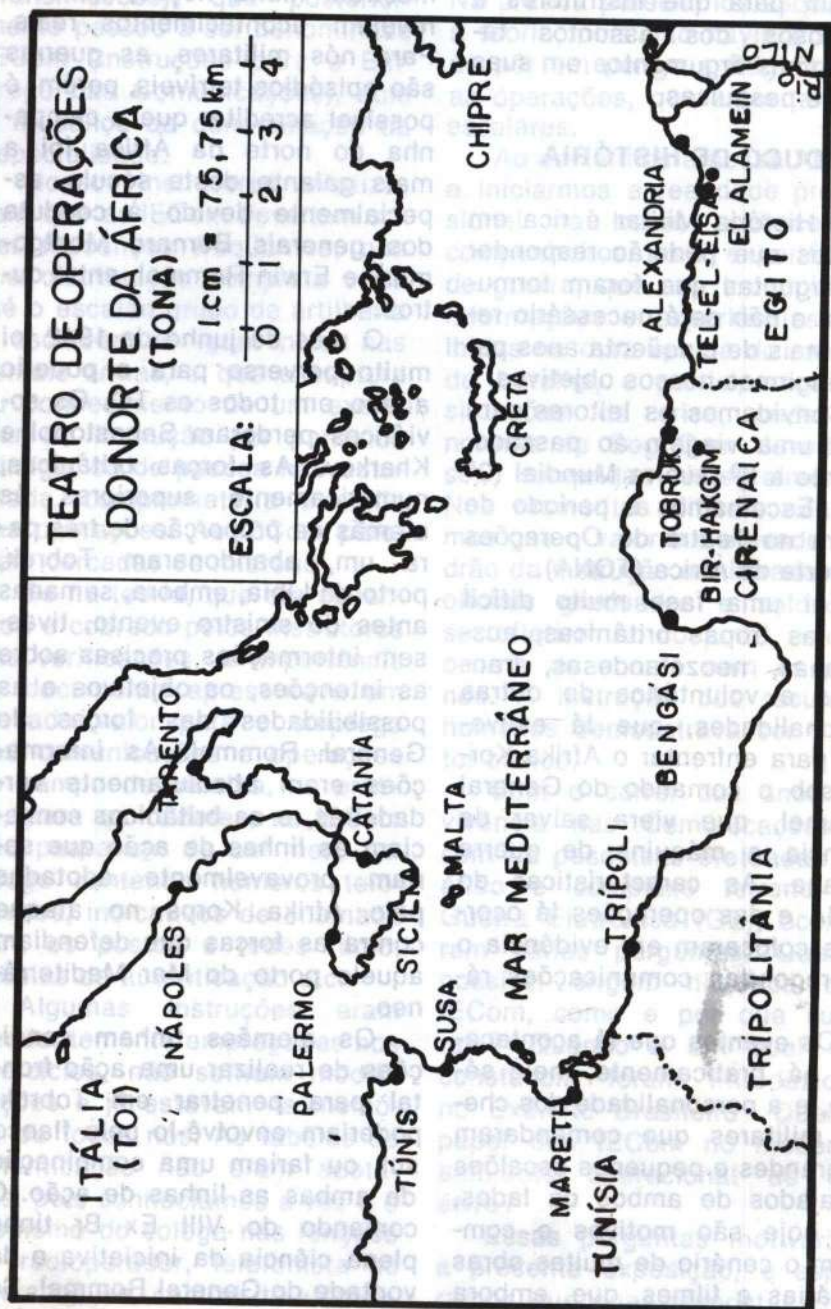
Foi uma fase muito difícil para as tropas britânicas, australianas, neozelandesas, francesas e voluntários de outras nacionalidades, que lá estiveram para enfrentar o Afrika Korps, sob o comando do General Rommel, que viera salvar da falência a máquina de guerra italiana. As características do TONA e das operações lá ocorridas colocaram em evidência o emprego das comunicações rádio.

Os eventos que lá aconteceram há, praticamente, meio século, e a personalidade dos chefes militares que comandaram os grandes e pequenos escalões engajados de ambos os lados, até hoje são motivos e compõem o cenário de muitas obras literárias e filmes, que, embora

mostrem muita ficção, também revelam acontecimentos reais. Para nós militares, as guerras são episódios terríveis, porém, é possível acreditar que a campanha do norte da África foi a mais galante deste século, especialmente devido à conduta dos generais Bernard Montgomery e Erwin Rommel, entre outros.

O mês de junho de 1942 foi muito perverso para o poderio aliado em todos os TO. Os soviéticos perderam Sebastopol e Kharkov. As forças britânicas, numericamente superiores às alemãs na proporção de três para um, abandonaram Tobruk, porto da Líbia, embora, semanas antes do sinistro evento, tivessem informações precisas sobre as intenções, os objetivos e as possibilidades das forças do General Rommel. As informações eram absolutamente verdadeiras, e os britânicos conheciam as linhas de ação que seriam provavelmente adotadas pelo Afrika Korps no ataque contra as forças que defendiam aquele porto do Mar Mediterrâneo.

Os alemães tinham condições de realizar uma ação frontal para penetrar em Tobruk, poderiam envolvê-lo pelo flanco sul, ou fariam uma combinação de ambas as linhas de ação. O comando do VIII Ex Br tinha plena ciência da iniciativa e da vontade do General Rommel. Se



os alemães tivessem sido derrotados, Tobruk marcaria o maior desastre para a máquina de guerra do general alemão, o fim do seu exército e o encerramento definitivo das pretensões ítalo-germânicas no continente africano.

As forças italianas, praticamente enquadradas pelo Afrika Korps, foram o problema mais grave para o comando alemão durante toda a campanha em solo do norte da África, porém a vitória alemã sobre Tobruk criou condições para prolongar a 2ª GM por, pelo menos, mais de um ano. Estudiosos e analistas dos fatos que ocorreram no TONA são unânimes em afirmar que o comando britânico possuía informações muito boas em nível TO, porém, publicações recentes sobre as operações lá acontecidas esclarecem que os britânicos continuamente liam um diário composto de excelentes e detalhados relatórios interceptados das comunicações rádio entre o QG do Afrika Korps e o das forças italianas na África, e entre este e o Alto Comando Italiano em Roma.

Os relatórios empregavam códigos e cifras de nível inadequado quanto à segurança, habilitando os analistas britânicos a decifrar e decodificar mensagens similares, transmitidas pelos centros de comunicações alemães para o Alto Comando Alemão, em Berlim, usando sis-

temas muito mais confiáveis.

Os britânicos também aprenderam a transformar em linguagem compreensível os códigos e cifras navais adotados pelos alemães e italianos, obtendo informações confiáveis sobre os movimentos dos comboios que transportavam os recombustíveis e suprimentos necessários para dar liberdade de ação às tropas do General Rommel. Os dados recebidos capacitaram a interceptação e destruição dos navios, criando problema muito complexo para a logística das forças do Eixo.

Por outro lado, os italianos interceptavam e obtinham informações detalhadas sobre os planos e possibilidades das forças britânicas, por meio da interpretação dos telegramas expedidos do Cairo para Washington, pelo Adido do Exército dos Estados Unidos, junto à sua embaixada naquela cidade.

Os britânicos sabiam muito mais sobre as forças do General Rommel, do que ele podia obter, por meio do sistema de informações alemão e italiano, sobre o que ocorria no TONA.

Por que os britânicos perderam Tobruk? Eis a questão!

Como já esclarecemos, o comando britânico possuía um excelente e adequado sistema de informações em nível TO, tinha conhecimento dos planos do General Rommel, porém, não sabia onde ele se encontrava

pois, por temperamento, o comandante do Afrika Korps liderava suas tropas, dando sua presença em todos os escalões de comando. Isto é, ele estava em toda parte.

Os britânicos não possuíam um adequado sistema de informações táticas em nível brigada e também negligenciaram quanto à difusão das informações obtidas pelos escalões mais elevados, para os comandantes de divisão e brigada.

Segundo o que nos relatam os estudiosos e analistas militares, o maior erro do VIII Exército Britânico (VIII Ex Br) foi não ter organizado uma forte reserva altamente móvel, empregando a 1ª e a 7ª Divisões Blindadas do 30º Corpo-de-Exército (30º C Ex), para bater o General Rommel tão logo suas forças iniciassem o ataque, demonstrando com clareza a linha de ação adotada.

O comandante alemão conhecia com precisão os planos britânicos, a superioridade numérica e material do VIII Ex Br, e também sabia a real ordem de batalha britânica, isto é, as áreas de desdobramento das unidades de combate, apoio ao combate e logísticas.

Esses dados foram obtidos graças ao eficiente trabalho de interceptação, monitoração e localização dos centros de comunicações britânicos, especialmente dos postos radios, reali-

zados pela companhia de informações das comunicações (Cia Info Com) do Afrika Korps.

As comunicações táticas britânicas das unidades e dos pequenos escalões eram feitas por meio do rádio, transmitindo mensagens com os textos em claro que forneciam, com precisão, os dados topográficos das áreas de desdobramento, a identidade, os efetivos, as necessidades e as possibilidades de reação. Todos os dados eram entregues gratuitamente ao General Rommel, que, provavelmente, teve elevada certeza quanto à inexistência de concentração das forças reservas britânicas, para opor-se às suas tropas, numericamente inferiores e sem reservas suficientes para intervir na batalha.

Ciente da situação, ele decidiu que atrairia as tropas britânicas para uma armadilha, por meio de uma penetração no dispositivo inimigo (mais tarde conhecida como a "grande chaleira de ferro") e, posteriormente, envolveria os britânicos pelo flanco sul. O comando britânico respondeu à manobra do General Rommel, empregando 200 dos seus 500 a 600 carros de combate, que foram imobilizados pela ação enérgica dos canhões antiaéreos de 88 mm, empregados como canhões anticarros, situados em posições muito bem escolhidas, enterradas e dissimuladas.

Embora os britânicos tenham realizado uma defesa muito ativa, faltou-lhes um bom sistema de informações, em nível tático, e a Seg Com apresentou muitas falhas, que contribuíram em muito para a derrota diante das forças alemãs, cujo poder relativo de combate era conhecidamente menor. Refeitos da refrega e com seus níveis de suprimentos restaurados nos depósitos capturados em Tobruk, as forças do Afrika Korps deram início à exploração do êxito, com a finalidade de expulsar as tropas britânicas do norte da África.

Analisando seus contínuos insucessos, os britânicos descobriram que o fator que contribuía decisivamente para os resultados felizes dos alemães nas situações táticas, diante da superioridade do VIII Ex Br, era o eficiente emprego da Cia Info Com do Afrika Korps, cujo efetivo da ordem de 100 homens altamente especializados tornara-se motivo de grandes preocupações. A Cia Info Com era uma unidade técnica, porém contribuiu eficazmente para a vitória alemã sobre a cidade fortificada de Tobruk, dando-lhe um importante porto para o apoio logístico e prosseguimento das operações.

Os britânicos também concluíram que o hábito de empregar os mesmos indicativos de chamada e frequências opera-

cionais nas suas comunicações rádio era o mesmo que fornecer gratuitamente para os alemães o endereço e as áreas de desdobramento de suas unidades. Em outros termos, era dar-lhes a ordem de batalha.

As providências foram imediatas, pois aprenderam rapidamente na dura escola da guerra. Pagaram um preço muito elevado e suas experiências foram aperfeiçoadas durante a 2ª GM. Foi desenvolvido, e está em uso até hoje, o documento que denominamos IECom (em algumas FT é chamado de IECE ou IE-ComElt - Instruções para o Emprego das Comunicações e Eletrônica).

As medidas adotadas exigiam uma ação direta contra a Cia Info Com, complementando as novas diretrizes e procedimentos sobre a Segurança das Comunicações (Seg Com). Era necessário negar aos alemães a maior fonte de informações táticas que procuravam. Para tal fim, decidiram planejar uma operação para destruir aquela unidade que tantos prejuízos materiais e preciosas vidas haviam lhes arrebatado.

Em 10 de julho de 1942, vários batalhões da 9ª Divisão de Infantaria Australiana foram empregados no ataque contra as instalações da Cia Info Com alemã, desdobrada na região de Tel-el-Eisa, próxima de El Alamein.

Não foi uma operação fácil. Da batalha corpo-a-corpo resultou a morte da maioria do efetivo da companhia e poucos prisioneiros foram capturados. O butim foi precioso em documentos, códigos e cifras, e materiais de elevada tecnologia.

O êxito da operação foi total e os reflexos foram ainda maiores. Os britânicos efetuaram mudanças radicais em seus procedimentos quanto ao emprego e exploração dos seus sistemas de comunicações, especialmente o sistema rádio tático. Em todos os escalões foram introduzidas medidas saneadoras e disciplinadoras, com a finalidade de evitar ao máximo o comprometimento da Seg Com. Os indicativos de chamada dos postos rádio e das redes, as frequências operacionais, as tabelas de autenticação, e o uso de códigos e cifras de comprovada confiabilidade passaram por total reformulação, e as mudanças eram feitas de modo aleatório, evitando dar ao inimigo os indícios do momento das alterações. Mesmo assim, as coisas não puderam ser transformadas da noite para o dia, pois muitos hábitos e tendências estavam profundamente plantados na tropa, nos operadores e usuários dos meios de comunicações. Foi necessário dar muita instrução, considerando o caso particular do VIII Ex Br, que congregava efetivos vindos de várias colô-

nias britânicas e voluntários de muitas nacionalidades.

As IECom não apareceram para complicar a guerra ou para burocratizar as comunicações táticas. Elas têm por finalidade principal salvar vidas humanas, além de preservar o poder de combate, negar informações ao inimigo e criar condições para o êxito das operações. As lições aprendidas no campo de batalha foram também úteis para a organização de unidades especiais, destinadas à segurança do sinal (Seg Sin), cuja finalidade, entre outras, é monitorar as comunicações rádio amigas, para evitar ou minimizar o emprego e a exploração inadequada do rádio em campanha, que propicia uma rica fonte gratuita de informações para o inimigo.

Quando estudamos as guerras e os conflitos ocorridos após o fim da 2ª GM é fácil verificarmos que as duras experiências e as lições auferidas parecem que não foram aprendidas.

Quase 30 anos após a queda de Tobruk, os israelenses sofreram severas perdas na Península do Sinai durante a Guerra do Yom Kippur (1973). Eles esqueceram, deram pouca importância ou não consideraram as forças inimigas capazes de criar-lhes problemas. Nunca devemos subestimar o adversário por fraco que ele seja.

As unidades totalmente móveis e blindadas de Israel em-

pregavam excessivamente o rádio, como se fosse um telefone no período de paz. A prática israelense facilitou a localização dos seus PC pela radiogoniometria egípcia que, seguindo a doutrina do combate radioeletrônico (CRE) preconizada e ensinada pelos assessores do Exército da União Soviética, dirigiu eficazmente sua artilharia de campanha contra aquelas instalações de comando.

Tudo indica que a Força Terrestre (FT) israelense, querendo dinamizar sua possibilidade de reação, teve necessidade de depositar toda confiança nas comunicações rádio. O uso em níveis abusivos conduziu-a a desprezar a Seg Com e provavelmente esquecer-se de empregar as IECOM como devia.

Para agravar a situação, uma das suas viaturas que transportava uma carga de folhas de papel, que tinham impresso um quadrilátero utilizado como código de campanha, normalmente empregado para facilitar a localização de pequenos escalões, caiu nas mãos dos egípcios, revelando-lhes como chegar às áreas de desdobramento e às posições israelenses. Quando azar como este acontece e é combinado com a indisciplina de exploração dos sistemas de comunicações, especialmente o rádio, gera o comprometimento da Seg Com e das IECOM em vigor.

Voltemos à 2ª GM, pois dela participamos. As vitórias do General Rommel não duraram e seus planos para eliminar o VIII Ex Br não tiveram êxito. As forças britânicas tomaram a iniciativa e progressivamente os alemães perderam terreno. Os norte-americanos iniciaram suas operações no TONA, onde encontraram pela frente um inimigo debilitado materialmente, mas muito tenaz e com uma longa experiência de combate. Pagaram caro pela inexperiência, porém aprenderam, incorporaram ensinamentos e melhoraram os conhecimentos duramente obtidos pelos britânicos.

As operações no norte da África chegaram ao fim, porém não terminaram no Mar Mediterrâneo, e em breve passariam para o solo italiano.

No TO da Itália (TOI) a presença brasileira fez-se notar com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), uma das divisões pertencente ao V Exército EUA. Tivemos que aprender muito para ficar em condições de entrar verdadeiramente em combate, pois enfrentaríamos o veterano combatente alemão, que realizava uma guerra de desgaste, trocando habilmente o terreno pelo fator tempo.

Nossas comunicações táticas receberam materiais de origem norte-americana, as unidades estavam completas e a riqueza material impressionava o

combatente brasileiro, habituado a ter poucos meios. Manuais de campanha do Exército dos Estados Unidos foram traduzidos e as unidades, escolas e centros de instrução os receberam; aprendemos rapidamente a doutrina de emprego das comunicações táticas; e assim as forças brasileiras adotaram um novo modelo para atender, com urgência, à situação de guerra.

A FEB participou de um campo de batalha desconhecido, como uma força de um exército multinacional, e enfrentou um inimigo que apenas conhecia como pertencente a países cujos cidadãos emigravam para o Brasil e contribuíam para o nosso desenvolvimento.

No meio de tantos assuntos novos estava um documento classificado quanto à segurança, que na época era denominado IET (posteriormente IECom). Empregamos este documento no TOI e nas forças que permaneceram guardando o nosso território e, até hoje, ele faz parte do conjunto de documentos de comunicações.

Acreditamos que a exposição histórica nos responde as duas primeiras questões e há de permitir ilustrações sobre o assunto para nossos instrutores.

AS IECom NA BATALHA ELETRÔNICA.

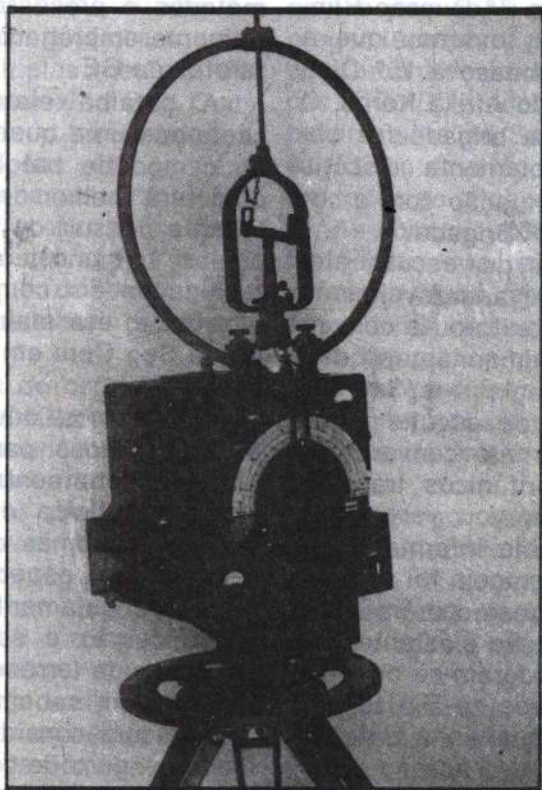
A Guerra Eletrônica (GE)

tem suas raízes históricas no início deste século. Com o vertiginoso desenvolvimento da eletrônica sob todos os aspectos, o espectro eletromagnético tem sido o campo de batalha da guerra moderna, especialmente após 1973.

Mais uma vez viajaremos pela 2ª GM, que se tornou fonte para nossas especulações sobre a vida das IECom. Como elas praticamente nasceram no TONA, faremos algumas alusões sobre eventos lá ocorridos, como base para estes comentários. As forças britânicas no norte africano fizeram tentativas para interferir nas comunicações rádio do Afrika Korps e das remanescentes forças italianas, instalando em aviões de bombardeio tipo Wellington, equipamentos para interferência rádio. Esse fato veio a público, porém não caracterizou o emprego sistemático da interferência, como hodiernamente é feito. Os resultados sobre as comunicações alemãs são por nós desconhecidos.

Quanto ao emprego da radiogoniometria, por ambos os lados, foi possível entender que os radiogoniômetros não foram aplicados especificamente como um dispositivo para busca de alvos.

A indisciplina na exploração das comunicações rádio em nível estratégico e tático foi uma fonte gratuita de informações,



Radiogoniômetro P-57N, fabricado pela AEG-Telefunken, empregado pelos alemães durante a 2ª GM.

especialmente quando os postos operavam em fonia e eram usados por altas autoridades, comandantes e oficiais de estado-maior. Podemos citar um fato concreto ocorrido durante a batalha de Bir-Hakeim, o pilar sul da frente de Gazala que cobria Tobruk, mantido pela 1ª Bda da França Livre, reforçada por um batalhão de voluntários judeus. Eram cerca de 3.000 franceses e 1.000 judeus dispostos a lutar

até às últimas consequências. Se Bir-Hakeim caísse nas mãos do General Rommel, a linha de Gazala não poderia ser mantida e ruiria a última frente de resistência que impedia o acesso ao porto de Tobruk. Se Bir-Hakeim fosse mantido, seria criada uma grave ameaça aos planos dos atacantes. Durante a sangrenta batalha disputada palmo a palmo, onde todas as armas foram usadas, o General Messervy,

comandante da 7ª Divisão Blindada Britânica, ordenou que a 4ª Brigada atacasse a 15ª Divisão Blindada do Afrika Korps. O comandante da brigada fez objeções e amplamente discutiu pelo rádio a situação com o comandante da 2ª Brigada.

O sistema de escuta alemão, que era admiravelmente organizado, monitorou a conversa entre os comandantes britânicos. Após registrá-la, um oficial do posto de escuta permitiu-se intervir na conversação dos oficiais britânicos transmitindo: "...Thank you very much for your valuable information..." Mesmo como gracejo foi uma indiscrição perigosa, porém nada alterou a situação existente. Em 11 Jun 42, renderam-se os valerosos defensores de Bir-Hakein, desmoronou-se a linha defensiva de Gazala e o acesso a Tobruk foi aberto para o Afrika Korps.

Os fatos que envolvem o comprometimento da Seg Com e os resultados das mediações de GE empregadas são muito pouco divulgados. Alguns eventos tornaram-se públicos após quarenta anos do fim da 2ª GM. Nas mais recentes guerras e conflitos, mesmo com a divulgação emocional por meio da imprensa e televisão, as verdadeiras histórias são profundamente censuradas, pois podem revelar para os analistas de GE preciosos indícios sobre equipamentos,

métodos e processos, doutrina-riamente empregados nas várias tarefas de GE.

A batalha eletrônica apresenta-nos uma quarta dimensão do campo de batalha, sobre o qual terá melhor desempenho a FT que possuir os melhores recursos humanos, as melhores facilidades em comunicações e eletrônica, e a maior mentalidade de Seg Com em todos os escalões.

Não temos dúvidas quanto às dificuldades para assegurar um completo controle sobre a segurança física e de exploração dos sistemas de comunicações táticos, especialmente durante o engajamento das forças em oposição e sob peculiares situações de terreno e clima.

Também sabemos que o rádio, embora considerado o meio menos seguro de comunicações, pode ser considerado o dispositivo preferido pelos combatentes, independente da posição hierárquica e do escalão, desde a 2ª GM. O rádio tem sido o alvo predileto dos nossos comentários, pois as nossas preocupações se avultam quando tomamos conhecimento do seu uso abusivo e da grande quantidade de exemplares previstos nos quadros de materiais das unidades operacionais.

A atualização das regras de exploração, adequando-as à GE; a transmissão das mensagens, especialmente em fonia, usando

um período inferior a 30 segundos para transmiti-las; e a aplicação de múltiplas medidas de segurança material e Seg Com diminuem as vulnerabilidades das comunicações rádio, porém não impedem a interceptação, monitoração, localização e destruição dos postos rádios e das instalações que os empregam, pelos vários sistemas de armas inimigos.

O sistema de comunicações rádio não substituiu uma boa cadeia de comando. Se os comandantes estiverem preparados para liderar suas tropas em combate, tiverem pleno conhecimento do emprego do seu escalão, receberem instruções e diretrizes claras e completas do escalão superior, cumprirem com propriedade suas ordens de operações, forem equilibrados nas condutas de combate, exigirem planejamentos completos e detalhados, e submeterem seus subordinados aos mais elevados níveis de instrução, de modo a criar condições de confiança na execução de todas as missões, as unidades estarão aptas a enfrentar o mais adverso ambiente do campo de batalha. Acreditamos que as idéias apresentadas parecem restringir consideravelmente as comunicações rádio, mas elas são absolutamente necessárias na guerra moderna.

Para minimizar o fornecimento gratuito de informações

para o inimigo, é imperioso empregar técnicas e tecnologias de contra-contra-medidas eletrônicas (CCME) e adotar, com rigor, os preceitos de Seg Com, onde as IECom deverão ser aplicadas em todas as situações.

As comunicações-táticas são freqüentemente vulneráveis às ações inimigas, até o momento em que os comandantes e oficiais de estado-maior se conscientizem do pleno emprego dos meios de comunicações e das medidas de proteção e segurança.

Ao longo desta exposição temos focado com especial interesse o emprego do rádio, meio de comunicação que parece enfeitiçar o combatente moderno.

Por exemplo, um Batalhão de Infantaria poderá sobreviver e combater em determinado ambiente, se o padrão de instrução que recebeu em tempo de paz considerou o valor da Seg Com e as possibilidades inimigas e amigas em GE. Se, em combate, o batalhão tiver um posto diretor de rede (PDR) neutralizado pela ação da interferência intencional inimiga, ou se for destruído pelos fogos de um sistema de armas, será criada uma situação muito difícil para a unidade.

Acreditamos que o oficial de comunicações dará uma solução, apoiado nas normas gerais de ação de comunicações

(NGACom) ou, na falta deste documento, apresentará, como proposta, linhas-de-ação para a decisão do comandante.

Não é raro um comandante de unidade, que tenha poucos conhecimentos ou confiança no emprego das comunicações táticas do seu escalão, usar suas prerrogativas para dirigir pessoalmente suas redes de rádio, ocupando o lugar do radioperador do PDR ou de qualquer outro posto rádio, apagando a autoridade funcional do seu Oficial de Comunicações.

Os comandantes que assim procedem descem da sua posição e momentaneamente se transformam em radioperadores, aumentando as probabilidades de interceptação, monitoração, localização, interferência intencional, dissimulação eletrônica e destruição por parte do inimigo. Frequentemente a disciplina da rede rádio entra em falência, quando não são observadas as regras básicas de exploração e o emprego das IECOM é inexistente ou precário.

Em função do número de postos em operação no âmbito de uma rede e das redes em atividade, a saturação do espectro das frequências rádio é um fator preocupante, que cresce de importância se não houver uma rigorosa disciplina de exploração. Sabemos que a grande quantidade de conjuntos-rádio em VHF/FM previstos e

existentes nos quadros de dotação das unidades operacionais tem concorrido para o uso abusivo, pois são, em sua maioria, portáteis, fáceis de operar pelos usuários (que frequentemente excluem os radioperadores designados), e suas características gerais são um convite para transformá-lo em verdadeiros telefones.

Acreditamos que as nossas especulações estejam certas, pois muitos comandantes têm o hábito errado de empregar as comunicações rádio para dirigir pessoalmente todas as fases do combate. É incrível, mas ocorre! Além dos aspectos negativos já expostos, eles fornecem gratuitamente ao inimigo informações preciosas e demonstram pouca confiança nos seus oficiais de estado-maior e nos comandantes subordinados. Se os comandantes tiverem esmero no planejamento, se as ordens forem claras, precisas e completas, se as NGA forem coerentes com o emprego doutrinário das unidades, e se a instrução da tropa for cumprida integralmente e verificada, o emprego das comunicações táticas (especialmente o rádio) apresentará elevado índice de eficiência.

As unidades blindadas e de infantaria mecanizada (quando embarcadas) empregam com frequência o rádio para descrever as operações, compensando a perda de visão ao seu redor.

Com detalhadas descrições, informando particularidades do terreno e do combate, os comandantes das subunidades, dos pelotões, os chefes de carros de combate (CC) ou de Viaturas Blindadas de Transportes de Pessoal (VBTP) cooperam com o inimigo, dando, gratuitamente, os dados que ele precisa para reagir.

A falta de conhecimentos sobre a utilização das comunicações táticas, a inobediência aos preceitos de Seg Com, o desleixo às IECom e o emprego inadequado das CCME criam ótimas condições para o caos das comunicações.

Se não aplicamos as instruções existentes nas IECom, como, por exemplo, a tabela de autenticação, um radioperador inimigo falando nosso idioma, usando nossos modismos, por vezes muito melhor do que muitos dos nossos, poderá facilmente assumir o papel de um comandante de brigada ou de escalões menores. Que infortúnio cairá sobre esses escalões se isso acontecer!

Temos observado ao longo da nossa vida profissional, em época de paz e crise, muita indisciplina contra as normas de Seg Com. Embora seja muito raro um radioperador transmitir, assumindo o papel do comandante de determinado escalão, a identidade de um oficial ou graduado, procurando imitar-

lhes a voz, é comum ouvirmos, nas redes rádio em VHF/FM, mensagens longas contendo o nome do comandante (de oficiais e graduados envolvidos na atividade); a identidade do escalão; as características topográficas da região; efetivos; suprimentos etc. Vamos ler esta mensagem, por exemplo: "... O coronel João determinou que a 1ª Cia mude a posição defensiva, do atual local para 200 metros ao norte do bosque de eucaliptos, onde há duas casas amarelas e uma torre destruída..." Parece um absurdo, mas pensando um pouco recordaremos algumas mensagens ouvidas no mesmo estilo.

Acreditamos que muitos aspectos foram lembrados ao longo desta exposição, porém cremos que é possível sobreviver em ambiente de GE, aplicando as nossas IECom, quando não temos possibilidades para ter conjuntos-rádio com as modernas tecnologias de CCME.

PALAVRAS FINAIS

AS IECom brevemente completarão cinquenta anos de emprego, tenham elas a denominação que a FT queira dar-lhes hoje ou amanhã, porém ao longo destes anos demonstraram o elevado valor para a Seg Com.

Podemos afirmar que a boa prática nestes anos salvou muitas vidas, fez muitas unidades

sobreviverem e muitas operações tiveram pleno êxito. Empregar as IECOM em qualquer tipo de guerra, em ambiente de GE ou não, não é burocratizar ou tornar complexa a exploração das comunicações. As mudanças freqüentes no texto, onde a criatividade é uma boa qualidade para quem redige as diversas instruções é muito útil para elevar o grau da Seg Com.

Há muitos anos elas são nossa primeira linha de defesa contra a busca de informações que o inimigo pretende obter, por meio da análise das comunicações amigas.

É uma sábia decisão dos comandantes evitar a perda de coordenação e controle dos seus sistemas de comunicações, em especial do sistema rádio. Qualquer sistema de comunicação tem que ser explorado com o máximo de segurança e disciplina, de outro modo não haverá ligações e comunicações, e o inimigo terá nas mãos uma gratuita fonte de informações.

Unidades sem comunicações podem ser classificadas como uma reunião de homens e materiais candidatos à morte e à destruição.

Há quem afirme que os novos conjuntos-rádio em VHF/FM, projetados para operar em ambiente de GE, utilizando as tecnologias do salto de freqüência, eximem as redes rádios das preocupações com a Seg Com.

Acreditamos que não é bem assim. A idéia parte dos fabricantes, que apresentam seus produtos no mercado internacional como soluções infalíveis. Os conjuntos-rádio, utilizando o salto de freqüência, foram empregados nas operações terrestres na Guerra das Falklands (Malvinas) e pelo Exército de Israel nas suas refregas com seus vizinhos árabes. Não temos informações precisas quanto ao desempenho dos tipos existentes em conflitos ou guerras de longa duração, onde os partidos em luta tenham equilíbrio quanto ao poder de combate e quanto ao nível tecnológico.

Podemos concluir que as IECOM são necessárias na batalha eletrônica, pois, durante sua longa história, sempre contribuíram para salvar vidas, dar o mais alto grau à Seg Com, e concorreram para o êxito das operações.

Aqui vale transcrever parte da letra de uma canção, da autoria de Sir Harry Lauder, cantada durante a 2ª GM: "If we all look back on the history of the past, we can just tell where we are." Isto é: "Se todos olharmos para a história do passado, poderemos dizer exatamente onde nos encontramos."

Não basta apenas olhar. Nas parábolas de Cristo, na Bíblia Sagrada, há uma frase que também podemos recomendar à

meditação: "Quem tem ouvidos para ouvir, ouça."

Vamos olhar e ouvir as experiências daqueles que completaram seus conhecimentos mi-

litares na dura escola da guerra e coloquemos as IECom na verdadeira posição que merecem. Vamos empregá-las desde já em todas as situações.



O CEL COM REF HUMBERTO JOSÉ CORRÊA DE OLIVEIRA – Tem publicado, em revistas militares brasileiras e no exterior, muitos trabalhos sobre Comunicações e Guerra Eletrônica (GE). Possui todos os cursos militares e o da ESG, além do Curso de Navegação Especial (Escola Naval), de Comunicações por Satélites (USASCS) e da ESG da França. Foi Instrutor da EsSa, do Curso de Comunicações da AMAN e Instrutor-Chefe de Em-

prego Tático das Comunicações e Subcomandante da EsCom de 1969 a 1972. Comandou o 4º BComEx, foi Chefe do Gabinete da extinta DCom e da DMCE e serviu no EME, onde exerceu as funções de Chefe do NICIGE (Núcleo de Instalação do Centro de Instrução de GE), e Executivo da CCCAGE (Comissão de Coordenação e Controle das Atividades de GE). Reformado por motivos de saúde em setembro de 1986, dedica-se à pesquisa e à produção de trabalhos sobre GE e Comunicações.



ANÁLISE DE SISTEMAS DE ARMAS NO CONTEXTO DA ENGENHARIA DE SISTEMAS

Paulo Sérgio de Carvalho Alvarenga

Trabalho extraído da tese de mestrado apresentada pelo autor no Instituto Militar de Engenharia.

INTRODUÇÃO

A análise de sistemas de armas está contida no campo da análise de sistemas, que por sua vez faz parte da Engenharia de Sistemas. Por essa razão, percorreremos neste artigo o caminho do geral para o particular, a partir do conceito de sistema, no intuito de buscar a compreensão do contexto que envolve a análise de sistemas de armas.

SISTEMA

Sistema é um conjunto de componentes inter-relacionados operando como um todo, com o fim de atingir um ou mais objetivos definidos.

Segundo Blanchard e Fabrycky,³ os sistemas são compostos por componentes, atributos e relações.

"Componentes são as partes operantes de um sistema, consistindo em entrada, processo e

saída. Cada componente do sistema pode assumir uma variedade de valores para descrever os estados do sistema, comandados por uma ação de controle e uma ou mais restrições."

"Atributos são as propriedades ou manifestações discerníveis dos componentes e caracterizam os parâmetros do mesmo."

"Relações são as ligações entre os componentes e os atributos."

O conjunto de componentes de um sistema possui as seguintes propriedades:³

- "as propriedades e o comportamento de cada componente do conjunto produzem efeito nas propriedades e no comportamento do conjunto como um todo;

- "as propriedades e o comportamento de cada componente do conjunto dependem das propriedades e do comportamento de, pelo menos, um outro componente do conjunto;

- "cada subconjunto possível de componentes apresenta as duas propriedades acima, e os componentes não podem ser subdivididos em subconjuntos independentes."

As propriedades acima asseguram que o conjunto de componentes de um sistema possui algum comportamento ou característica que não pode ser

exibido por nenhum de seus subconjuntos. Além disso, um sistema é mais que a soma de suas partes componentes, fenômeno esse denominado Sinergia.

Os componentes de um sistema podem, por sua vez, ser sistemas de nível hierárquico inferior, enquanto que todo sistema pode ser parte de um sistema maior, em nível hierárquico superior.³

Na análise de sistemas em geral e, particularmente, nas avaliações de eficácia, confiabilidade, manutenibilidade e disponibilidade, é usual hierarquizar o sistema e suas subdivisões nos seguintes níveis funcionais:^{4,5} Sistema; Subsistema; Equipamento; Grupo; Unidade; Conjunto; Subconjunto; Estágio e Parte.

ENGENHARIA DE SISTEMAS

Engenharia de Sistemas é o processo empregado na evolução dos sistemas ao longo de seu ciclo de vida, envolvendo a "aplicação de esforços científicos, de engenharia e de administração"⁴ em uma "série de etapas realizadas de forma lógica e direcionada para a obtenção de um sistema eficaz e eficiente".³

Na engenharia de sistemas, a aplicação dos esforços científicos, de engenharia e de admi-

nistração acima citados é necessária para:

- transformar uma necessidade operacional em descrição de parâmetros de desempenho do sistema e em sua configuração preferida, por meio de um processo interativo de análise funcional, síntese, otimização, definição, projeto, teste e avaliação;

- integrar parâmetros técnicos inter-relacionados e assegurar a compatibilidade de todas as interfaces físicas e funcionais, de maneira a otimizar a definição e o projeto do sistema como um todo;

- integrar os fatores de desempenho, produtividade, confiabilidade, manutenibilidade, eficácia, apoio logístico e outros, no esforço total de engenharia.³

Embora a engenharia de sistemas, por si mesma, não seja considerada uma especialidade distinta, dentre as várias da engenharia, sua necessidade surgiu porque os engenheiros das áreas convencionais (mecânica, elétrica, eletrônica, química, aeronáutica, controle, informática etc.) não têm experiência, na profundidade necessária, para assegurar que todos os elementos do sistema sejam considerados de uma maneira adequada e no devido tempo.

Blanchard e Fabrycky afirmam que a engenharia de sistemas deve levar em conta uma

combinação adequada dos seguintes fatores:

- desempenho e parâmetros físicos dos sistemas, tais como capacidade, alcance, consumo de energia, precisão, velocidade, volume, peso, forma, e assim por diante.

- fatores operacionais e logísticos do sistema, como eficácia, disponibilidade, prestação operacional, confiabilidade, manutenibilidade, apoio logístico, transportabilidade etc;

- fatores econômicos do sistema, por exemplo, custo inicial, de operação, de apoio e de manutenção, custo do ciclo de vida e outros.

Um bom projeto de sistema é fruto de um balanço otimizado do *desempenho*, *apoio* e *fatores econômicos*, alcançados por meio de intercompensações e análises realizadas nos estágios iniciais do desenvolvimento do sistema. Uma pequena atenção dada a esses fatores nas fases iniciais do ciclo de vida pode evitar graves problemas futuros, enquanto que seu desprezo ou esquecimento pode conduzir a gastos excessivos e desnecessários.

ANÁLISE DE SISTEMAS

Análise de Sistemas é um "estudo ordenado de um sistema organizacional ou operacional que emprega as técnicas da análise administrativa, pesquisa

operacional, engenharia industrial ou outros métodos, para avaliar a eficácia com que as missões serão desempenhadas e recomendar aperfeiçoamento".²

Os elementos constitutivos² de uma análise de sistemas são similares aos de um estudo de assessoria para decisão em alto nível na hierarquia de uma organização, quais sejam: Objetivo; Alternativas; Custos; Critérios (ou medidas) de eficácia; Modelos; Resultados e Recomendações.

É recomendável que se dê importância, na análise de sistema, às duas considerações seguintes:

- A função da análise de sistemas é suprir de informações adequadas os responsáveis pela decisão. Essas informações os auxiliarão na seleção das alternativas que melhor atenderem aos objetivos desejados".⁵ O propósito da análise de sistemas é, portanto, o de assistir aos responsáveis pela tomada de decisão, em qualquer fase do ciclo de vida do sistema, proporcionando uma estrutura lógica, objetiva e sistemática, definindo e avaliando todos os fatores que influenciarem cada linha-de-ação.

A aceitação da premissa de que o sistema em análise é, na verdade, um subsistema de outro que o contém, pode facilitar

o estudo daquele primeiro sistema.⁵

Os estudos de análise de sistemas devem envolver, portanto, investigações sobre a viabilidade técnica do sistema, seu projeto, as abordagens alternativas possíveis, o estabelecimento de critérios para a eficácia, a obtenção de dados e informações, a aplicação e metodologia nos estudos de intercompensação (*trade off*), a obtenção de parâmetros e, se possível, a apresentação de uma solução única, preferencialmente em bases econômicas.

A análise de sistemas pode, também, ser dirigida à busca de melhorias no desenvolvimento, seleção, modificação ou uso dos sistemas existentes.

Em suma, "o processo de análise de sistemas determina e quantifica comparativamente desempenhos, eficácia e considerações de custo para cada alternativa, empregando métodos científicos de investigação exaustiva".²

ANÁLISE DE SISTEMAS DE ARMAS

"Desde a Segunda Guerra Mundial as maiores potências do planeta têm desenvolvido, em curtos períodos, gerações de sistemas de armas cada vez mais complexos. Cada nova geração depende de tecnologias mais sofisticadas que a prece-

dente e cada uma envolve maior emprego de tempo e de recursos que a anterior."² Como consequência, tomada a decisão de se desenvolver um sistema de armas, é muito oneroso voltar atrás depois de decorridos três a cinco anos. Se a decisão de escolha foi errada, passados oito a dez anos o preço tático, estratégico ou financeiro a ser pago é substancialmente elevado.

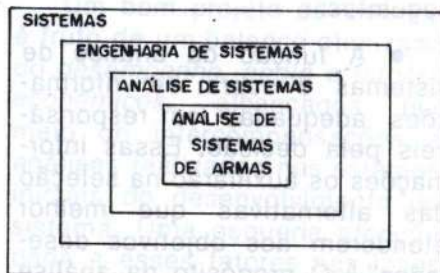
A análise de sistemas de armas busca proporcionar assistência aos responsáveis pela decisão de escolha, no julgamento militar das alternativas propostas, identificando aqueles sistemas de armas que mais poderiam contribuir para a eficácia militar, por unidade de custo total. Ela é voltada normalmente para um dos seguintes objetivos:²

- determinação dos objetivos de um programa de desenvolvimento de sistemas de armas;
- estabelecimento dos requisitos operacionais a serem satisfeitos pelo sistema de armas;
- avaliação de alternativas de sistemas de armas, englobando características de desempenho, eficácia e custo de sistemas candidatos à escolha ou de sistemas já em uso;
- identificação de influências críticas, como resultados de análises de sensibilidade e intercompensação.

Qualquer análise eficaz de um sistema de armas exige uma combinação de *teoria, métodos, e dados suficientes*. No que diz respeito à eficácia, confiabilidade, disponibilidade e manutenibilidade, é ponto pacífico hoje que nenhuma análise séria de sistemas de armas pode prescindir de seus estudos.

CONCLUSÃO

A figura abaixo apresenta esquematicamente o espaço ocupado pela análise de sistemas de armas no contexto da engenharia de sistemas.



A maior vantagem obtida com o emprego da análise de sistemas de armas é que ela proporciona uma base racional para a tomada de decisão, sem contudo se constituir em panacéia para todos os problemas militares. "Muitos deles se encontram além das formulações matemáticas e, nesses, a experiência e o julgamento humano permanecem fundamentais."²

CONCEITUAÇÕES

Análise de sistemas – Estudo ordenado de um sistema organizacional ou operacional que emprega as técnicas da análise administrativa, pesquisa operacional, engenharia industrial ou outros métodos, para avaliar a eficácia com que as missões serão desempenhadas e recomendar aperfeiçoamento.²

Ciclo de vida – Período de tempo em que um sistema passa pelas fases de Formulação Conceitual, Pesquisa e Desenvolvimento, Produção ou Aquisição, Utilização e Alienação.^{4,6,7}

Componente – Item, mesmo que complexo, cuja confiabilidade pode ser avaliada diretamente de dados estatísticos experimentais.⁸

Confiabilidade – Probabilidade de um item ou sistema desempenhar satisfatoriamente a função para a qual foi destinado, durante um intervalo de tempo determinado, sob condições especificadas.^{3,4,9}

Disponibilidade – Medida do grau com que um item se encontra em um estado operável ou passível de operação no início de uma missão, quando a solicitação da missão é aleatória no tempo.⁹

Eficácia do sistema – Probabilidade de o sistema poder atender, com sucesso, uma demanda operacional, dentro de um dado período, quando operado sob condições especificadas.^{4,10}

Eficácia do sistema – (Para sistemas do tipo um só disparo). Probabilidade de o sistema operar com sucesso quando solicitado a fazê-lo, sob condições especificadas.^{4,10}

Engenharia de sistemas – Processo empregado na evolução dos sistemas ao longo de seu ciclo de vida, envolvendo a “aplicação de esforços científicos, de engenharia e de administração”, em uma “série de etapas realizadas de forma lógica e direcionadas para obtenção de um sistema eficaz e eficiente.”³

Item – Termo não específico usado para referir-se a qualquer produto, incluindo sistemas, materiais, partes subconjuntos, conjuntos, acessórios etc.^{4,9}

Manutenibilidade – Probabilidade de um item ou sistema ser mantido operando satisfatoriamente ou restaurado às condições especificadas, dentro de certo período de tempo, desde que as ações de manutenção sejam realizadas de

acordo com procedimentos e recursos previstos.^{2,4}

Sistema – Conjunto de componentes inter-relacionados operando como um todo, com o fim de atingir um ou mais objetivos específicos.²

Sistema de armas – Um conjunto complexo de equipamentos e homens, organizado de modo a formar um todo coerente, destinado a realizar uma missão militar "(Schenderl, Antonio Jorge da Cruz, citado na referência bibliográfica nº 11).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALVARENGA, Paulo Sérgio de Carvalho, Modelo de Eficácia para Mísseis: uma Aplicação ao Míssil Tático Solo-Ar Portátil. Instituto Militar de Engenharia, Tese de Mestrado, Rio, RJ, 1987, pp xxi-134.
2. DARCOM-P 706-101, Army Weapon Systems Analysis, Part One-Engineering Design Handbook, Headquarters US Army Materiel Development and Readiness Command, Alexandria, VA, October 1979.
3. BLANCHARD, Benjamin S. e FABRYCY, Walter J., Systems Engineering and Analysis, Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, New Jersey, USA, 1981, pp xii-703.
4. LUZ, Vicente, Análise Integrada de Confiabilidade e Manutenibilidade em Sistemas Complexos: uma Aplicação a Sistemas de Armas, Instituto Militar de Engenharia, tese de Mestrado, Rio, 1987, pp xviii-234.
5. MIL-HDBK-472, Maintainability Prediction, Military Standardization Handbook, Department of Defense, Washington, DC, 1966.
6. IG-20-12, Instruções Gerais para o Modelo Administrativo do Ciclo de Vida dos Materiais de Emprego Militar, Ministério do Exército, Estado-Maior do Exército, Brasília, DF, EGCF, 1986, pp 38.
7. TRAPP, Richard D.; GRABER, Roberto R.; FARMER, William D. e LUHKS, Ronald A., An Approach for Assessing Missile System Dormant Reliability, The BDM Corporation, Albuquerque, New México, USA, 1981, pp 145.
8. AMOIA, Visto; CARRADA, Ernani e SOMMA, Roberto; "Markov Process in Reliability", Rivista Técnica Selenia, Rome, Italy, Vol 4, nº 3, 1977, pp-1-8.
9. MIL-STD-721 C, Definitions of Terms for Reliability and Maintainability, Military Standard, Washington, DC, Department Of Defense, June 1981, pp iv-13.
10. WELKER, Everet L., "Systems Effectiveness", Reliability Handbook, organizado por IRESON, W. Grant, MacGraw-Hill Book Company, New York, 1966, pp 1-1 a 1-22.
11. AMARANTE, José Carlos Albano do, "Sistemas de Armas: uma Metodologia de Sistemas de Mísseis", A Defesa Nacional, Ministério do Exército, Mai/Jun 1984, Rio, pp 101-123.



Maj. QEM Paulo Sérgio de Carvalho Alvarenga – Possui os cursos de Material Bélico da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN-71), graduação em Engenharia Elétrica do Instituto Militar de Engenharia (IME-80) e pós-graduação em Engenharia Elétrica/Controle (IME-87). Possui, ainda, os cursos Básico, Mestre de Saltos e Estágios Básico e Avançado de Salto Livre da Brigada Para-Quedista. Atualmente é professor da Seção de Engenharia Elétrica do IME.



O NOVO ESTADO DO TOCANTINS

Gláucio Francisco Simões Costa

O autor faz, neste artigo, um estudo sobre a criação do novo estado de Tocantins.

Assunto de interesse particular dos candidatos a matrícula na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

INTRODUÇÃO

Desde as capitanias hereditárias, nunca se deixou de pensar no problema da divisão territorial do Brasil. A desordenada ocupação do nosso espaço físico, pelo esquecimento de certas coordenadas geopolíticas e econômicas, que comandaram a divisão do espaço territorial em dezenas de países, principalmente nos de maior extensão geográfica, e a irregular distribuição dos efetivos demográficos têm trazido, para o Brasil, grandes dificuldades no seu desenvolvimento.

Na década de 40 começaram a ter maior intensidade as pro-

postas de nova divisão territorial, para, na de 60, exacerbarem-se os espíritos autonomistas em várias regiões pioneiras, baseadas, principalmente, em fundamentos fisiográficos e na reestruturação geoeconômica.

O antigo estado de Goiás estava situado no Centro-Oeste, sendo o estado brasileiro mais central.

Limitava-se, ao norte, com o Maranhão e o Piauí; a leste, com o Piauí, Bahia e Minas Gerais; ao sul, com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul; a oeste, com o Pará e Mato Grosso. Possuía um enclave: o Distrito Federal.

Com 642.092 Km² e uma

forma alongada, possuía uma população aproximada de 5,1 milhões de habitantes e 244 municípios. Sua região Norte era a menos povoada e de menor poder econômico. Sua economia baseava-se na agropecuária e na mineração (em desenvolvimento). A concentração da propriedade agrária era grande, provocando inúmeros conflitos pela posse da terra, principalmente ao Norte, na região conhecida como Bico do Papagaio, uma das áreas mais violentas do Brasil.

A Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no seu artigo 18, criou o estado do Tocantins.

O novo estado situa-se ao norte do Paralelo 13, conservando os limites dos municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, mantendo, a leste, norte e oeste, as divisas antigas de Goiás com os estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

RAZÕES QUE LEVARAM À DIVISÃO

Razões Históricas

A história da ocupação do território evidencia que as porções norte e sul do antigo esta-

do sempre apresentaram diferenças marcantes, desde os primórdios da colonização. O sul foi ocupado e conquistado por mineiros e paulistas e o norte, por nordestinos vindos de Belém.

Desde 1821, com a criação do governo autônomo da Província do Tocantins, que o povo do norte de Goiás lutou pelo desdobramento e pela melhor organização do espaço físico de Goiás, por uma divisão geopolítica mais racional, que ganharam maior extensão a partir de 1823.

De lá até a Assembléia Nacional Constituinte de 1988, inúmeros brasileiros apresentaram propostas e sugestões para a divisão territorial de Goiás. Já em 1879, fora apresentado no senado um projeto de criação do estado do Tocantins.

Por falta de apoio governamental de Goiás, no passado, o estado perdeu, para o Pará, os municípios de Conceição do Araguaia, São Geraldo e Marabá e, para o Maranhão, Carolina, Porto Franco e Imperatriz.

Em 1956, no dia 20 de maio, foi realizada uma proclamação-manifesto, em favor da criação do novo estado. Quando da criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, fora também proposta sua criação. Em 1985, o Congresso Nacional aprovou-a por duas vezes, sen-

do ambas as tentativas vetadas pela Presidência da República.

Grande Amplidão Territorial do Antigo Estado de Goiás

Sua forma alongada dificultava a integração. Goiás se estendia por inúmeras latitudes, no sentido norte-sul. Goiânia, a capital de Goiás, situava-se a 1700 km do extremo norte do antigo estado.

Essa vasta extensão de terra, que apresentava diferenciações variadas quanto aos aspectos sócio-político-econômicos, tornava extremamente problemática para a administração estadual o atendimento, de modo eficaz e oportuno, das necessidades de desenvolvimento econômico e dos justos anseios de promoção social da população do norte.

A existência de grandes vazios demográficos econômicos do Norte

Enquanto no sul concentravam-se mais de 180 municípios e os mais populosos, dotados de atividades econômicas mais sólidas, localizavam-se, na parte norte, grandes extensões praticamente desabitadas e de reduzida expressão econômica. As imensas extensões do norte não tinham tido ainda o aproveitamento de suas incontáveis riquezas.

A criação do novo estado propiciará a inversão das correntes migratórias do Nordeste para o Sul, por falta de alternativas, permitindo uma melhor e mais racional ocupação espacial. Com a divisão, o norte receberá verbas específicas, sem prejuízo do desenvolvimento da parte sul.

As Diferenças Fisiográficas Regionais

A parte setentrional, situada no vale dos rios Araguaia e Tocantins, apresenta características fisiográficas semelhantes às da região Norte, e faz parte da Amazônia Legal. Seu meio físico dificulta a ocupação vinda da região meridional.

A parte sul apresenta características fisiográficas semelhantes às do Centro-Oeste brasileiro, estando situada no Planalto Central. Seu meio físico facilita a ocupação intensamente.

As diferenças climáticas entre o norte e o sul se refletem nas atividades das populações. São regiões geoeconomicamente distintas.

A Diferenciação da Produção Econômica

Ao norte, a economia é baseada, principalmente, nas atividades agropecuárias, extrativovo-vegetal e mineral. A região

produzia apenas 6,47% do produto interno bruto de Goiás. Seus índices de desenvolvimento eram bem mais baixos do que no sul, devido à aplicação dos recursos financeiros nas regiões próximas da capital. Recentemente, houve sensível incremento da sua produção agrícola na área norte. Hoje ela produz tanto arroz como São Paulo e mais do que o Maranhão e Mato Grosso do Sul (mais de 2 milhões de toneladas de grãos).

O sul, por estar mais desenvolvido, possuía maior integração econômica com o Sul e o Sudeste do Brasil. A agropecuária era mais desenvolvida e nele se inicia o processo de industrialização, onde se destaca o Pólo Industrial de Anápolis.

As Possibilidades de Melhor Atendimento Regional com os Recursos Federais.

A parte boreal, por fazer parte da Amazônia Legal, era subordinada à SUDAN (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. A parte sul fazia parte da SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste). O Governo Federal poderá destinar recursos específicos para cada uma das áreas, proporcionando um desenvolvimento adequado, segundo suas próprias vocações.

Poderá haver mais justa dis-

tribuição da renda tributária e uma melhor assistência à população, mais rarefeita na região norte.

Alguns municípios da região setentrional estavam afastados mais de 1.000 Km de Goiânia, por isso foram abandonados administrativamente.

Haverá, assim, melhores condições de governo para o sul e o norte.

O novo estado de Goiás poderá melhor aplicar seus recursos e o novo estado de Tocantins poderá atrair milhares de pessoas, como ocorreu quando da divisão do antigo estado de Mato Grosso.

A Infra-estrutura dissociada

A infra-estrutura do antigo estado de Goiás se desenvolveu sempre considerando a existência de duas regiões: a Amazônia Legal e o Centro-Oeste. A Amazônia Legal mais ligada a Belém e São Luiz. O Centro-Oeste, mais ligado às regiões do próprio centro-oeste e do sudeste.

Na região norte, existe o desemprego, o subemprego em larga escala, a fome, o analfabetismo, a evasão de rendas e recursos, devidos à própria falta de infra-estrutura econômica e administrativa. As terras agrícolas e de pecuária estão nas mãos de poucos latifúndios, gerando grandes problemas fundiários principalmente na região

do Bico do Papagaio, ao norte. A baixa densidade populacional dificulta a montagem de uma infra-estrutura social e econômica. Possui, entretanto, um grande potencial hídrico, representado pela bacia Araguaia-Tocantins, que permitirá sua utilização para a navegação, irrigação e hidrelétricas, enquanto a ferrovia Norte-Sul lhe facilitará o escoamento da produção.

A Aspiração Regional

A secessão representava uma intensa e antiga aspiração da maioria da população setentrional e contou com a aprovação de mais de 80% da população de todo Goiás. No norte, havia praticamente unanimidade em torno do tema e, na parte meridional, conquanto se conheçam vozes discordantes, a maioria das manifestações públicas foram em favor da separação.

A secessão ampliará o nível de crescimento atual de ambos estados, criando novos empregos. Goiás terá um desenvolvimento mais harmonioso, pois havia diferenças culturais e econômicas nas duas regiões, que dificultavam a unidade do antigo estado. Ela tornará realidade uma antiga aspiração regional. A de fazer, do novo estado, um pólo de integração do Nordeste, Amazônia Legal e Centro-Oeste.

Entidades que lutaram para a criação do Estado de Tocantins

Governo de Goiás, Assembleia Legislativa de Goiás, Comitê Pró-Criação do Estado de Tocantins e Comissão de Estudos do Norte Goiano — CO-NORTE

MOTIVO DO VETO ANTERIOR

A Presidência da República, em 1985, vetou a criação do estado de Tocantins por motivos financeiros, e justificou: "Diferentemente do ocorrido com a criação do estado do Mato Grosso do Sul, em uma região tão ou mais desenvolvida que aquela onde se localizava o centro das decisões administrativas, oferecendo plenas condições para a instalação de um governo próprio, a criação do estado de Tocantins poderá se constituir em um fator de agravamento das dificuldades locais, especialmente em razão da impossibilidade atual da aplicação, pela União, de recursos volumosos na região."

COMO FICARAM OS NOVOS ESTADOS

Goiás

Tem uma área de 355.330 km² e uma população aproxima-

da de 4 milhões de pessoas. Ficou com 184 municípios. Produzirá em torno de 4,5 milhões de toneladas de grãos. Seu rebanho terá aproximadamente 20 milhões de cabeças. Todo o estado pertence à região Centro-Oeste, sendo assistido somente pela SUDECO.

Tocantins

Tem uma área de 286.706 km², possuindo terras férteis, florestas e recursos minerais. A população está com aproximadamente 1,1 milhão de habitantes, sendo mais de 500 mil eleitores, Araguaína é o mais populoso município e a densidade populacional de 4h/km² é a maior da Amazônia Legal. Dos 60 municípios, 54 registram ocorrências de minerais, sem falar no potencial hídrico, vegetal e turístico. As áreas cultiváveis são maiores que 35 milhões de hectares, produzindo 2,2 milhões de toneladas de grãos, a 10ª produção do país (6ª de arroz). Seu rebanho é o 10º brasileiro com mais de 6 milhões de cabeças (1 milhão de dois gordos por ano.) Está situado entre o décimo e décimo segundo estado da federação em importância econômica. Abrange exclusivamente a área da Amazônia Legal, assistida, portanto, pela SUDAN e pelo projeto Poloamazônia.

VANTAGENS DA CRIAÇÃO DO ESTADO DE TOCANTINS

Como já ressaltado, pertencendo ao Poloamazônia, o estado de Tocantins poderá receber melhoramentos de infra-estrutura por este programa, uma vez que os recursos serão administrados por pessoas da região que vivenciaram os problemas regionais.

A Amazônia Legal goiana ficou, em sua totalidade no estado de Tocantins, sob jurisdição da SUDAN; a área remanescente de Goiás permanecerá na área da SUDECO. A antiga superposição de jurisdição das duas agências de desenvolvimento, que criavam anomalias e confusões, está extinta.

O novo estado vai permitir melhor localização do homem no espaço geográfico, sem vazios demográficos, nem megalópolis incontroláveis. Haverá contenção das endomigrações desordenadas, com a incorporação de populações marginalizadas, direcionando a expansão demográfica. Ele fará surgir um novo pólo alternativo ao norte de Brasília e Goiânia, diminuindo as pressões de migrantes sobre essas capitais, desacelerando o processo de inchaço que hoje as aflige.

Ele será pólo de integração de duas regiões problemáticas: Amazônia e Nordeste, apoiará a marcha para a consolidação de

Brasília e a ocupação ordenada da Amazônia, ao mesmo tempo que assistirá o Nordeste com o excedente de sua produção agropecuária.

Com ele serão eliminados os desequilíbrios regionais existentes no antigo estado de Goiás, resultantes de fatores geoeconômicos, haverá melhor direcionamento das fronteiras agrícolas, com o melhor aproveitamento do solo e subsolo e a aceleração do desenvolvimento integrado da região norte.

O poder econômico das regiões subdesenvolvidas do novo estado será fortalecido, atraindo fluxos migratórios dos estados meridionais e nordestinos.

A descentralização administrativa permitirá melhor aplicação dos recursos do Poder Central na região, abrindo-lhe perspectivas mais largas de desenvolvimento, tendo como objetivo a integração nacional. Permitirá um aumento do nível de crescimento atual, devido à melhor alocação e uso de recursos para a região. Permitirá, ainda, um aumento de receita dos impostos estaduais e federais, como ocorreu com Mato Grosso desmembrado.

O incremento da fronteira agrícola contribuirá para o abastecimento de grandes centros urbanos e o incremento das exportações brasileiras.

A ferrovia Norte-Sul, que tem sua maior extensão dentro

da área do novo estado, proporcionará recursos e estímulo para o desenvolvimento da região, complementada pela aquavia Araguaia-Tocantins, que tem, também, sua maior extensão dentro da área do novo estado. O novo estado permitirá a reorganização dos espaços, da defesa do meio ambiente, da fauna e da flora. Minimizará o grande problema atual da área, os choques entre posseiros e grileiros. Extinguirá os focos de tensão existentes no norte goiano e fará a sua área base de apoio do desbravamento da Amazônia e de suprimento de víveres às populações nordestinas.

Realizará a integração nacional.

Fortalecerá a defesa nacional.

VANTAGENS DA SECESSÃO PARA GOIÁS

Goiás ficou liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo estado, passando esses débitos à União.

Com a secessão, as pressões migratórias do Norte e Nordeste serão diminuídas; os desequilíbrios regionais, antes existentes, serão eliminados, resultando num desenvolvimento mais integrado do Estado, aumentando a motivação crescente da população goiana para esse fim. A descentralização

permitirá um aumento da receita dos impostos estaduais e federais, como ocorreu com o Mato Grosso desmembrado, e permitirá um aumento do nível de crescimento atual, devido à melhor alocação e uso dos recursos para a região.

A forma compacta do novo estado facilitará a administração estadual e permitirá a reorganização dos espaços, da defesa do meio ambiente, da fauna e da flora.

PROGRAMAS ESPECIAIS PRIORITÁRIOS PARA TOCANTINS

Poderíamos assinalar como prioritários os programas que atendessem às seguintes carências do novo estado:

- produção de energia elétrica – projetos para geração de energia, aproveitando o grande potencial hídrico da região;
- navegação hidroviária, com a plena utilização do potencial da aquavia Araguaia-Tocantins;
- legalização da posse de terras rurais, para diminuir um dos maiores problemas da região, o conflito pela posse de terras;
- saúde e saneamento básico, visando dotar o novo estado das mínimas condições de vida para a população, numa região onde as endemias e doenças tropicais são grandes;

- educação, priorizando a de 1º grau, sem contudo deixar de criar uma Universidade Federal, para acelerar o desenvolvimento da região e estancar a evasão de jovens para outras regiões;

- irrigação agrícola – projetos que propiciem a utilização dos grandes recursos hídricos da área, possibilitando melhor e maior produção agrícola;

- complexos de silagem, armazenamento e terminais de embarque para melhor aproveitamento da produção agrícola;

- bacias leiteiras, para aproveitamento do grande potencial leiteiro da área;

- estradas vicinais, ligando as rodovias Belém-Brasília, Transamazônica, a ferrovia Norte-Sul e a aquavia Araguaia-Tocantins;

- produção mineral, disciplinada e ordenada, devido ao fato de que a maioria dos municípios do Tocantins registra ocorrência de minerais;

- unidades das Forças Armadas, cuja implantação na área constituiria fator de segurança e desenvolvimento, como tem ocorrido em áreas pioneiras através da História.

CONCLUSÃO

A divisão do estado de Goiás em dois estados, o de Goiás, ao sul, e o do Tocantins,

ao norte, tem todos os fatores necessários para dar um novo impulso desenvolvimentista na área, como ocorreu quando da divisão do estado do Mato Grosso, em 1977.

As vantagens com a criação do Tocantins são bem maiores a médio e longo prazo, do que as desvantagens a curto prazo, que basicamente são as de implementação dos programas es-

peciais prioritários.

A região possui um grande potencial agrícola, mineral e hídrico que lhe permitirá um futuro promissor.

Tocantins será o elo de ligação do-Norte, Nordeste e Centro-Oeste, participando de modo decisivo para a integração nacional, marco essencial da arancada brasileira para os desafios do novo milênio.



GLÁUCIO FRANCISCO SIMÕES COSTA – Major do Exército da Arma de Infantaria (Turma de 1973). Possui, além do curso da AMAN, o de Oficial de Comunicações, o da Escola de Comunicações do Exército, e o da EsAO. Possui ainda os cursos civis de Administração de Empresas e de Administração Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Possui a Medalha Militar (Bronze) e a Medalha do Pacificador. Ao longo da carreira profissional, serviu no 8º Batalhão de Infantaria Motorizado (Sta Maria, RS), 62º Batalhão de Infantaria (Joinville, SC), 29º Batalhão de Infantaria Blindado (Sta Maria, RS), e Colégio Militar de Brasília; foi instrutor do CPORs e do CAS de Santa Maria, e Ajudante-de-Ordens do Chefe do Estado-Maior e do Secretário de Economia e Finanças do Exército. Atualmente cursa o 1º Ano da ECEME.

CONTA REALMASTER

A C O N T A C O M P L E T A

O maior conjunto de benefícios já reunidos. O que há de mais moderno em serviços bancários. A única conta onde você ganha quando seu saldo está positivo ou negativo. Conta Realmaster. A conta é uma só, os benefícios são vários.

ATÉ 100% DO OVER

No saldo positivo, seu dinheiro rende todo dia, automaticamente, na Conta Real Remunerada. E você não precisa fazer nada.

7 DIAS SEM JUROS

No saldo negativo, você ganha com o Cheque Realmaster, o único que lhe dá 7 dias sem juros por mês.

CARTÃO REAL

Garante seu Cheque Realmaster em milhares de estabelecimentos conveniados, retiradas e depósitos nos Bancos 24 Horas e atendimento diferenciado em nossas agências.

DIVERSIFICAÇÃO DE INVESTIMENTOS

O Banco Real oferece a maior e mais sofisticada gama de alternativas para suas aplicações: Over, Fundo de Renda Fixa, Fundo ao Portador, Fundos de Ações, Ouro, Poupança, CDB e LC.

CARTÕES DE CRÉDITO CREDICARD E DINERS CLUB

Crédito em mais de 115 mil estabelecimentos, com até 30 dias sem acréscimo para pagar e lucrar. Afinal, seu dinheiro fica rendendo na Conta Real Remunerada.

EXTRATO REAL DESCOMPLICADO

O mais completo e simplificado do mercado.

DISQUE-REAL

De qualquer lugar, é só ligar para ficar a par de seus assuntos bancários.

CAIXA SCORE ESPECIAL

Nas Agências, atendimento diferenciado e personalizado para quem concentra seus negócios no Banco Real.

SISTEMA REAL DE VANTAGENS PROGRESSIVAS

Concentrando seus negócios no Banco Real, você recebe pontos para cada produto que usa. Quanto mais pontos, mais vantagens em sua Conta Realmaster: taxas diferenciadas, redução e até isenção de tarifas.

O MELHOR ESTÁ NO REAL.

BANCO REAL

BONS SERVIÇOS

BONS NEGÓCIOS



INFORMAÇÕES

EVENTOS COMEMORATIVOS DO CENTENÁRIO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA PROMOVIDOS PELO CLUBE MILITAR, ATRAVÉS DO SEU DEPARTAMENTO CULTURAL

ABRIL

- Dia 5 (17:00h) - Conferência: "Rui Barbosa e a República", a ser proferida pelo escritor Antonio Carlos Villaça.
- Dia 19 (17:00h) - Conferência: "A Inconfidência Mineira e o Ideal Republicano", a ser proferida pelo Prof. Américo Jacobina Lacombe.
- Dia 29 (10:30h) - Cerimônia junto ao túmulo de Floriano Peixoto. Local - Cemitério São João Batista.

MAIO

- Dia 3 (17:30h) - Conferência: "A Influência do Positivismo na Proclamação da República", a ser proferida pelo Prof. Danton Voltaire de Souza.
- Dia 17 (17:30h) - Conferência: "O Conselheiro Andrade Figueira e o Fim do Império", a ser proferida pelo Prof. Silvio Meira.
- Dia 20 (16:00h) - Concerto sinfônico, com participação do Coral do Clube Militar. Local - Sede Desportiva da Lagoa.

JUNHO

- Dia 5 (17:30h) - Conferência: "A Atuação dos Militares no Período Republicano", a ser proferida pelo General Umberto Peregrino.
- Dia 21 (17:30h) - Conferência: "A Marinha e a República", a ser proferida pelo Almirante Hélio Leôncio Martins.

JULHO

- Dia 5 (17:30h) - Conferência: "A Igreja e a República", a ser proferida por D. José Carlos de Lima Vaz.
- Dia 15 (16:00h) - Concerto sinfônico, com participação do Coral do Clube Militar. Local - Sede Desportiva da Lagoa.
- Dia 19 (17:30h) - Conferência: "O Nordeste e a República", a ser proferida pela escritora Rachel de Queiroz.

AGOSTO

- Dia 12 - Gincana pictórica sobre a República.
- Dia 23 (17:30h) - Conferência: "Os Militares e a República", a ser proferida pelo Senador Jarbas Passarinho.
- Dia 24 (17:30h) - Exposição: "Os Jovens e a República" - Salão de Artes Plásticas.

SETEMBRO

- Dia 5 - Solenidade Cívico-musical junto ao Monumento a Benjamin Constant, na Praça da República.
- Dia 13 (17:30h) - Conferência: "Benjamin Constant e a República", a ser proferida pelo Cel. Luiz Paulo Macedo de Carvalho.
- Dia 23 (16:00h) - Concerto sinfônico, com a participação do Coral do Clube Militar. Local - Sede Desportiva da Lagoa.
- Dia 27 (17:30h) - Conferência: "Marechal Deodoro", a ser proferida pelo Prof. Antonio Pimentel Winz.

OUTUBRO

- Dia 11 (17:30h) — Conferência: "O Clube Militar e a República", a ser proferida pelo Cel Amerino Raposo Filho
- Dia 18 — Às 10:30h — Cerimônia junto ao túmulo de Benjamin Constant. Local — Cemitério São João Batista.
- Às 17:00h — Sessão Solene. Conferência: "O Exército e a República", a ser proferida pelo Gen Aurélio de Lyra Tavares.

NOVEMBRO

- Dia 5 — Solenidade Cívico-musical junto ao Monumento a Deodoro.
- Dia 19 — Entrega dos prêmios aos vencedores do Concurso Literário "A República", para colegiais.
- Lançamento do Selo Comemorativo do Centenário da Proclamação da República.
- Dia 23 — Abertura do Salão de Artes Plásticas do Clube Militar.
- Dia 29 (17:30h) — Conferência: "Os Símbolos da República", a ser proferida pelo Cel Asdrubal Esteves.

SESQUICENTENÁRIO DE FLORIANO PEIXOTO (1839-95)

Claudio Moreira Bento

Dia 30 de abril de 1889, assinou o sesquicentenário de nascimento do Marechal Floriano Peixoto que, como Vice-presidente da República, no exercício da Presidência (1891-94), foi consagrado o consolidador e símbolo da República e, como o Marechal de Ferro, pelos raros exemplos de resistência, energia, valentia, determinação e autoridade, evidenciados em sua atribulada ação presidencial. Voluntário, em 1851, na Fortaleza de Santa Cruz, cursou as escolas Central e da Praia Vermelha (1858-63), de onde saiu 2º Tenente. De 1º Tenente a Major (por ato de bravura) fez toda Guerra do Paraguai. Como 1º Tenente comandou a esquadriha fluvial que se opôs à invasão paraguaia ao longo do rio Paraguai. Combatu em Tuiuti no comando de uma Companhia de Engenheiros e esteve presente nas ações de Cerro Corá que assinalaram, em 1º de março de 1865, o término do conflito. Do término da guerra até 1888, foi promovido a Tenente-Coronel (1874), a Coronel (1879) e a Brigadeiro (1883), aos 44 anos. Obteve o título de

bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, serviu em diversas guarnições e em Alagoas, sua província natal. Ali passou largo período em tratamento de saúde e de interesses particulares e em funções militares.

De 31 de janeiro de 1889 a 15 de novembro de 1894, dos 49 aos 54 anos, por mais de 5 anos, Floriano teve rápida ascensão no cenário nacional. Comandante da 2ª Brigada do Exército, de São Cristóvão (1º Regimento de Cavalaria, 2º Regimento de Artilharia e Batalhão de Engenharia), de ação destacada e decisiva em 15 de novembro de 1889; Ajudante-general do Exército interino até 15 de novembro de 1889 e efetivo após; Marechal-de-Campo (1889) Marechal (1890); Ministro da Guerra; 1º Vice-chefe do Governo Provisório da República; Conselheiro de Guerra; Vice-presidente da República, eleito na chapa de Prudente de Moraes e Vice-presidente no exercício da Presidência da República de 25 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894.

Floriano Peixoto faleceu aos 56

anos, em Resende, na estação da Divisa, atual distrito de Floriano, em 23 de junho de 1895, data deliberadamente escolhida, 43 anos após, para o lançamento da pedra fundamental da Escola Militar de Resende (atual AMAN), escola a qual ele sempre dedicou especial carinho, dizendo ser ela "a extensão do seu lar".

Como Presidente, determinou que Jourdan escrevesse a História da Guerra do Paraguai, visando "desenvolver aptidões nos alunos das nossas escolas militares e criar e aperfeiçoar uma tática e uma estratégia apropriadas às condições geográficas especiais do Brasil". O trabalho de Jourdan com este fim foi aperfeiçoado por longos anos por Tasso Frago e traduzido na obra Guerra da Triplíce Aliança contra o Paraguai.

Floriano está sepultado no Cemitério São João Batista. Em 21 de abril de 1910, teve monumento erigido na Avenida Rio Branco onde, em 20 de abril de 1939, presente o Presidente Vargas, o Ministro Gaspar Dutra, em Ordem do Dia, assinalou: "Que Floriano hoje e sempre seja lembrado no Exército como exemplo de soldado dedicado à sua classe e como patriota só preocupado com a grandeza e

o futuro do Brasil."

Floriano deixou 6 filhos: Ana (1874), Floriano (1878), Maria Tereza (1881), José (1885), Maria Amália (1887) e Maria Josina (1891) sendo 5 menores de idade. Foi casado com D. Josina Peixoto, filha de Alagoas.

Recente estudo da professora da USP, Suely de Queiroz, feito longe das paixões da época e com isenção, confirma a opulência da personalidade, a probidade, a honestidade, a lisura, o espírito público e a popularidade do Presidente Floriano, após analisá-lo como nacionalista e republicano sincero, soldado competente, estadista, consolidador e defensor da República, além de dar respostas a perguntas basilares que Floriano, espírito reservadíssimo, em seu mutismo e postura de esfinge carregou para o túmulo. Floriano, popularizou, dignificou e consolidou a República Brasileira.

Seu arquivo está no Arquivo Nacional. Seu último biógrafo é Salm de Miranda, em Floriano (Rio, Bibliex, 1963).

O Arquivo Histórico do Exército o evocou significadamente em 27 de abril de 1989, em conferência.

EMBRAER COLOCA MAIS 22 UNIDADES DO BRASÍLIA

A cabam de ser colocadas na carteira de encomendas e opções do bimotor EMB-120 Brasília mais 22 unidades para duas empresas norte-americanas e duas européias, o que eleva o total de aeronaves comercializadas desse modelo, até o momento, para 376 unidades.

A Texas Air Corp., dos Estados Unidos, converteu 10 opções em encomendas firmes, o que lhe confere agora uma encomenda total de 30 unidades firmes e 20 opções. A Texas Air já recebeu 14 Brasília que estão sendo operados pela sua subsidiária Britt Airways para alimentar o sistema Continental Express.

A Comair Inc., também dos Estados Unidos, colocou opções para mais 10 aeronaves, além das 20 encomendas firmes e 10 opções que havia assinado durante o Salão Aeroespacial de Farnborough, Inglaterra, em setembro último. Até o presente momento a Comair já recebeu três unidades do Brasília.

A Esquel, do Reino Unido, e a Delta Air Transport, da Bélgica, converteram uma opção cada uma em encomenda firme. A primeira tem agora um contrato firme para quatro aeronaves, uma opção para mais uma e já mantém em operação uma unidade. A empresa belga, por sua vez, tem encomendas de sete unidades,

opções para três e recebeu, até o momento, três.

O Brasília totaliza, assim, 226 unidades vendidas (115 entregues) e opções

para 150. Com esta performance o Brasília mantém a liderança na faixa de 30 lugares, à frente dos seus principais concorrentes: Saab 360, ATR-42 e Dash-8.

Para maiores informações, contatar:

ANTONIO AUGUSTO DE OLIVEIRA

MTPS: 19884

Telex: 1233589 EBAE BR - Tel.: (0123) 216310

JMGB/mig

EDITORAL DE "A DEFESA NACIONAL" É REFERENCIADO EM ATA PELO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

O Diretor Presidente de A Defesa Nacional recebeu o seguinte radiograma, comunicando-lhe a referência feita em ata da sessão de 3 de agosto de 1989 do Superior Tribunal Militar:

"SUP TRIB MIL BSB 04 AGO 89 GEN SERAFIM DIRETOR PRESIDENTE DEFESA NACIONAL - RJ

"142 ER DE 04 AGO 89 PT INFORMO VEX QUE FIZ CONSTAR EM ATA Sessão 03 AGO DESTE TRIBUNAL VG REFERENCIA MAGNIFICO EDITORAL ABRASPAS A PROPOSITO DE LA TABLA FECHASPAS PT GEN EX EVERALDO MIN STM".



LIVROS

1648 – LIBERTAÇÃO DE ANGOLA – CONTRIBUIÇÃO MILITAR BRASILEIRA

Cláudio Moreira Bento

Em 1648, no contexto da dominação holandesa do Nordeste do Brasil (1624-54), entre as batalhas dos Guararapes, uma expedição militar com expressiva participação carioca e fluminense cruzou o Atlântico a partir do Rio, desembarcou em Luanda e, após singular mas muito cruento combate, conseguiu a rendição das forças holandesas que dominavam Angola há exatamente sete anos. Esta expedição se insere como a primeira participação militar extra-continental do Brasil, antes da FEB, e das missões de Paz em São Domingos e no Suez. Recordá-la é oportuno no momento histórico em que o Brasil, mais uma vez a serviço de Paz Mundial, pela ONU, se faz presente de duas formas em Angola: a primeira através do General Péricles Ferreira Gomes, Observador em Chefe da UNAVEM, encarregada de constatar a retirada de 50.000 militares cubanos de Angola até junho de 1991; e a segunda por representar também o Brasil, junto com mais sete militares brasileiros, na UNAVEM, integrada por oficiais de outras 10 nações, ainda a serviço da ONU, conforme registrou o Noticiário do Exército de 12 de janeiro de 1989.

Preparativos da expedição

Em 23 de janeiro de 1648, uma esquadra comandada pelo General Salvador Correia de Sá e Benevides chegou ao Rio, com a missão de organizar expedi-

ção para libertar Angola, que tinha importância fundamental para a Holanda obter recursos e continuar a guerra, e para o Brasil a fim de restabelecer o fluxo de escravos tencionando acionar a cultura canavieira no Rio de Janeiro e Bahia. Os moradores do Rio concorreram com a avultada quantia de 60.000 cruzados de empréstimo para financiar a expedição. Esse dinheiro tornou possível mobilizar pessoal, munições, navios e provisões para seis meses. A esquadra compunha-se de 15 navios de guerra. A tropa era nucleada pelo Terço do Rio, trazido por Estácio de Sá em 1567, unidade que, por evolução histórica, tem o Regimento Sampaio a honrar suas tradições. Ela numerava cerca de 1.400 homens, entre soldados e marinheiros, "afora muitos voluntários, provavelmente marinheiros e soldados".

A travessia do Atlântico

A esquadra deixou o porto do Rio em 12 de maio de 1668, com destino a Quiçombo, em Angola, ponto de reunião acertado. Partiu comboiando 25 navios mercantes carregados de açúcar, até a Ilha de Ascensão. A partir deste ponto eles seguiram sozinhos até Portugal, onde chegaram em 14 de agosto. A travessia, que durou 2 meses, foi difícilíssima com o mar agitadoíssimo. Foi aproveitada judiciosamente para adestrar os homens que

compunham a expedição e preparar granadas e outras munições e simulacros de soldados.

A esquadra avistou a África em 12 de julho e fundeou no destino, em 27 de julho, com 11 navios. A esquadra foi atingida, na noite de 1º de agosto, em seu ancoradouro, por um maremoto que afundou o "São Miguel", o melhor da expedição e matou cerca de 200 dos melhores soldados expedicionários de Infantaria. Uma chalupa enviada à terra para reconhecimento foi atingida pelo maremoto que vitimou parte de sua tripulação, sendo o restante devorado por canibais. A situação dos portugueses em Angola era crítica, haviam sofrido duros reveses. Estavam com seus dias contados.

Desembarque em Luanda

Salvador de Sá fez vela para Luanda. Na foz do Massangano, desembarcou um destacamento para ligar-se aos portugueses e pedir-lhes que marchassem para Luanda, para auxiliá-lo na tomada do local. O destacamento foi preso por nativos e entregue aos holandeses que então conheceram os planos de Salvador de Sá, o qual ficou confiante no apoio dos portugueses, por ignorar o destino do seu destacamento que não pôde cumprir a missão. Em 12 de agosto, a esquadra surgiu frente à Luanda defendida por dois navios que se fizeram ao mar ao reconhecerá-la. Foram presos dois pescadores negros que revelaram a Salvador que Luanda estava defendida por 250 homens que haviam se retirado e fortificado nos fortes do Morro e no da Guia (sopé). E mais, que cerca de 225 holandeses ao comando de Pieterzoon e junto com a rainha N'Zinga estavam a caminho de Luanda. Dia 13 de agosto, Salvador desembarcou emissários e tentou obter a rendição pacífica de Luanda. Os defensores pediram um prazo que aproveitaram para reforçar suas defesas. Decidiram pela resistência. Em 15 de agosto, dia de N.S. da Assunção, Salvador de Sá desembarcou suas forças e tomou dispositivo em larga frente, aparentemente, por diversas estratégias, possuir mais força do que na realidade dispunha.

Ataques a Luanda e aos fortes Morro e da Guia

Salvador marchou sobre Luanda com 1.000 homens, dos quais 800 soldados e 200 marinheiros. A meia distância de Luanda parou para descanso e uma missa. Depois ordenou o ataque a Luanda. Foi fraca a resistência encontrada. Ela concentrou-se nos fortes da Guia e do Morro. No dia 16 de agosto, Salvador tentou bombardear o Morro com canhões de pequeno calibre trazidos de bordo ou recuperados dos defensores. Os capitães de Infantaria do Rio de Janeiro insistiram com Salvador para um ataque geral. Este foi decidido em Conselho de Guerra e para um pouco antes do alvorecer do dia 18 de agosto, com três colunas simultâneas somando 400 infantes: duas sobre o forte do Morro e uma à direita, sobre o forte da Guia (sopé). Como finta, a guarnição dos navios em escaleres simulou um ataque diversionário, por mar. Os ataques das colunas, que deveriam ser simultâneos, foram sucessivos, em razão de coluna central, por ter percorrido caminho mais curto, haver se enganado no combate, sem esperar as demais. Os defensores foram contra-atacando por partes as colunas atacantes e concentrando sobre cada uma toda a capacidade defensiva. Eles usaram largamente foguetes e tochas que ajudaram a localizar, próximo do alvorecer, os atacantes e cobrar-lhes pesado tributo em vidas com seus canhões e mosquetes. As três colunas continuaram a atacar as posições fortificadas, com persistência, até o raiar do dia, registrando-se até então cerca de 150 baixas, sobre 400 homens dos efetivos atacantes, numa proporção próxima 2 atacantes e 1 defensor entrincheirado. Salvador vendo a inutilidade do ataque ordenou a retirada. Os defensores registram três mortos e oito feridos e vários de seus canhões explodiram durante o combate, em razão dos numerosos disparos que deram. A situação da expedição era crítica. O naufrágio do "São Luiz", o desaparecimento de dois destacamentos e mais o combate que findara foram responsáveis por 400 baixas, num efetivo de 1.400 homens da expedição.

A rendição holandesa

Foi, pois, com espanto, que os atacantes, poucas horas decorridas do mal sucedido ataque, viram uma bandeira branca no forte do Morro, seguida do envio de parlamentários, comunicando a disposição de rendição, caso pudessem fazê-lo em condições favoráveis. Salvador concordou.

Em 21 de agosto de 1648, foi assinado um acordo pelo qual Angola seria evacuada pelos holandeses, que levariam todos os seus pertences e em navios apropriados fornecidos pelos portugueses. Como parte do acordo, os holandeses retiraram-se do forte do Morro em 24 de agosto, exatamente sete anos após

haverem conquistado Angola, e com honras militares, ao toque de tambores e com as bandeiras desfaldadas. Cumpridas todas as cláusulas do acordo, Angola retornou ao domínio de Portugal, graças ao concurso do Rio de Janeiro e a liderança do General Salvador.

Este é um feito militar notável das forças terrestres e navais do Brasil, desconhecido da grande maioria da população brasileira e de expressiva parcela de seus historiadores em suas minúcias, e que ora é resgatado para a Memória Militar do Brasil pelo grande historiador inglês Carlos Boxer, grande brasilianista, na obra *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola* (Coleção Brasileira) — São Paulo, Editora Nacional, 1973.

OS RADICAIS DA REPÚBLICA

Cláudio Moreira Bento

Sob o título em epígrafe, a professora de História da USA Suely R.R. de Queiroz, publicou livro (São Paulo, Ed. Brasiliense 1986), que se constitui em oportuna, original, fecunda e honesta contribuição histórica ao centenário da República. Eis que resgata e faz justiça histórica a um movimento republicano, em grande parte responsável pela consolidação da centenária República Brasileira de (1889-95).

Para ela, os radicais constituíram um movimento republicano conhecido como jacobinismo, de atuação inovadora e marcante na estruturação e consolidação da República, entre as revoltas da Armada e Federalista no Rio Grande (1893-95) e o término da Revolta de Canudos (1897), à semelhança do jacobinismo na França, que contribuiu para consolidar a 1ª República naquele país. Segundo nos informa a competente historiadora, o movimento com conteúdo moralista, reformador e muito combativo era acentuadamente nacionalista; favorável à industrialização acelerada e à nacionalização da

economia; de acentuada coloração castrense; contra os portugueses, beirando a lusofobia; simpático aos EUA, em função da Doutrina Monroe "a América para os americanos"; identificado com os controles dos aluguéis e custo de vida, com a jornada de trabalho de 8 horas e com o aproveitamento programado e condigno da massa ex-escrava liberta em 13 Mai 1888. Era ainda a favor da separação da Igreja do Estado, decisão republicana que fiscalizava, com rigor, o seu fiel cumprimento. Combatia as oligarquias e particularmente a cafeeira para a qual terminou perdendo o poder, ao final de uma aliança que pôs fim às revoltas da Armada e Federalista. Portanto, era identificado com o Marechal Floriano Peixoto e contrário a Prudente de Moraes. Foi aí que um grupo a ele pertencente, e depois da morte do Mar Floriano, cometeu grave erro de atentar contra a vida de Prudente de Moraes, que foi salvo por seu Ministro da Guerra, Mar Machado Biten-court, morto ao interpor-se entre o assassino Marcelino Bispo e o Presidente.

Neste exato momento, o movimento perdeu sua força moral e saiu constrangido do cenário político, abalado na opinião pública.

Nacionalistas ferrenhos revoltavam-se contra Prudente de Moraes, entre vários motivos, por ele não ter reagido à altura à incursão da França no Amapá, ao desembarque da Inglaterra na Ilha da Trindade e às reclamações da Itália de compensações econômicas a súditos seus atingidos por revoltas no Brasil, e por reatamento de relações com Portugal, rompidas por Floriano, por aquele país ter dado guarida a revoltosos da Armada.

Era convicção jacobina, que as revoltas da Armada, Federalista e de Canudos seriam tentativas de restauração da Monarquia, com o apoio de Portugal e mesmo de Prudente de Moraes.

Os braços armados do jacobinismo foram os Batalhões Patrióticos. Tipo de milícia integrada por voluntários recrutados na classe média urbana para defenderem a República em caso de ameaça armada. Eram formados por acadêmicos, homens de negócios, funcionários públicos, trabalhadores e outras categorias.

Durante as revoltas da Armada e Federalista foram estimulados, armados e municiados pelo Mar Floriano, apoiando-o, além, em todas as oportunidades em que sua autoridade foi ameaçada.

Exultaram quando o Marechal, sonhado por navios de guerra estrangeiros de como seriam recebidos os seus desembarques no Rio de Janeiro para protegerem súditos de suas nações, deu a histórica e altiva resposta — "A bala!"

Aliás, neste trabalho, a ilustre professora da USP prestou um grande serviço à memória do Marechal Floriano, ao analisá-lo longe das paixões políticas da época, com isenção, sem preconceitos e idéias preconcebidas. Baseou seus estudos em fontes históricas de real valor, inclusive, o arquivo do Marechal, que se encontra no Arquivo Nacional.

A professora Suely confirma a probidade administrativa, honestidade, lisura e espírito público de Floriano. O analista em suas múltiplas projeções como nacionalista sincero; soldado competente; estadista; consolidador e defensor vigilante da República; praticante de um presidencialismo autoritário nas difíceis circuns-

tâncias que viveu, ao enfrentar duas revoltas, e um legalista que defendia a constituição republicana ameaçada, do seguinte modo, conforme definiu certa feita: "Amigo, quando a situação e as instituições correm perigo, o meu dever é guardar a Constituição em uma gaveta, livrá-la da rebeldia e, no dia seguinte, entregá-la ao povo limpa e imaculada. . ."

E guardou este princípio até seu último dia de mandato, transferindo-o a seu sucessor, recusando todas as insinuações de proceder em contrário.

A professora Suely, em seu excelente estudo, ajudou a responder muitas perguntas que auxiliam a decifrar o enigma em que o Mar Floriano tem se constituído até o presente e que, conforme ela reconhece, "até hoje ninguém conheceu Floriano realmente". Perguntas cujas respostas certas ele levou em seu mutismo e postura de esfinge para o túmulo. Por exemplo: Qual a origem de seu republicanismo e a sua disposição íntima em 15 Nov 1889, como Ajudante-general do Exército (oportunista ou hábil conspirador de uma bem urdida, sucedida e, mais do que isto, incruenta conspiração republicana?) As ações de Floriano estudadas pelo livro em tela nos conduziram à última alternativa.

Em carta de 30 Abr 1894, ele escreveu: "Firme em minhas idéias, só tinha em mente o meu objetivo vencer e dizer aos meus concidadãos: Aqui tendes a República imaculada e forte; ela lutou e venceu; faltava-lhe o batismo de sangue e acaba de recebê-lo na pia batismal do heroísmo e das grandes abnegações. Estou contente, posso descansar; não dormirei porém!..."

Segundo a professora Suely, ao falecer, Floriano desfrutava de grande estima popular, por atitudes que tomou que calaram fundo na alma do povo, tais como: Tabelação de gêneros; demolição de cortiços, cujo proprietário explorava os humildes; ação pessoal contra atacadistas que retinham estoques de gêneros para especularem, deixando o povo à míngua; proteção dos mais humildes, com teto e alimentos, depois de removê-los de locais onde suas vidas corriam risco, na revolta da Armada.

Floriano empolgava o povo por sua

simplicidade, origem humilde, por ter saído de seu seio, e sobretudo, por suas raras qualidades de resistência, valentia, determinação e dedicação, que o consagraram como o Marechal de Ferro, bem como o zelo com as coisas referentes ao Tesouro Nacional, das quais era guardião ímpoluto e hoje exemplo.

Os Radicais da República é um livro feito com competência e honestidade e, para meu caso particular, rico em informações de interesse político militar. Não podemos deixar de nele constatar afinidades várias do movimento jacobino com as políticas de Salvações Nacionais do Marechal Hermes, no início dos anos 10; com as tentativas frustradas das revolu-

ções tenentistas de 1922 e 1924, e a revolução de 1930, que tentaram livrar a República Velha de suas práticas oligárquicas.

Não concordamos que o termo radicais da República defina o movimento jacobino brasileiro. Estudando-o, em seu tempo e circunstâncias, parece tratar-se de um movimento político e social de vanguarda.

Concordamos que, comercialmente, seu título traz um grande apelo capaz de estimular a curiosidade do leitor interessado no assunto, principalmente quando se comemora o Centenário da República Brasileira para a qual os jacobinos tanto concorreram.

Qualidade e experiência. As máquinas que movem a Brasif.

Em seus 18 anos de experiência e tradição no comércio de equipamentos, a Brasif vem trabalhando para aperfeiçoar cada vez mais o atendimento aos seus clientes.

Além de distribuir a mais completa linha de máquinas pesadas para construção, mineração, agricultura e aplicações industriais, a Brasif oferece uma completa assistência técnica e fornecimento de peças de reposição.

Mantém filiais com estrutura técnica e comercial em Belo Horizonte, Uberlândia, Varginha, Rio de Janeiro, Vitória, Goiânia, Brasília e Montes Claros, pontos estratégicos de seu território de atuação.

Se você quer que seus equipamentos tenham muito chão pela frente, escolha a experiência e a qualidade Brasif.



FAV
BUCYRUS



HILTI



TAMARA ORENDI
TEL. 00711



TEMA TERMA



CASE
Poclain

Komatsu Dresser



VEGA SCHNE

BRASIF S.A.

EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO

Matriz: Belo Horizonte - Rua Margarida Assis Fonseca, 171 - Bairro Califórnia
Tel.: (031) 333.7655 - Telex: (31) 2395/2025



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Palácio Duque de Caxias (térreo) Tel. 253-4628

Praça Duque de Caxias, 25

CEP 20455 Rio de Janeiro RJ

**Com apenas uma assinatura anual
você organiza uma mini-biblioteca
sobre os temas mais importantes da
realidade brasileira.**

ESTRATÉGIA – POLÍTICA INTERNACIONAL – GEOPOLÍTICA –
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – ECONOMIA – ADMINISTRAÇÃO
E FINANÇAS – HISTÓRIA – EDUCAÇÃO – SOCIOLOGIA

A DEFESA NACIONAL

UMA TRADIÇÃO EM INFORMAÇÃO E CULTURA

PEDIDO DE ASSINATURA

☐ ASSINANTE
NOVO

☐ RENOVAÇÃO

☐ MUDANÇA DE
ENDEREÇO

Nome

Posto ou Graduação

Identidade

Profissão

Endereço

Bairro

CEP

Cidade

Estado

FORMA DE PAGAMENTO

☐ CHEQUE NOMINATIVO nº _____ Banco _____

☐ VALE POSTAL a favor de A DEFESA NACIONAL pagável na
Agência 520641 QUARTEL GENERAL
Rio de Janeiro – RJ

Brastemp sempre colocou o consumidor em primeiro lugar.

É natural que o consumidor pense primeiro na Brastemp.

A Brastemp sempre se preocupou em dar ao consumidor muito mais do que ele esperava.

Numa época em que as geladeiras estacionaram no tempo, a Brastemp lançou o revolucionário sistema Frost Free.

Quando a crise de energia chegou ao bolso do consumidor, ela foi a primeira – e continua a única – a fazer fogões que economizam até 50% de gás, e geladeiras com o menor índice de consumo de eletricidade.

Nenhuma outra empresa do setor realiza os testes rígidos de controle de qualidade que a Brastemp criou para maior confiabilidade dos seus produtos e que lhe permitiram levar sua qualidade a mais de 40 países.

A geladeira Brastemp foi o primeiro eletrodoméstico brasileiro a ser aprovado pelos laboratórios de controle de qualidade dos EUA.

Quando você compra um produto Brastemp, você compra toda esta preocupação com a qualidade.

E compra também a certeza de uma assistência técnica de alto nível para garantir a durabilidade e a eficiência do seu produto por muitos e muitos anos.

É por isso que a Brastemp criou os SABs – Serviços Autorizados Brastemp – com 500 postos e oito mil funcionários para lhe dar um atendimento com a qualidade Brastemp.

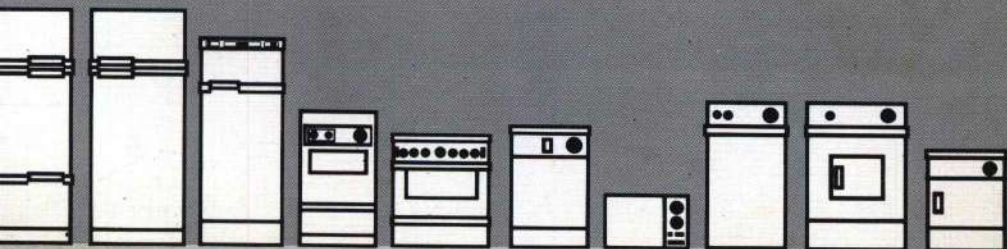
Foi agindo assim que a Brastemp ganhou o respeito do consumidor.

E foi com o respeito do consumidor que a Brastemp se tornou o maior fabricante de eletrodomésticos de grande porte da América Latina.

Não é à toa que todo mundo quer ter Brastemp.



BRASTEMP
Tecnologia com carinho



COBRA COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A.

CPM INFORMÁTICA S.A.

DNI INFORMÁTICA LTDA.

ELEBRA COMPUTADORES S.A.

ERICSSON DO BRASIL COM. E IND. S.A.

MATEL S.A. PARTICIPAÇÕES ADMINISTRAÇÕES

MATEL TECNOLOGIA TELEINFORMÁTICA - MATEC

PDV INFORMÁTICA LTDA.

RIMA IMPRESSORAS S.A.

SCOPUS TECNOLOGIA S.A.

SID INFORMÁTICA S.A.

SID MICROELETRÔNICA S.A.

VICTORI COMUNICAÇÕES LTDA.

A DIGILAB TEM MUITAS CORES PARA DEFENDER NO MERCADO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA.

A Digilab não é apenas a empresa líder nacional na fabricação de impressoras. Nem uma indústria dedicada unicamente à produção de equipamentos de automação bancária. Como holding que concentra os investimentos do Banco Bradesco no setor eletrônico, a Digilab tem hoje participação acionária em diversas importantes empresas: Scopus - 70%, Elebra Computadores - 30%, CPM Informática - 50%, Sid Informática - 11,5%, Sid Microeletrônica - 14,6%, Matel Tecnologia de Teleinformática S.A. - Matec - 26,3%, Matel Participações - 48%, Victori Comunicações - 34%, Ericsson do Brasil - 0,8%, PDV Informática - 50%, DNI Informática - 100%, Rima Impressoras - 17%, Cobra S.A. - 1,4%. Como em tudo na vida, também no setor de informática a união faz a força. Daí o acerto da Digilab, ao realizar essas associações. Quem se fortalece com isso é a indústria nacional, como um todo. Combinando todas as cores que a Digilab defende, o resultado sem dúvida é verde-e-amarelo.

DIGILAB

10 ANOS

MATRIZ Tel.: (011) 704-2544 (PARX) - FILIAIS: São Paulo: Tels.: (011) 881-9329 e 881-9789 - Rio de Janeiro: Tel.: (021) 533-2651 - Brasília: Tels.: (061) 218-1216 e 218-1217